



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO 2020

FICHA TÉCNICA

Título: Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Castelo 2020

Entidade Promotora



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Passeio das Mordomas da Romaria 4904-877 Viana do Castelo

www.cm-viana-castelo.pt

Documento elaborado por

logframe



Logframe, Consultoria e Formação, Lda.

Rua Almeida e Sousa, 23 6º B, 1350-006 Lisboa

www.logframe.pt

Colaboração



Rede Social de Viana do Castelo

Núcleo Executivo do CLAS de Viana do Castelo

Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

18 de Maio de 2021

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Índice

1.	Apresentação	14
2.	Nota Introdutória	15
3.	O Programa Rede Social	16
4.	Nota Metodológica	21
5.	Síntese Diagnóstica	23
6.	Retrato Municipal	40
7.	O Concelho de Viana do castelo: Contexto de Intervenção	44
7.1.	Áreas de Intervenção Social	44
7.1.1.	Análise Demográfica	44
7.1.2.	Atividades Económicas e Emprego	53
7.1.3.	Habitação	62
7.1.4.	Saúde	72
7.1.5.	Ação Social	86
7.1.6.	Educação	98
7.1.7.	Segurança Pública	106
7.2.	Grupos Vulneráveis	110
7.2.1.	Famílias em Situação de Risco	110
7.2.2.	Crianças e Jovens	119
7.2.3.	Pessoas Idosas	129
7.2.4.	Migrantes e Minorias	136
7.2.5.	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	147
7.2.6.	Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	152
8.	Áreas Prioritárias de Desenvolvimento Social	155
8.1.	Habitação	155
8.2.	Saúde mental	166
8.3.	Pessoas Idosas	175
8.4.	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	185
8.5.	Outras áreas de desenvolvimento social	194
8.5.1.	Emprego, Formação e Qualificação Profissional	194
8.5.2.	Infância e Juventude	195
8.5.3.	Criminalidade e Segurança	199
8.5.4.	Família e Comunidade	200
9.	Referências Bibliográficas e Sites Consultados	202
10.	Anexos	206

Índice de Tabelas, Gráficos e Figuras

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2001, 2011 e 2018 e sua variação	46
Tabela 2 – População residente (estimativas a 31 de dezembro), por território, nos anos de 2001, 2011 e 2018 e sua variação (N.º e %).....	47
Tabela 3 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o género, nos anos de 2001, 2011 e 2018 (N.º)	47
Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários 2001-2011 e 2011-2018 (%).....	49
Tabela 5 – Indicadores de população (2018)	50
Tabela 6 – Indicadores de empresas nos municípios da Região do Alto Minho (2017)	53
Tabela 7 – Empresas sediadas no concelho de Viana do Castelo, por freguesia (N.º e %)	54
Tabela 8 – Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Viana do Castelo (2011) (%).....	55
Tabela 9 – População empregada, residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o sexo e o ramo de atividade (2011) (N.º)	56
Tabela 10 – População empregada, residente no concelho de Viana do Castelo, por situação na profissão (2011) (N.º)	56
Tabela 11 – População empregada por conta de outrem nos estabelecimentos de Viana do Castelo, por nível de habilitações (2017) (N.º).....	57
Tabela 12 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês de dezembro 2019) (N.º)	59
Tabela 13 – Parque habitacional dos municípios da Região do Alto Minho (2011 e 2018) (N.º)	62
Tabela 14 – Edifícios clássicos, por freguesia (2011) (N.º e %).....	63
Tabela 15 – Tipo de utilização dos Edifícios, por freguesia (2011) (N.º)	63
Tabela 16 – Índice de envelhecimento dos edifícios e proporção de edifícios muito degradados e com necessidades de reparação no concelho de Viana do Castelo (2011) (N.º e %) ...	65
Tabela 17 – Tipologia de alojamentos do concelho de Viana do Castelo (2011) (N.º).....	66
Tabela 18 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Viana do Castelo (2011) (N.º e %)	67
Tabela 19 – Regime de ocupação dos alojamentos familiares de residência habitual (2011) (N.º e %).....	67
Tabela 20 – Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alto Minho (2015)	68
Tabela 21 – Distribuição das frações de Habitação Social Municipal, por tipologia e por freguesia (agosto de 2020) (N.º)	68

Tabela 22 – Valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, na Região do Alto Minho (2º semestre de 2017, 2018 e 2019) (€)	70
Tabela 23 – Indicadores de saúde nos municípios da Região do Alto Minho (2018) (N.º)	72
Tabela 24 – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde Primários - Concelho de Viana do Castelo (2020).....	73
Tabela 25 – Utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Viana do Castelo, por Unidades Funcionais (março 2020) (N.º)	74
Tabela 26 – Partos e IVG, por município de residência da mãe (2011 e 2018 Pro) (N.º)	76
Tabela 27 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2007/2011 e 2014/2018) (‰)	77
Tabela 28 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2011 e 2018) (‰)	80
Tabela 29 – Morbilidade - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%).....	81
Tabela 30 – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%).....	82
Tabela 31 – Consultas externas de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, na Região Norte (2017) (N.º)	83
Tabela 32 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (óbitos por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente) (2011, 2015 e 2017 (N.º)	83
Tabela 33 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2018) (€).....	86
Tabela 34 – Pensionistas da Segurança Social, segundo o tipo de pensão (2018) (N.º).....	88
Tabela 35 – Pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa (15 a 64 anos) (2018) (%)	89
Tabela 36 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, segundo o sexo (2018) (N.º)	90
Tabela 37 – Subsídios por doença da Segurança Social, segundo o sexo (N.º e €) (2018)	91
Tabela 38 – Principais prestações familiares da Segurança Social (N.º e €) (2018).....	92
Tabela 39 – Principais prestações familiares da Segurança Social (2018) (N.º e €) (Cont.).....	93
Tabela 40 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2018) (N.º e €)..	94
Tabela 41 – Beneficiários de CSI no concelho de Viana do Castelo, por sexo (2009, 2011, 2013, 2015, 2017 e 2018) (N.º)	94
Tabela 42 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo (2018) (N.º)	95
Tabela 43 – Estabelecimentos da rede escolar pública do município de Viana do Castelo por oferta educativa e número total de alunos (2018/2019).....	98
Tabela 44 – Total de alunos inscritos nos Agrupamentos de Escolas do concelho de Viana do Castelo no ano letivo 2018/19 (N.º).....	98

Tabela 45 – Equipamentos e alunos inscritos por grau de ensino, na rede pública e na rede privada – Ano letivo 2017/2018 (N.º).....	99
Tabela 46 – Taxa de Abandono Escolar no concelho de Viana do Castelo, por freguesia (2011) (%)	100
Tabela 47 – Taxa de retenção por Agrupamento de Escolas do concelho de Viana do Castelo, no ano letivo 2018/19 (%).....	101
Tabela 48 – Indicadores de Educação (2018) (%)	102
Tabela 49 – População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (2011) (N.º)	104
Tabela 50 – Apoios / respostas disponibilizados, por serviços, entidades e por número de pessoas apoiadas no ano 2020.....	111
Tabela 51 – Diligências efetuadas pelas entidades no âmbito do apoio às famílias apoiadas, em 2020 (N.º).....	114
Tabela 52 – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no concelho de Viana do Castelo (2011) (N.º)	115
Tabela 53 – Núcleos familiares monoparentais, por freguesia e nível de escolaridade (2011) (N.º)	116
Tabela 54 – Famílias clássicas segundo a dimensão, por freguesia (2011) (N.º)	116
Tabela 55 – Variação percentual da população residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário (%)	120
Tabela 56 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por freguesia (N.º e %) (2011)	121
Tabela 57 – Índice de Dependência de Jovens dos municípios da Região do Alto Minho (2001, 2011, 2014, 2018) (%)	122
Tabela 58 – Volume processual da CPCJ de Viana do Castelo nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019	123
Tabela 59 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Viana do Castelo nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 (N.º)	125
Tabela 60 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Viana do Castelo no ano 2019, por grupo etário (N.º)	126
Tabela 61 – Variação percentual da população residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário	130
Tabela 62 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário (N.º) (2011)	131
Tabela 63 – Índice de Dependência de Idosos e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região do Alto Minho (2011, 2014, 2018) (%)	133
Tabela 64 – Saldo migratório dos municípios da Região do Alto Minho, nos anos 2001, 2011, 2014, 2016 e 2018.....	136
Tabela 65 – Cenários futuros do Saldo Migratório (projeções 2015 – 2080).....	137

Tabela 66 – População residente no concelho de Viana do Castelo segundo a naturalidade da população (2011) (N.º)	138
Tabela 67 – População estrangeira residente no concelho de Viana do Castelo, por nacionalidade e grupo etário (2011) (N.º)	139
Tabela 68 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com Título de Residência (2011, 2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019) (N.º).....	140
Tabela 69 – Residentes no concelho de Viana do Castelo, segundo nacionalidade (2011, 2014, 2016, 2018 e 2019) (N.º)	141
Tabela 70 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2011) (N.º)	147
Tabela 71 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º)	150
Tabela 72 – Pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Viana do Castelo (2018, 2019 e 2020) (N.º)	153
Tabela 73 – Urbanizações Municipais (agosto de 2020)	159
Tabela 74 – População residente no concelho de Viana do Castelo (2015, 2016, 2017, 2018 e 2019) (N.º e %)	160
Tabela 75 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Habitação	164
Tabela 76 – Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), por região de saúde (2011-2016)	166
Tabela 77 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Saúde Mental	173
Tabela 78 – Indicadores de população (Portugal).....	176
Tabela 79 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º)	177
Tabela 80 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º) (Cont.).....	178
Tabela 81 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º) (Cont.).....	178
Tabela 82 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º)	179
Tabela 83 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º)	179
Tabela 84 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º)	180
Tabela 85 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito das Pessoas Idosas	183
Tabela 86 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas com deficiência no concelho de Viana do Castelo (N.º)	187
Tabela 87 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito das Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	192

Tabela 88 – Taxa de sucesso escolar dos alunos inscritos nos Agrupamentos de Escolas de Viana do Castelo no ano letivo 2018/19 (%)	195
Tabela 89 – Equipamentos com as respostas de Creche, Educação Pré-escolar e CATL, por natureza jurídica (N.º)	196
Tabela 90 – Capacidade, ocupação e taxa de ocupação dos equipamentos com resposta de Creche, por natureza jurídica (N.º e %)	197
Tabela 91 – Capacidade, ocupação e taxa de ocupação dos equipamentos com resposta de Educação Pré-escolar, por natureza jurídica (N.º e %)	198
Tabela 92 – Capacidade, ocupação e taxa de ocupação dos equipamentos com resposta de CATL, por natureza jurídica (N.º e %)	198
Tabela 93 – Capacidade, ocupação e taxa de ocupação dos equipamentos com respostas para crianças e jovens em situação de perigo (N.º e %)	199
Gráfico 1 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo a freguesia, no ano de 2011 (N.º)	48
Gráfico 2 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo grupos etários, nos anos de 2001, 2011 e 2018 (N.º)	49
Gráfico 3 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Viana do Castelo, inscritas no Centro de Emprego, segundo o sexo (N.º)	57
Gráfico 4 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Viana do Castelo, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º)	58
Gráfico 5 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo o grupo etário (situação no fim do mês dezembro 2019) (N.º)	59
Gráfico 6 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo os níveis de escolaridade (situação no fim do mês dezembro 2019) (N.º)	60
Gráfico 7 – Densidade de alojamentos na Região do Alto Minho (N.º de Alojamentos/Km ²) ...	65
Gráfico 8 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos no concelho de Viana do Castelo (2011) (%)	66
Gráfico 9 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (análise comparativa entre 2011, 2015 e 2018) (‰)	75
Gráfico 10 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2002, 2007, 2012, 2017) (‰)	77
Gráfico 11 – Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2012-2014, para todas as idades e ambos os sexos (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (%)	79
Gráfico 12 – Evolução da taxa de incidência da infeção VIH (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (/100000 habitantes) (2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017) (%)	82
Gráfico 13 – N.º médio de dias das prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2018) (N.º)	87

Gráfico 14 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, por concelho da Região do Alto Minho (2018) (N.º)	89
Gráfico 15 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social do concelho de Viana do Castelo, segundo a idade (2018) (%)	91
Gráfico 16 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo faixa etária (2018) (N.º)	96
Gráfico 17 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo os níveis de escolaridade concluídos (2001 e 2011) (%)	103
Gráfico 18 – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Viana do Castelo entre 2011 e 2019 (‰)	106
Gráfico 19 – Taxa de criminalidade no concelho de Viana do Castelo por categoria de crime em 2019 (‰)	107
Gráfico 20 – Crimes registados pelas autoridades no concelho de Viana do Castelo, por categoria de crime, entre 2013 e 2019 (%)	108
Gráfico 21 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, entre os anos 2001 e 2018 (N.º)	119
Gráfico 22 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2018 (N.º)	120
Gráfico 23 – Volume processual por grupo etário, nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 (%)	124
Gráfico 24 – Crianças e jovens acompanhados nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 por sexo (%)	125
Gráfico 25 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2018 (N.º)	129
Gráfico 26 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2018 (N.º)	130
Gráfico 27 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2011) (%)	132
Gráfico 28 – População estrangeira residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o género (2019) (N.º)	142
Gráfico 29 – Comunidade cigana residente no concelho de Viana do Castelo, segundo a faixa etária (2021) (N.º)	143
Gráfico 30 – Comunidade cigana residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o nível de escolaridade (2021) (%)	143
Gráfico 31 – Comunidade cigana residente no concelho de Viana do Castelo, segundo a situação face ao trabalho (2021) (%)	144
Gráfico 32 – Comunidade cigana residente na freguesia de Darque, segundo a situação de habitação (2021) (n.º)	144
Gráfico 33 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2011) (N.º)	149

Gráfico 34 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2011) (N.º)	149
Gráfico 35 – Edifícios concluídos para habitação familiar em Viana do Castelo, entre os anos 1995 e 2019 (N.º)	156
Gráfico 36 – Alojamentos familiares vagos em Viana do Castelo, nos anos 2001 e 2011, por tipologia (N.º)	157
Gráfico 37 – Mortes por suicídio (%).....	168
Gráfico 38 – Problemas prioritários de Intervenção ao nível da Saúde identificados em inquérito online a atores locais (%)	169
Figura 1 – NUTS III.....	44
Figura 2 – Concelho de Viana do Castelo.....	44
Figura 3 – Freguesias do concelho de Viana do Castelo, após a reorganização administrativa de 2013.....	45

Lista de Siglas

- ACES** – Agrupamento de Centros de Saúde
- AML** – Área Metropolitana de Lisboa
- APPACDM** – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
- ARS** – Administração Regional de Saúde
- CAOP** – Carta Administrativa Oficial de Portugal
- CATL** – Centro de Atividades de Tempos Livres
- CD** – Centro de Dia
- CEB** – Ciclo de Ensino Básico
- CIF** – Classificação Internacional de Funcionalidade
- CLAS** – Conselho Local de Ação Social
- CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- CSF** – Comissão Social de Freguesia
- CSI** – Complemento Solidário para Idosos
- CSIF** – Comissão Social Inter-Freguesias
- CSP** – Cuidados de Saúde Primários
- DGS** – Direção Geral da Saúde
- EB** – Escola Básica
- ENEAS** – Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável
- ENICC** – Estratégia Nacional para a Integração de Comunidades Ciganas
- ERPI** – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- GNR** – Guarda Nacional Republicana
- IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IGF** – Instituto de Gestão Financeira
- IHRU** – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- ISS, IP** – Instituto da Segurança Social, I.P.
- IVG** – Interrupção Voluntária da Gravidez
- JI** – Jardim de Infância
- NEET** – “Not currently engaged in Employment, Education or Training”
- NGPH** – Nova Geração de Políticas de Habitação
- NUTS** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- PDM** – Plano Diretor Municipal
- PDS** – Plano de Desenvolvimento Social
- Pe** – Valor preliminar
- PIB** – Produto Interno Bruto

PIEF – Percurso Integrado de Educação e Formação
PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão
Pro – Valor provisório
RCM – Resolução de Conselho de Ministros
RLIS – Rede Local de Intervenção Social
RNCCISM – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental
RSI – Rendimento Social de Inserção
Rv – Valor revisto
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SNS – Serviço Nacional de Saúde
TMP – Taxa de Mortalidade Padronizada
UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade
UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
UE28 – Países da União Europeia (UE) a 28 membros
ULS – Unidade Local de Saúde
ULSAM – Unidade Local de Saúde do Alto Minho
USAG – Unidade de Serviços e Apoio Geral
USMC – Unidade de Saúde Mental Comunitária
VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

1. APRESENTAÇÃO

Este diagnóstico social resulta de uma análise profunda a todas as questões sociais do Concelho, com o objetivo de compreender os problemas e as suas causas, sistematizar informação e encontrar as melhores soluções para estes. Esta análise permite-nos priorizar intervenções e estratégias que nos darão as ferramentas e mecanismos para atuar nas áreas chave, caminhando em direção à verdadeira Coesão Social de todo o Concelho de Viana do Castelo. Este trabalho não seria possível sem a colaboração dos parceiros da Rede Social, presentes desde o primeiro momento, foram auscultados em diversas sessões coletivas e individuais, com o objetivo de que este diagnóstico traduzisse exatamente a realidade social do Concelho de Viana do Castelo. Não poderia ser de outra forma, são estes parceiros que estão diariamente no terreno e em várias frentes a dar resposta a todos os Vianenses que em algum momento da sua vida recorrem a estes serviços. Parceiros representantes de respostas sociais ligadas à infância, aos idosos, assim como às populações mais vulneráveis.

A nossa maior preocupação durante todo este trabalho, foi garantir uma aproximação à realidade social, esta foi conseguida através da riqueza dos contributos e dos dados recolhidos que suportam este documento.

Resta-me agradecer a todos os parceiros que colaboraram, à equipa da Coesão Social do Município e ao parceiro externo que nos apoiou na elaboração deste documento.

Carlota Borges

Vereadora da Coesão Social do Município de Viana do Castelo

2. NOTA INTRODUTÓRIA

O Diagnóstico Social do concelho de Viana do Castelo, sendo parte integrante de um processo de planeamento de intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio, reveste-se como um primeiro instrumento de planeamento cuja atualização sistemática é essencial para uma atuação eficaz face à realidade do território. Um diagnóstico social é assim, pela sua natureza dinâmica, um documento que não encerra um processo, mas antes é desencadeador de outros, devendo estar permanentemente aberto a novos contributos e atualizações. Não obstante, perante os principais constrangimentos e vulnerabilidades do território, e das suas comunidades em matéria de inclusão social, é relevante produzir, periodicamente “pontos de situação” que diagnostiquem e materializem os processos de levantamento de problemas e necessidades, bem como de identificação de recursos e potencialidades existentes no território. O presente documento constitui, precisamente, a concretização deste processo.

O conteúdo do Diagnóstico Social de Viana do Castelo resulta de um processo de maturação e reflexão no seio da Rede Social, o qual desencadeou um conjunto de processos de recolha de informação e de contributos recolhidos junto dos diversos *stakeholders* locais que foram mobilizados para este processo, cruzados e complementados por um leque alargado de indicadores que foi possível recolher junto dos parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), bem como de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE) ou outros órgãos da administração pública, como Ministérios e as suas Direções Gerais e documentos internos fornecidos pelos diferentes serviços do município. A abordagem metodológica utilizada valorizou a experiência daqueles que mais próximo estão dos problemas e de quem os vive, as instituições locais e os seus técnicos e dirigentes.

Com a implementação deste processo de planeamento pretende-se que o Município e as entidades parceiras que constituem a Rede Social de Viana do Castelo passem a ter: um Diagnóstico Social que seja resultado da reflexão e participação dos *stakeholders* locais e onde todos se revejam; um instrumento de suporte a candidaturas a programas e medidas; clareza estratégica quanto ao percurso de desenvolvimento social do concelho; um instrumento de trabalho que potencie o aproveitamento cabal das oportunidades de financiamento e apoio para projetos e respostas na área social.

3.O PROGRAMA REDE SOCIAL

O Programa Rede Social foi concebido pelo governo português à data de 1997 e formalizado através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) 197/97 de 18 de novembro. Posteriormente foram publicados o Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho.

O Programa assume um contexto societal pós-moderno, marcado por um novo entendimento dos processos de mudança e desenvolvimento social, traduzido no conceito de 'sociedade em rede'.

Esta RCM designa por Rede Social "... o conjunto das diferentes formas de entreajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social", alicerçando o conceito na "... tradição secular de entreajuda familiar e de solidariedade mais alargada" do país.

Tendo por base a ideia descrita, o Programa procura estimular a criação de redes locais de cooperação (de base concelhia ou intra concelhia), que reconheçam a multidimensionalidade dos fenómenos e a complementaridade entre os setores público e privado e promovam a participação ativa das populações e seus representantes nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento local. Deste modo, estas redes locais devem estar aptas a: i) unir os esforços das diversas organizações com intervenção na esfera social, de modo a obter ganhos de eficácia; ii) alinhar meios, procedimentos e agentes de resposta a nível local; iii) rentabilizar os recursos endógenos aos territórios e, por conseguinte, às organizações que neles operam e às populações que neles habitam (ou trabalham); iv) promover inovações na concretização das políticas sociais; v) fomentar relações de confiança e partilha com proveitos e mais-valias para todas as partes.

Estes objetivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada, e procuram evitar o desperdício de recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas. De modo a dar cumprimento a estes objetivos, o Programa privilegia um conjunto de princípios orientadores, a saber:

Princípio da Integração

Este princípio chama a atenção para a necessidade de uma atuação conjunta entre as diferentes organizações que operam num dado território, bem como entre os três grandes pilares do desenvolvimento territorial (economia, ambiente e social).

“O desafio que se coloca à Rede Social é o de se ser capaz de integrar as várias medidas de política e os instrumentos existentes ao nível dos vários setores numa ação concertada e coerente de desenvolvimento local.”

Princípio da Articulação

Este princípio decorre do primeiro e concretiza a necessidade de articular a intervenção dos diferentes atores locais que operam num mesmo território, de forma horizontal, simplificada, participada e corresponsável.

“Em consonância com este princípio, a Rede Social deve constituir um suporte da ação, permitir criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, fornecer uma logística comum aos diferentes parceiros e contribuir para a promoção de projetos.”

Princípio da Subsidiariedade

O princípio da subsidiariedade traduz uma ideia de proximidade às populações, aos seus problemas, aos seus recursos e às suas capacidades, de modo a envolver os destinatários das intervenções na definição do seu próprio processo de desenvolvimento e de modo a obter ganhos efetivos em termos de eficácia, eficiência e impacto das medidas.

“Neste contexto, a aplicação deste princípio implica reconhecer que, só depois de explorados os recursos e competências locais, se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução dos problemas.”

Princípio da Inovação

Este princípio representa o reconhecimento do tipo de sociedade atual, caracterizada pela volatilidade e por um ritmo de mudança sem precedentes na história da Humanidade, o que acarreta novas exigências às organizações e aos indivíduos, no sentido de se adaptarem e criarem respostas organizacionais inovadoras e em conformidade com estas exigências.

“Ao apostar na descentralização da intervenção social e na responsabilização conjunta dos agentes locais, no desenvolvimento de uma nova forma de parceria estratégica baseada numa ampla democracia participativa e no planeamento intersectorial da intervenção social local, a Rede Social coloca-se na vanguarda do processo de inovação da intervenção social e da transformação de mentalidades.”

Princípio da igualdade de género

O planeamento e a intervenção integram a dimensão de género quer nas medidas e ações quer na avaliação do impacto. A importância da questão da igualdade está alicerçada no pressuposto de que uma maior igualdade de género tem impactos positivos em diversos sectores da vida social, económica, cultural e política, nomeadamente: i) a nível macroeconómico, contrariando os efeitos negativos do envelhecimento da população por via da atenuação da falta de mão-de-obra e de competências em algumas profissões e do contributo para o crescimento pela base da pirâmide demográfica, fazendo com que as opções de natalidade não estejam sujeitas a constrangimentos laborais ou materiais; ii) a nível microeconómico, considerando-se que uma organização do trabalho mais flexível e que tem em conta a família, favorece a redução do absentismo e potencia a produtividade e competitividade das empresas e das regiões; e iii) a nível sociocultural, sendo que uma maior participação política e cívica das mulheres e o igual acesso a direitos e oportunidades contribuem para uma sociedade mais coesa e mais justa.

No plano metodológico, o Programa situa-se no quadro de desenvolvimento de novas formas de pensar a intervenção social, tendendo à superação definitiva do paradigma assistencialista, com as suas lógicas de intervenção centradas em situações pontuais e individualizadas.

Correspondendo ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, algumas ideias têm vindo progressivamente a impor-se, designadamente a corresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate aos fenómenos de pobreza e exclusão, traduzida no desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

É com base nesta perspetiva que foi proposto aos concelhos que implementam o Programa que desenvolvam os seguintes produtos:

Formalização das estruturas de parcerias: Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF) e outros grupos de trabalho ou temáticos, de acordo com a realidade de cada concelho.

Os CLAS e as CSF são as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível concelhio e a nível de freguesia. Estas estruturas são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros.

Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local

A elaboração do diagnóstico concorre para um maior conhecimento dos recursos existentes (endógenos e exógenos) e das capacidades dos territórios para o recenseamento dos problemas, o esclarecimento das carências, a determinação de prioridades e as estratégias a adotar.

O desenho e implementação de um sistema de informação local apoia-se no trabalho desenvolvido para elaborar o diagnóstico social. Trata-se de construir um sistema de recolha de informação permanente que permita a atualização periódica do conhecimento da realidade social nas freguesias e no concelho, servindo de base à atualização e aprofundamento do diagnóstico social.

Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

Estes planos desenvolvem-se a partir dos diagnósticos elaborados e da consequente definição de prioridades e linhas estratégicas para a intervenção local. A elaboração do PDS deve ser um processo participado, negociado e contratualizado entre os parceiros, assim como o processo de elaboração do diagnóstico social. Desta forma, garante-se a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos em presença e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano.

É, desta forma, possível aumentar a capacidade de identificação e resolução de problemas, gerando respostas concretas, incrementar o número de projetos locais com base na reunião de recursos e capacidades das organizações, melhorar os níveis de

participação dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de *empowerment* (individual, coletivo e organizacional).

Modelo de articulação entre as parcerias existentes no território concelhio

Este modelo tem por objetivo equacionar propostas locais de articulação entre as parcerias que já existem no terreno, assumindo a Rede Social o papel de parceria enquadradora. Este desafio pretende dar resposta ao problema da multiplicação de parcerias de diversos âmbitos no plano local, as quais por vezes contribuem para a multiplicação de reuniões e para a dispersão de esforços dos técnicos das várias entidades. Este modelo deverá ter como impactos: 1) rentabilização da ação dos agentes locais pertencentes às diferentes entidades locais com intervenção social; 2) transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura às outras entidades e às populações. Esta articulação deverá traduzir-se, ainda, numa simbiose entre instrumentos de planeamento local (Plano Diretor Municipal, Planos Estratégicos, etc.) e nacional (PNAI, PNI, Plano Nacional de Emprego, Plano Nacional de Saúde, etc.) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local.

Rede Social de Viana do Castelo

A Rede Social do concelho de Viana do Castelo é composta por um CLAS e o respetivo Núcleo Executivo. O CLAS é constituído por representantes de 134 Entidades ou Organismos do setor público, IPSS, ONG's, Associações, Cooperativas e Juntas de Freguesia. O CLAS tem como principais objetivos:

- Estimular a reflexão e discussão, fomentando o seu crescente envolvimento na comunidade e sua participação/colaboração;
- Sinalizar, caracterizar e priorizar os atuais problemas sociais locais e identificar os recursos e as potencialidades existentes;
- Implementar de forma generalizada metodologias de trabalho assentes no planeamento estratégico, na monitorização e avaliação;
- Promover o desenvolvimento social local.

O CLAS é presidido pela vereadora de Ação Social da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

4. NOTA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada na elaboração do Diagnóstico Social de Viana do Castelo foi concebida e executada em torno de dois tipos de informação distinta e complementares entre si. A saber, as perceções dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social, no concelho de Viana do Castelo, e os dados estatísticos oficiais, relativos às áreas que são abordadas e aprofundadas no presente documento.

As perceções dos profissionais dos diversos parceiros da Rede Social, relativamente aos seus territórios e áreas de atuação, foram fundamentais para a elaboração e estruturação do atual diagnóstico. Esta informação foi produzida e recolhida em três etapas distintas do trabalho realizado. Por um lado, foi realizado um inquérito *online* (ver anexo I), aplicado a todos os parceiros da Rede Social. Através deste instrumento, as entidades tiveram a possibilidade de identificar as áreas prioritárias para o concelho, de acordo com as suas perceções e conhecimento do território (foram obtidas 66 respostas ao questionário). Num segundo momento, e simultaneamente com a aplicação desta ferramenta *online*, foram realizadas sessões com os atores locais, onde foram identificados os principais problemas do território, as suas causas, os recursos que podem potenciar a solução dos mesmos e ainda as propostas de intervenção mais adequadas.

Realizou-se um terceiro momento de recolha de informação, uma entrevista *online* com a Vereadora do Pelouro da Coesão Social e com uma representante da equipa técnica da Rede Social, com o objetivo de conhecer as suas perspetivas sobre a intervenção e realidade social do município.

Complementarmente à recolha de perceções referidas nas três etapas anteriores, foi recolhido um conjunto de informações específicas junto dos diversos setores de intervenção presentes no CLAS, o que permitiu obter informação detalhada e produzida localmente, que não se encontra disponível nos dados oficiais já publicados.

Para além do levantamento de todas estas perceções e dados setoriais, foi realizada a análise documental de um conjunto alargado de estatísticas oficiais de referência, instrumentos de planeamento, planos e relatórios referentes às várias áreas que integram o presente Diagnóstico Social, para além das referências bibliográficas identificadas, fundamentais para a produção deste documento. Enquanto limitações sentidas na análise da informação, destacamos o período decorrente desde o último

momento censitário (2011) e no qual nos fundamentámos para caracterizar as freguesias do concelho, bem como, alguma disparidade de dados entre fontes oficiais (INE; PORDATA).

Após a recolha dos dados foi feita a sua interpretação e análise, resultando de uma abordagem de complementaridade e triangulação de perspetivas entre informações de naturezas distintas, o que possibilitou, para além da caracterização do território de Viana do Castelo, a identificação dos principais constrangimentos para os quais será prioritário encontrar estratégias de atuação adequadas, as quais poderão constituir a componente fundamental do que será o Plano de Desenvolvimento Social.

5. SÍNTESE DIAGNÓSTICA

Um diagnóstico social pretende fornecer um conjunto de informações importantes que permita a eficiência, eficácia e impacto da intervenção e nesse sentido quer contribuir com conteúdos que facilitem a clareza estratégica para o percurso de desenvolvimento social do concelho.

Começamos, então por um conjunto de conclusões de âmbito mais genérico, que terão reflexo no que foram consideradas posteriormente, áreas prioritárias de desenvolvimento para o concelho e que também resultam da perceção da maioria dos atores chave contactados.

Os dados, que poderão ser consultados com maior detalhe nos pontos que se seguem, apresentam informações, que ainda que não sejam absolutamente novos, são significativos para compreender a realidade social do concelho. De forma a sintetizar graficamente alguns destes dados apresenta-se um infograma, que intitulámos por “Retrato Municipal”.

Continuando a reflexão em torno do que são dados demográficos, é importante destacar que o concelho de Viana do Castelo entre 2011 e 2018 regista uma diminuição populacional. Estima-se que no final de 2018, residiam no concelho 84.636 habitantes. Destes, existe um aumento significativo da população com idade igual ou superior a 65 anos e uma diminuição da população com idade igual ou inferior a 14 anos e entre os 15 e os 64 anos. Consequentemente, é de sinalizar que Viana do Castelo apresenta um índice de envelhecimento de 186,1, valor superior à média nacional (159,4) e da região norte (159,6) significando com isso problemas associados, designadamente ao nível do acompanhamento e da qualidade de vida desta população (Anuário Estatístico Região Norte 2018).

Do ponto de vista do mercado de trabalho, salienta-se a elevada densidade de estabelecimentos e de empresas existente no concelho, bem como a existência de 10 grandes empresas, o que contribui positivamente para a empregabilidade da população residente. Ao nível do desemprego, os números acompanham as médias nacionais, tendo vindo a decrescer desde 2013, sendo que a maioria da população que se encontra desempregada está em idade ativa (35-54 anos), seguida da faixa etária acima dos 55 anos. No final do ano 2019, encontrava-se inscrita no Centro de Emprego 3,1% da população residente com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Os dados revelam alguma fragilidade ao nível do edificado, com elevada percentagem de edifícios antigos e que necessitam de obras de reparação. Salienta-se que, no que se refere à habitação social, Viana do Castelo é o município da Região do Alto Minho com maior número de fogos de habitação social, sendo que a maioria dos quais se encontram arrendados. O aumento do valor das rendas que se tem vindo a sentir por todo o território nacional, afetou também o concelho de Viana do Castelo, o que aliado à pouca oferta de habitação para arrendar e adquirir a custos controlados tem contribuído para a saída de população do território.

Relativamente à saúde, este concelho apresenta uma relação de número de médicos por 1000 habitantes superior a todos os municípios da Região do Alto Minho. As Unidades de Saúde existentes no concelho respondem à grande maioria da população residente, sendo que apenas 0,2% dos utentes inscritos não tem médico de família, alguns dos quais por opção (à data de abril de 2020). Entre as principais causas de morte, nas Unidades Locais de Saúde do Alto Minho, encontram-se as doenças do aparelho circulatório, os tumores malignos e as doenças do aparelho respiratório.

No que se refere à proteção social, os dados confirmam que o concelho tem grupos populacionais com vulnerabilidades, sendo a precariedade económica e a pobreza sinais dessa situação com reflexo em diferentes dimensões. Assim, apesar de Viana do Castelo surgir como o segundo concelho da Região do Alto Minho com menor percentagem de pensionistas (por velhice, invalidez e sobrevivência), face ao total da população residente (28,6%), é o quarto concelho desta sub-região com maior percentagem de beneficiários de subsídio de desemprego (3%), bem como o segundo concelho com maior percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (1,6%), dos quais aproximadamente 39% tinham menos de 25 anos. Considerando que o limiar de risco de pobreza (anual), em 2018, foi de 6.014€ e os valores médios anuais das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência e de subsídio de desemprego no concelho de Viana do Castelo, foram de 4.761€, 5.484€, 2.970€ e 2.682€, respetivamente, é possível inferir sobre a fragilidade económica destes mesmos grupos populacionais.

Ao nível da população estrangeira os dados revelam que esta tem vindo a aumentar desde 2016, sendo maioritariamente proveniente do Brasil, Espanha e França.

No que respeita à área da deficiência e/ou incapacidade, em 2011, cerca de 17,03% da população residente referiu ter pelo menos uma dificuldade ao nível físico e/ou cognitivo, sendo as mais prevalentes na população as dificuldades associadas à mobilidade, à visão, à memória/concentração e à audição.

Apesar de registar o menor número de crianças e jovens dos últimos desde 2001, Viana do Castelo tem continuado a investir na promoção e qualidade da educação. Em 2018, o concelho regista uma taxa bruta de pré-escolarização e de escolarização elevada no ensino básico e no ensino secundário (superior a 100%). No ano 2011, ainda existia uma percentagem significativa da população residente sem qualquer nível de escolarização concluído ou apenas com o 1º Ciclo do Ensino Básico, repercutindo-se no nível de vida de muitas famílias. Face aos dados é por isso importante realçar que, nos últimos 5 anos, tem existido um volume médio dos processos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Castelo (CPCJ), na ordem dos 455, sendo que as tipologias que mais se evidenciam são: exposição a situações de violência doméstica, negligência e devido a criança ou jovem assumir comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem oposição adequada dos pais.

A taxa de criminalidade no concelho tem vindo a oscilar desde 2011, tendo-se registado o valor mais elevado em 2019 (32,4%), sendo os crimes contra o património e contra a integridade física os que ocorreram em maior número no território.

Sendo este diagnóstico um instrumento de apoio ao planeamento é importante evidenciar a necessidade de que se possa seguir a construção de um guia de recursos ou carta social do concelho, onde constem os equipamentos, respostas sociais e projetos por área temática; a realização de planos específicos para levantamento das reais necessidades da população, nomeadamente ao nível da população migrante e minorias, população com deficiência e/ou incapacidade e idosos em situação de isolamento geográfico e/ou social.

A partir da análise documental e da auscultação aos atores, gostaríamos ainda de salientar algumas conclusões que surgiram ao longo deste processo e que são a nosso ver, importantes para o planeamento estratégico.



Viana do Castelo, com uma localização junto à faixa costeira e à fronteira com Espanha, apresenta um potencial de conectividade fruto das infraestruturas de transporte existentes (rodoviária, marítima, ferroviária e até próximo de acessos aeroportuários: Porto e Vigo) que podem ser promotores do desenvolvimento económico e social do território.



O funcionamento da Rede Social, a relação e articulação estabelecida entre os parceiros, são aspetos facilitadores e cruciais para uma intervenção concertada no âmbito do desenvolvimento social do concelho.



De acordo com os atores locais existem insuficientes respostas sociais ao nível de: tratamento e acompanhamento de doenças (neuro)degenerativas, deficiência, doença mental, pessoas idosas (a curto/ médio prazo), infância e juventude (nomeadamente Creche, Pré-escolar e ATL), ajudas técnicas e respostas de apoio ao cuidadores informais.



O número de residentes no concelho tem vindo a diminuir nas últimas duas décadas, não só devido ao aumento da taxa bruta de mortalidade e à diminuição da taxa bruta de natalidade, mas também devido à procura de melhores condições de vida em outros territórios. É crucial equacionar medidas de fixação da população e dotar o concelho de estruturas e respostas de apoio à população.



O aumento da população idosa é significativo. Sendo esta a tendência nacional, seria importante um planeamento a longo prazo que permita criar respostas para as necessidades atuais, mas também para aquelas que já se sabem que existirão daqui a 5-10 anos.



A fragilidade de competências pessoais, sociais e parentais, a carência económica, e a relação / afastamento entre a família e a escola e a dificuldade em conciliar a vida profissional e familiar, têm implicações nas dinâmicas familiares e muitas vezes repercutem-se em situações de negligência parental, maus tratos e violência doméstica. Existe a perceção que estas situações necessitam de um maior acompanhamento.



A rede de transportes pública é percecionada como claramente insuficiente, com fortes repercussões ao nível do isolamento social, do acesso ao emprego e a serviços. É por isso fundamental repensar como aumentar a sua capacidade, a oferta horária, a adequação à população com mobilidade reduzida e uma melhor distribuição territorial.



Viana do Castelo apresenta espaços qualificados de acolhimento empresarial, o que se tem refletido no número elevado de empresas, estabelecimentos e indústrias sediados no concelho. Apesar do número reduzido de pessoas em situação de desemprego, existe a perceção de que a adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses dos jovens poderá contribuir para o aumento do emprego e da fixação da população jovem no território.

Finalmente, e como resultado da análise de toda a informação recolhida, sistematizada e analisada, é possível identificar um conjunto de prioridades, recomendações e recursos que decorrem da elaboração do Diagnóstico. Para facilitar a leitura e a incorporação destes em futuros documentos de reflexão ou mesmo operacionais, decidimos sistematizar a informação a partir das áreas prioritárias identificadas neste processo (indicadores e perceções dos atores locais e propostas de intervenção).

HABITAÇÃO

- Dificuldade de acesso a habitações sociais ou a custos controlados;
- Dificuldade económica das famílias para suportar as rendas;
- Aumento significativo do valor das rendas no território;
- Número insuficiente de habitações para arrendar e adquirir no mercado privado;
- Pouca oferta de habitação social;
- Parque habitacional antigo e a necessitar de obras de requalificação;
- Falta de resposta habitacional para grupos populacionais específicos:
 - Pessoas idosas;
 - Pessoas com doença física e mental.

- ▶ Diagnóstico das carências habitacionais e levantamento das necessidades de requalificação do património habitacional;
- ▶ Implementar o plano estratégico de habitação municipal – Estratégia Local de Habitação;
- ▶ Maior divulgação dos apoios existentes, nomeadamente da medida de apoio ao arrendamento;
- ▶ Revisão da política de habitação social do concelho;
- ▶ Proporcionar maior igualdade no acesso ao mercado de habitação, através de uma oferta mais adequada e acessível aos rendimentos familiares;
- ▶ Criação de respostas habitacionais adequadas às necessidades da população.

SAÚDE MENTAL

- Respostas insuficientes face às necessidades ao nível da saúde mental;
- Aumento do n.º de pessoas com perturbações mentais e do comportamento;
- Falta de respostas comunitárias de acompanhamento regular;
- Comunidade pouco sensibilizada e informada sobre questões relacionadas com a saúde mental;
- Existência de fatores como: Índice de Envelhecimento elevado, consumo de droga e álcool, situações de vulnerabilidade económica e isolamento social que podem potenciar situações de maior vulnerabilidade ao nível da saúde e da saúde mental em particular;
- Isolamento da população;
- Sobrecarga dos cuidadores informais;
- Cuidadores formais e informais sem informação e conhecimento específico ao nível da saúde mental.

- ▶ Aumento das respostas a nível territorial, descentralizadas e de fácil acesso às populações com vista ao tratamento;
- ▶ Abertura formal de unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental para a população adulta, infância e juventude;
- ▶ Fomentar equipamentos com respostas para a população com doença mental (ocupação diária, residencial, apoio domiciliário, etc.);
- ▶ Capacitação de cuidadores formais e informais;
- ▶ Constituição de redes de apoio a cuidadores informais;
- ▶ Implementação de gabinetes de saúde no município;
- ▶ Implementar um Grupo de Trabalho da Saúde Mental concelhio;
- ▶ Promover uma ação concertada no âmbito da intervenção em saúde mental, em articulação com Saúde, Autarquia, Instituições do concelho, que atuem ao nível da prevenção, monitorização e acompanhamento;
- ▶ Promoção de programas de prevenção e promoção da saúde e de iniciativas no âmbito da “educação para a saúde e literacia em saúde”;
- ▶ Estabelecimento de parcerias / celebração de protocolos com entidades privadas para a integração de pessoas com doença mental;
- ▶ Promover a articulação entre entidades com intervenção no território que possam realizar o acompanhamento a consultas / outras diligências na área da saúde.

PESSOAS IDOSAS

- O n.º de pessoas idosas tem vindo a aumentar no concelho de Viana do Castelo;
- Verifica-se um agravamento de situações de dependência e um aumento de diagnósticos de demência;
- O suporte familiar é muitas vezes insuficiente;
- As respostas sociais existentes apresentam taxas de ocupação elevadas. Podem a curto e médio prazo ser insuficientes para responder às necessidades da população idosa (SAD, ERPI e CD).
- Não existem respostas no concelho especializadas ao nível das demências;
- Existe a perceção de existir um n.º elevado de pessoas idosas em situação de isolamento social;
- A rede de transportes públicos é insuficiente.

- ▶ Elaboração de um plano municipal para área do envelhecimento;
- ▶ Criação de grupo de trabalho na área do envelhecimento;
- ▶ Reforço da capacidade dos equipamentos, respostas sociais da rede solidária e ajudas técnicas, bem como, adequação do seu funcionamento (horários) e serviços face às necessidades identificadas (situações de demência e de maior dependência);
- ▶ Desenvolver rede de cuidadores informais e formais;
- ▶ Sensibilização e formação de cuidadores formais e informais;
- ▶ Realizar o mapeamento de situações de isolamento social de pessoas idosas;
- ▶ Dinamizar rede de “Teleassistência” de cuidado diário com a população isolada;
- ▶ Desenvolver estratégias/ serviços que permitam o apoio e descanso dos cuidadores;
- ▶ Melhorar a rede e a acessibilidade a transportes públicos.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

- As respostas sociais existentes apresentam taxas de ocupação elevadas, sendo insuficientes para responder às necessidades da população com deficiência e/ou incapacidade (CAO, Lar de Apoio e Lar Residencial);
- São necessárias mais respostas que promovam a autonomização de pessoas com deficiência (apenas existe um CAVI);
- As pessoas com deficiência enfrentam barreiras no acesso ao mercado de trabalho, o que se tem refletido na baixa taxa de empregabilidade desta população;
- Os cuidadores de pessoas com deficiência e/ou incapacidade encontram-se sobrecarregados física e psicologicamente;
- Existe a percepção de existirem comportamentos discriminatórios e estigmatizantes para com a população com deficiência e/ou incapacidade.

- ▶ Investimento na criação de respostas que promovam a autonomização de pessoas com deficiência e/ou incapacidade;
- ▶ Reforço da capacidade dos equipamentos, respostas sociais da rede solidária e ajudas técnicas, bem como das equipas de Intervenção Precoce e do Centro de Recursos para a Inclusão;
- ▶ Levantamento da população com deficiência residente no concelho e suas necessidades;
- ▶ Investimento no apoio ao alargamento de respostas de emprego protegido;
- ▶ Promoção de ações de sensibilização sobre deficiência para a comunidade e empresas;
- ▶ Realização de parcerias entre entidades com formação profissional e empresas;
- ▶ Formação específica para cuidadores formais e informais;
- ▶ Desenvolver estratégias/ serviços que permitam o apoio e descanso dos cuidadores;
- ▶ Melhorar a rede e a acessibilidade a transportes públicos.

OUTRAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Emprego, Formação e Qualificação Profissional
- Infância e Juventude
- Criminalidade e Segurança
- Família e Comunidade

- ▶ Pouca oferta de emprego para pessoas com baixas qualificações e com idade superior a 50 anos, com qualificações superiores, com deficiência ou incapacidade e para migrantes;
- ▶ Desajuste entre oferta formativa e as ofertas de emprego existentes e as necessidades do território;
- ▶ Abandono e absentismo escolar;
- ▶ Fragilidade económica das famílias;
- ▶ Dificuldade de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar;
- ▶ Negligência parental;
- ▶ Aumento da criminalidade (violência doméstica, contra pessoas idosas e situações de maus-tratos);
- ▶ Insuficiência de respostas sociais (Creche, Pré-escolar e ATL).

O Contexto Nacional

No início do ano 2020, Portugal encontrava-se num período marcado por uma tendência de retoma e crescimento da economia, após um período de austeridade (com a intervenção do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia) que afetou o contexto económico e social do país. Em março de 2020, com o início da pandemia por Covid-19, começamos a ser assaltados por preocupações com as repercussões sociais e económicas que poderão surgir. Assim, é importante ter em consideração as vulnerabilidades e constrangimentos, de diversa ordem, que persistem ao nível do desenvolvimento do país, destacando-se, pela relevância que assumem em matéria de coesão social (domínio que enquadra o presente documento de diagnóstico), os que se seguem.

O desafio da evolução demográfica

A evolução da demografia nacional traduz-se num acentuado envelhecimento da população residente. Este é o resultado de um conjunto complexo de fatores económicos, sociais e culturais, parte dos quais diretamente associados ao desenvolvimento do país nas últimas décadas. Mas hoje, a população portuguesa tem visto esse fenómeno acentuar-se, quer pelo topo da pirâmide, em consequência do aumento da esperança média de vida (80,8 em 2017 e 2016; 80,6 em 2015; 80,4 anos em 2014; 80,2 anos em 2013 [...] 78,5 em 2006) - o que é positivo - quer pela base, resultado do adiamento da maternidade (em 2019 a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é de 30,5 anos, face a 2007, em que este indicador registava o valor de 28,2 anos) e do reduzido número médio de filhos por mulher em idade fértil (o índice sintético de fecundidade em 2019 é de 1,42 filhos, face a 1,35 em 2007, tendo, durante esta década, passado por valores de 1,21 e 1,23, em 2013 e 2014 respetivamente).

Portugal foi o décimo segundo país com maior número de nascimentos entre os países da UE27, no ano de 2019 (86.579). Apesar de se verificar um aumento da natalidade nos últimos anos (desde 2014), este não é significativo face à diminuição que se tem vindo a observar desde a década de 90.

O envelhecimento demográfico nos países industrializados é uma realidade relativamente à qual Portugal não é exceção. O índice de envelhecimento mais do que duplicará (317 pessoas idosas por cada 100 jovens) e a população em idade ativa

diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Esta tendência é transversal a todas as regiões do país.

O envelhecimento da população contribui igualmente, de forma determinante, para a evolução da estrutura do mercado de trabalho. Em 2019, 22,4% da população ativa tinha mais de 55 anos. A taxa de inatividade da população com mais de 65 anos foi, em 2018, de 88,17%, tendo-se registado um aumento de 6,37% em 10 anos. Assim, entre 2008 e 2019, verificou-se um aumento de 12,2% do número de pensões de velhice do regime da segurança social.

O risco de pobreza na população idosa tem vindo a aumentar. Em 2018, 17,3% das pessoas com mais de 65 anos encontrava-se em risco, após receberem transferências sociais. Estas transferências têm um impacto elevado na redução do risco de pobreza, visto que, para o mesmo ano e antes de receberem transferências sociais, o mesmo era de 88,8%.

Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (2017-2025).

A estas dinâmicas naturais acresce o incremento dos movimentos migratórios da população em idade jovem, seja de retorno dos imigrantes aos seus países de origem, seja de saída de emigrantes para outros países.

Os desequilíbrios demográficos daqui decorrentes acarretam consequências diversas, que em contexto de crise económica e social se tornam particularmente sensíveis: o agravamento da relação entre a população em idade ativa e os dependentes; a crescente presença da 4ª idade na sociedade portuguesa (mais de 5% da população portuguesa com idade superior a 80 anos, segundo os Censos 2011); a maior pressão sobre os sistemas de saúde e de proteção social ou a necessidade de novos ajustamentos entre a oferta e a procura de serviços de proximidade.

O desemprego e a exclusão social

A taxa de desemprego em Portugal verificou uma trajetória ascendente desde o início do século, agravando-se na sequência da crise económica internacional e no contexto exigente do processo de ajustamento na economia portuguesa, verificando-se, contudo, uma ligeira inversão desta tendência desde 2015 (7% no final de 2019 e 2018, 8,9% no final de 2017; 11,1% em 2016; 12,4% no final de 2015 [...] 8,0% em 2007, segundo o INE). Devido à pandemia, prevê-se que este seja um dos setores sociais que sofrerá um maior impacto negativo, apesar de todos os esforços governamentais para apoiar o sector económico e empresarial. O desemprego de longa duração¹, afetando atualmente quase metade da população desempregada (43,2% em 2019, 47,1% em 2018, 49,2% em 2017 e 40,9% em 2007) (3,2% de desempregados de longa duração em 2019 e 4% em 2007) constitui um fator de preocupação acrescida, não só pelos custos sociais que acarreta, favorecendo o agravamento e perpetuação das situações de pobreza e exclusão social, mas também pela perda de capital humano com reflexos significativos no potencial de crescimento da economia.

A situação dos jovens no mercado de trabalho merece igual nível de preocupação, sobretudo pelo acréscimo muito relevante de jovens que não estão em situação de emprego, nem de ensino ou formação (hoje habitualmente designados por NEET: 'Not currently engaged in Employment, Education or Training', em português: 'É um jovem que não está nem a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação').

No atual contexto da sociedade portuguesa, as implicações do desemprego prolongado sobre o rendimento disponível das famílias, a pobreza monetária e as desigualdades de rendimento decorrem, desde logo, da centralidade dos rendimentos provenientes do trabalho nos orçamentos familiares, bem como pelo fenómeno do sobre-endividamento das famílias, traduzindo-se num aumento das taxas de incumprimento nos créditos assumidos. Por outro lado, uma adequada inserção no mercado de trabalho constitui um fator muito relevante nos processos de socialização e, como tal, de integração social plena dos cidadãos em idade ativa, pelo que o desemprego, nomeadamente de longa

¹ Desempregados de longa duração' são pessoas que estão inscritas no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) há 12 meses ou mais – Dec. Lei nº72/2017

duração, comporta riscos de desestruturação pessoal e social que estão para além das questões estritas do acesso ao rendimento.

A evolução do desemprego e da situação social do país tem impactos assimétricos na população e no território, atingindo de forma diferenciada os seguintes grupos: desempregados de longa duração, destacando-se os adultos seniores e os jovens adultos (nomeadamente os que se encontram à procura do primeiro emprego); assalariados com baixas qualificações e remunerações; crianças e jovens em risco, nomeadamente os que pertencem a agregados familiares com baixa intensidade laboral ou a famílias monoparentais e/ou numerosas. Existem, ainda, outros grupos vulneráveis como os trabalhadores da economia informal, as mulheres (pelas discriminações de que são alvo, nomeadamente no acesso ao trabalho de qualidade e na progressão profissional), as pessoas idosas (em particular os de idade mais avançada), as pessoas com deficiências ou incapacidades, os imigrantes e grupos étnicos e as pessoas sem-abrigo. Estes são grupos com forte incidência relativa de baixos rendimentos, em que as redes de apoio informal tendem a ser especialmente frágeis e que experienciam dificuldades acrescidas no acesso ao mercado de trabalho.

Portugal apresenta atualmente elevados níveis de pobreza monetária e de exclusão social, refletindo-se em aspetos como: incidência da pobreza infantil, conjugada tanto com elevados níveis de persistência, como de intensidade, potenciando a reprodução intergeracional da pobreza; vulnerabilidade acrescida dos agregados com crianças, em particular as famílias monoparentais e as numerosas; situações de insuficiência de recursos em agregados com adultos que trabalham, tipicamente associados a níveis de escolaridade muito reduzidos e que se refletem em desigualdades salariais acentuadas; crescente número de famílias com baixa intensidade de trabalho, traduzindo-se em novas situações de pobreza monetária e de desigualdade de rendimentos; existência de grupos específicos particularmente vulneráveis, como os já referidos anteriormente. Tem-se verificado ainda que o fenómeno do sobre-endividamento corresponde a um dos fatores emergentes de empobrecimento e de agravamento das situações de pobreza monetária.

O processo de reestruturação da economia portuguesa tornou mais prementes as alterações estruturais ao nível do mercado de trabalho, particularmente em relação às qualificações, mas também, e numa perspetiva de médio prazo, na capacidade de

inclusão no mercado de trabalho de públicos mais vulneráveis e afetados pela crise económica, nomeadamente os trabalhadores com mais idade, para os quais se torna mais relevante a questão das qualificações e da adaptabilidade face às novas exigências do mercado, assim como os mais jovens, com dificuldades acrescidas de inserção profissional e as pessoas com deficiência, mais afastadas da plena participação no mercado de trabalho.

Privação material severa

A privação material severa registou um decréscimo contínuo desde 2008, ano em que registou uma taxa de 9,7%, até 2012 (8,6%). Contudo, esta situação agravou-se em 2013 e 2014 (atingindo valores de 10,9% e 10,6% respetivamente). A partir de 2015 o valor voltou a descer, apresentando os valores de 9,6%, 8,4%, 6,9%, 6%, 5,6% respetivamente em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Qualificações

O nível médio de qualificações da população é baixo, o que constitui um constrangimento fundamental ao desenvolvimento social, económico e territorial do país. Na estrutura de qualificações portuguesa predominam ainda os níveis mais baixos de educação formal, em contraste como o modelo económico que tem vindo a consolidar-se no seio da UE, assente em médias e altas qualificações. Embora a situação seja substancialmente mais favorável entre as novas gerações, Portugal continua muito aquém dos padrões europeus. O esforço realizado nas últimas décadas na qualificação da população reflete-se na evolução favorável de vários indicadores, incluindo a diminuição da taxa de abandono escolar precoce (10,6% em 2019, 11,8% em 2018, 12,6% em 2017, 14% em 2016, 13,7% em 2015 [...] 36,5% em 2007), o aumento da taxa real de escolarização ao nível do ensino secundário (79,3% em 2018, 77,6% em 2017, 75,3% em 2016, 74,6% em 2015, 74,3% em 2014 [...] 60,0% em 2007) e o aumento do peso da população com o ensino superior entre os 30 e 34 anos.

Apesar destas atuais tendências, e de acordo com a análise e enquadramento europeu (UE28) realizado pelo Observatório das Desigualdades, Portugal apresenta, em 2018, os níveis de escolaridade mais baixos da União Europeia. Mais de metade da população residente com idade entre os 25 e os 64 anos não tinha ido além do ensino básico, resultado apenas comparável com Malta. Nos países da UE28, o valor deste indicador

é de 22%. A proporção da população residente em Portugal que não foi além do ensino secundário ou pós-secundário fixou-se em cerca de 24%, um pouco mais de metade do valor apurado para o conjunto de países da UE28, sendo que, apenas Espanha apresenta resultados piores em relação ao ensino de nível intermédio. Em 2019, Portugal encontrava-se em vigésimo primeiro lugar da UE27, ao nível da percentagem de população entre os 25 e os 64 anos com ensino superior (26,1%), já a Irlanda apresenta-se em primeiro lugar com 47,3% da população com este nível de escolaridade.

Por último, refira-se que a proporção da população adulta que em Portugal tem o ensino superior concluído é idêntica à da população que não foi além do ensino secundário. Se se comparar com os restantes países da UE27, ao nível da população que tem pelo menos o ensino secundário concluído, Portugal está em último, com 51,7% da população entre os 25 e os 64 anos.

A situação do país em termos de qualificações constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado nacional, com repercussões negativas ao nível da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. As baixas qualificações constituem também obstáculos ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos, ao exercício de uma cidadania ativa e à sua empregabilidade.

Economia

Nos últimos anos verificou-se uma forte quebra do investimento empresarial, acompanhada de uma significativa redução do investimento público e de uma contenção do consumo privado devido: i) à perda de rendimentos reais das famílias, associado ao aumento da carga fiscal, à redução de salários e ao aumento do desemprego; ii) à perceção por parte das famílias de que a perda de rendimentos assumiria uma natureza permanente; iii) e aos elevados níveis de endividamento.

Inversamente, as exportações líquidas de bens e serviços deram, durante o período 2010 – 2015, um contributo positivo para o desempenho do PIB nacional, tanto pelo lado das exportações (que subiram 32,4% entre 2010 e 2015), como pelo lado das importações (que caíram 5,6% em 2012) [tendo, contudo, crescido 5,2% em 2014 e 3,5% em 2015].

A partir de 2015 verificou-se uma inversão em alguns destes indicadores, como no caso do consumo privado, na riqueza produzida (PIB), no nível de confiança dos agentes económicos ou, como referido anteriormente, na taxa de desemprego, o que é claramente positivo. Permite a Portugal retomar um percurso de crescimento, não sendo, todavia, ainda uma mudança estrutural estabilizada que permita concluir por uma inversão das tendências de longo prazo.

É neste contexto socioeconómico exigente, com elevado grau de incerteza quanto à resposta económica e retoma da normalidade social após a pandemia por Covid-19, que é elaborado o presente Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Castelo.

Tendências de Evolução Macroeconómicas

Na medida em que o contexto poderá determinar, ou pelo menos influenciar, os níveis de sucesso e as expetativas relativamente às estratégias de intervenção futuras a serem definidas no âmbito da Rede Social, refira-se aqui também quais as tendências macroeconómicas que irão caracterizar o país nos próximos anos. Para tal, identificam-se as principais previsões de evolução demográfica (realizadas pelo INE em 2017, para o período 2015 a 2080) e as últimas previsões relativas à evolução da economia portuguesa.

Demografia:

- O processo de envelhecimento demográfico irá manter-se, e só tenderá a estabilizar daqui a aproximadamente 40 anos.
- Portugal perderá população, dos atuais 10,3 para 7,5 milhões de pessoas, ficando, em 2031, abaixo do limiar de 10 milhões.
- O número de jovens diminuirá de 1,5 para 0,9 milhões. Resultando de uma diminuição do número de nascimentos, motivada pela redução de mulheres em idade fértil, como reflexo de baixos níveis de fecundidade.
- O número de idosos passará de 2,1 para 2,8 milhões.
- A população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas.

- O índice de sustentabilidade² poderá diminuir de forma acentuada. Este índice passará de 315 para 137 pessoas em idade ativa, por cada 100 idosos, entre 2015 e 2080.

Economia:

- A economia portuguesa, de acordo com as projeções do Banco de Portugal, deverá regredir ao nível do seu PIB em 2020, fruto da pandemia por Covid-19, após um aumento de 2,2% em 2019, cairá para um PIB negativo de -9,5 em 2020, iniciando a sua retoma em 2021 com um PIB previsto de 5,2% e de 3,8% em 2022. Ao nível da área Euro, o PIB situava-se em 2019 em 1,2%, estando previsto para 2020 -8,7%, iniciando o seu crescimento em 2021 com um PIB de 5,2% e de 3,3% em 2022.
- Em 2020 a economia portuguesa irá retrair-se, traduzindo a desaceleração da procura externa e restrições do lado da oferta, bem como a quebra da própria procura interna, fruto das contingências vividas.
- Até 2020, existirá um aumento contido dos salários reais (abaixo do verificado em 2018).
- O crescimento do emprego verificado nos últimos anos, sofre em 2020 um abrandamento, retomando progressivamente com variações ligeiramente positivas da população ativa, associadas ao regresso de alguns indivíduos inativos ao mercado de trabalho e ao aumento progressivo da idade de reforma.

² **Índice de Sustentabilidade:** quociente entre o número de pessoas com idades entre 15 e 64 anos e o número de pessoas com 65 e mais anos

6. RETRATO MUNICIPAL

A partir dos dados do INE, nos seus ‘Dossiês Temáticos – Municípios’, onde se apresenta um conjunto de indicadores relevantes para a caracterização socioeconómica do concelho de Viana do Castelo e a partir de outros dados estatísticos fornecidos pelo CLAS, pareceu-nos importante apresentar o que designámos como “Retrato Municipal” pela leitura rápida que fornece.

Neste “retrato municipal” os dados estão atualizados, sempre que existam disponíveis, a dezembro de 2019 e incluem uma visão sobre alguns dos principais dados que integram as dimensões: território e população, atividade económica e indicadores demográficos e sociais. Este retrato municipal poderá ser consultado no site do INE, sendo que anualmente são realizadas atualizações aos dados que constam no mesmo, permitindo, desta forma avaliar a evolução dos vários indicadores ao longo do tempo.

No capítulo seguinte abordaremos de forma mais detalhada as dimensões referenciadas neste retrato.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO – SÍNTESE (INE, 2018)

319,02 Km²



265,9 hab/ Km²

84.636 HABITANTES

VARIAÇÃO -4,4
(ENTRE 2011 – 2018)



39.608

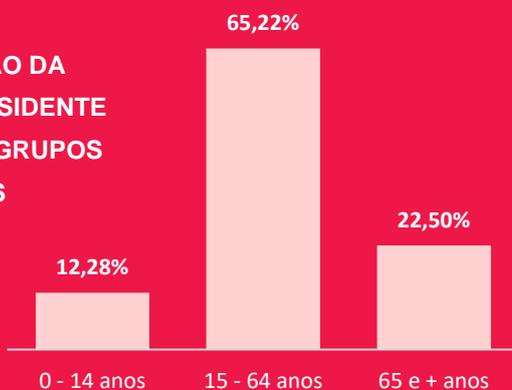


45.028

VARIAÇÃO DE - 5,2
(ENTRE 2011 – 2018)

VARIAÇÃO DE - 3,7
(ENTRE 2011 – 2018)

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS



TAXA BRUTA DE NATALIDADE

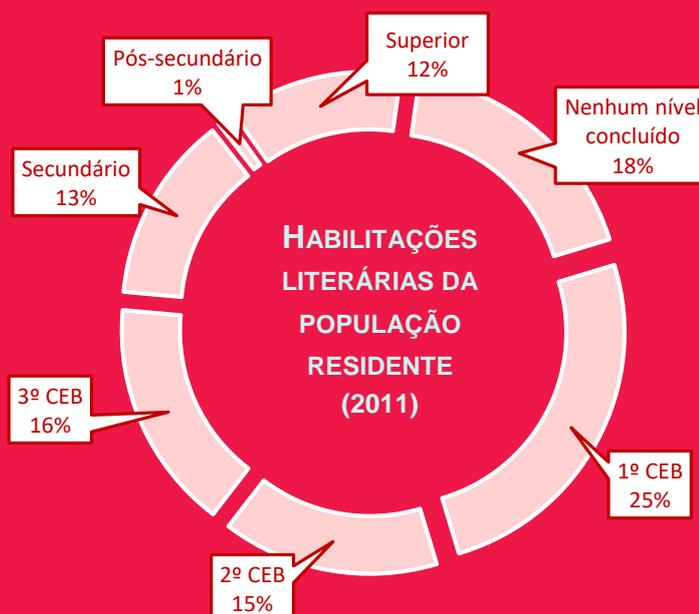
7,5 %

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE

11,4 %

POPULAÇÃO COM IDADE ≥ 10 ANOS ANALFABETA (2011)

4,4 %





FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS
(2011)

11,7 %



FAMÍLIAS
NUMEROSAS
(5 OU + PESSOAS)
(2011)

9,2 %

ÍNDICE DE
DEPENDÊNCIA
DE JOVENS

18,8%

ÍNDICE DE
DEPENDÊNCIA
DE IDOSOS

34,8%

ÍNDICE DE
ENVELHECIMENTO

186,1



TAXA DE ATIVIDADE
(2011)

46,87%

TAXA DE DESEMPREGO
(2011)

12,46%

1738 DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO (IEFP, DEZ 2019)

1º MUNICÍPIO DA REGIÃO DO
ALTO MINHO COM MAIOR N.º DE
EDIFÍCIOS FAMILIARES (2018)



94,3% DE EDIFÍCIOS EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAIS
65,43% ALOJAMENTOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL
9,41% DE ALOJAMENTOS FAMILIARES VAGOS
(2011)



4,48€/M² VALOR MÉDIO DE RENDA
DE NOVOS CONTRATOS DE
ARRENDAMENTO DE ALOJAMENTOS
FAMILIARES (2º SEMESTRE 2019)

468 FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL
MUNICIPAL (AGOSTO, 2020)

5,6 MÉDICOS / 1000 HABITANTES (2018)

0,3 FARMÁCIAS / 1000 HABITANTES (2018)



3 UCC

1 USAG

3 UCSP

4 USF

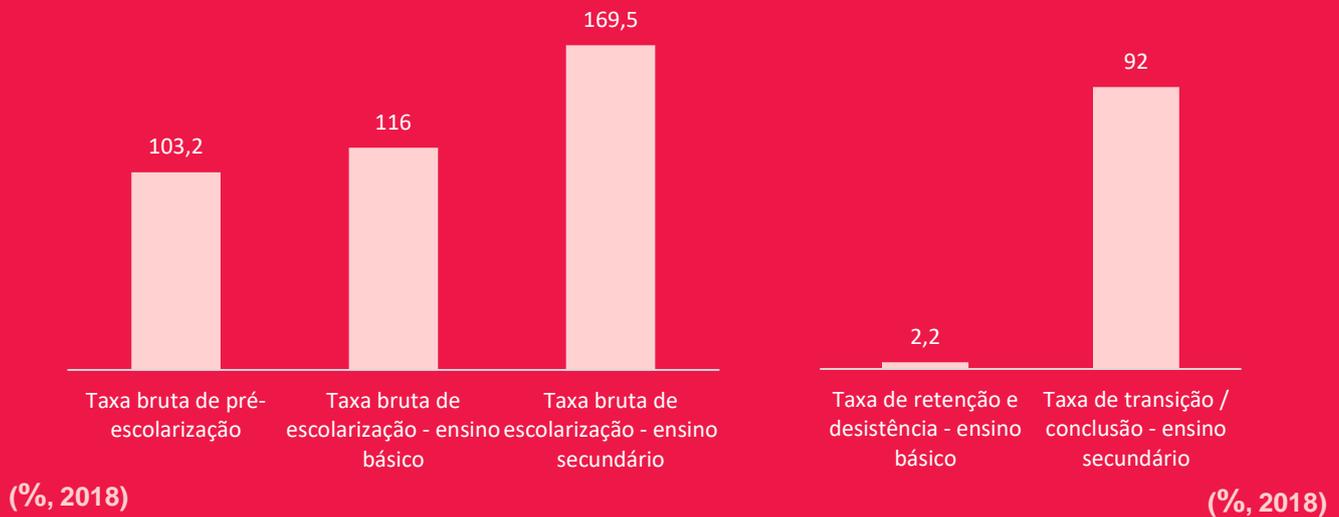
91.020 UTENTES INSCRITOS NAS UNIDADES DE CUIDADOS DE SAÚDE (MARÇO, 2020)

99,79% DOS UTENTES TÊM MÉDICO DE FAMÍLIA (MARÇO, 2020)



28,6% PENSIONISTAS (INVALIDEZ, VELHICE E SOBREVIVÊNCIA) (DEZ 2018)

2,4% BENEFICIÁRIOS DE RSI, NA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (DEZ 2018)



462 PROCESSOS
(VOLUME PROCESSUAL, CPCJ, 2019)



26% EXPOSIÇÃO A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

20% NEGLIGÊNCIA

17% COMPORTAMENTOS QUE COMPROMETEM O BEM-ESTAR DA CRIANÇA/JOVEM



32,4 %
TAXA DE CRIMINALIDADE
(2019)



1977 ESTRANGEIROS COM TÍTULO DE RESIDÊNCIA (2019)

SALDO MIGRATÓRIO -51 (2018)



17,03% DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS UMA INCAPACIDADE (2011)

7. O CONCELHO DE VIANA DO CASTELO: CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

Este capítulo pretende caracterizar o concelho de Viana do Castelo no que consideramos serem as principais dimensões de análise ao nível da intervenção, nomeadamente nas seguintes áreas: demografia, atividades económicas e emprego, habitação, saúde, segurança e criminalidade, ação social e educação, mas também ao nível de grupos de população considerados de maior vulnerabilidade, como as crianças e jovens, as pessoas idosas, migrantes e minorias e as pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

7.1. Áreas de Intervenção Social

7.1.1. Análise Demográfica

O território de Viana do Castelo localiza-se na Região Norte (NUTS II), na Sub-Região de Alto Minho (NUTS III) e é a capital de Distrito. O concelho apresenta uma área total de 319,02km², sendo o terceiro município com maior área da Região do Alto Minho.

Figura 1 – NUTS III



Figura 2 – Concelho de Viana do Castelo



Após a reorganização administrativa do território das freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), o concelho encontra-se subdividido em 27 freguesias e Uniões de Freguesia: Afife, Alvarães, Amonde, Areosa, Carreço, Castelo do Neiva, Chafé, Darque, Freixeiro Soutelo, Lanheses, Montaria, Mujães, Neiva, Outeiro, Perre, Santa Marta Portuzelo, União de freguesias de Barrocelas e Carvoeiro, União de freguesias de Cardielos e Serreleis, União de freguesias de Geraz Lima (Sta. Maria, Sta. Leocádia, Moreira) e Deão, União de freguesias de Mazarefes e Vila Fria, União de freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar Murteda, União de freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã, União de freguesias de Torre e Vila Mou, União de freguesias de Viana Castelo (Sta. M^a Maior, Monserrate e Meadela), Vila Franca, Vila Nova Anha e Vila Punhe.

Figura 3 – Freguesias do concelho de Viana do Castelo, após a reorganização administrativa de 2013



O concelho é limitado a norte pelo concelho de Caminha, a sul pelo concelho de Barcelos e Esposende, a oeste pelo oceano atlântico e a leste pelo município de Ponte de Lima.

No ano de 2018, estima-se que o número médio de habitantes por Km², no concelho de Viana do Castelo tenha sido 265,9 hab/Km² sendo o município com maior densidade populacional da Região do Alto Minho.

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2001, 2011 e 2018 e sua variação

Território	Densidade populacional (N.º de habitantes por Km ²)			Variação (%)	
	2001	2011	2018 (v.e.) ³	2011 - 2018	
				2001 - 2011	2011 - 2018
Portugal	112,5	114,5	111,5	1,8	-2,6
Região Norte	173,2	173,4	167,9	0,1	-3,1
Região do Alto Minho	112,7	110,3	104,4	-2,1	-5,4
Arcos de Valdevez	55,2	51,0	47,0	-7,8	-7,7
Caminha	124,1	122,2	116,4	-1,5	-4,8
Melgaço	41,9	38,6	34,4	-7,9	-10,8
Monção	94,3	91,0	85,1	-3,5	-6,6
Paredes de Coura	69,1	66,5	62,1	-3,8	-6,5
Ponte da Barca	70,6	66,2	61,8	-6,3	-6,7
Ponte de Lima	138,1	135,9	129,9	-1,6	-4,4
Valença	120,9	120,4	113,7	-0,5	-5,6
Viana do Castelo	278,2	278,0	265,9	-0,1	-4,4
Vila Nova de Cerveira	81,8	85,4	81,8	4,4	-4,3

Fonte: PORDATA

Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento de população a nível nacional. Na Região Norte verificou-se também um aumento da população, embora muito menos expressivo (0,1%). Já no município de Viana do Castelo, bem como na maioria dos municípios da Região do Alto Minho, verificou-se uma variação negativa (-0,1%), a qual se intensificou no período entre 2011 e 2018 (-4,4%).

³ v.e. – Valor estimado (INE, Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, segundo a divisão administrativa correspondente à CAOP 2013 e a nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015).

Entre os anos 2011 e 2018 registou-se uma diminuição da população residente a nível nacional, na Região Norte e em todos os municípios da Sub Região do Alto Minho.

Tabela 2 – População residente (estimativas a 31 de dezembro), por território, nos anos de 2001, 2011 e 2018 e sua variação (N.º e %)

Território	2001	2011	2018	Varição 2011 – 2018 (%)
Portugal	10.394.669	10.542.398	10.276.617	-2,5
Região Norte	3.696.333	3.687.224	3.572.583	-3,1
Região do Alto Minho	250.491	244.149	230.954	-5,4
Arcos de Valdevez	24.657	22.709	20.970	-7,7
Caminha	17.091	16.645	15.873	-4,6
Melgaço	9.967	9.137	8.144	-10,9
Monção	19.947	19.186	17.902	-6,7
Paredes de Coura	9.574	9.166	8.560	-6,6
Ponte da Barca	12.875	12.018	11.210	-6,7
Ponte de Lima	44.342	43.482	41.499	-4,6
Valença	14.228	14.045	13.283	-5,4
Viana do Castelo	88.878	88.522	84.636	-4,4
Vila Nova de Cerveira	8.932	9.239	8.877	-3,9

Fonte: PORDATA

Estima-se que no final do ano de 2018, residiam no concelho de Viana do Castelo 84.636 habitantes, 53,20% dos quais mulheres (45.028) e 46,80% homens (39.608).

Entre os anos 2011 e 2018 registou-se uma maior variação percentual negativa na população masculina (menos 5,2 homens em cada 100), comparativamente com a população feminina (menos 3,7 mulheres em cada 100).

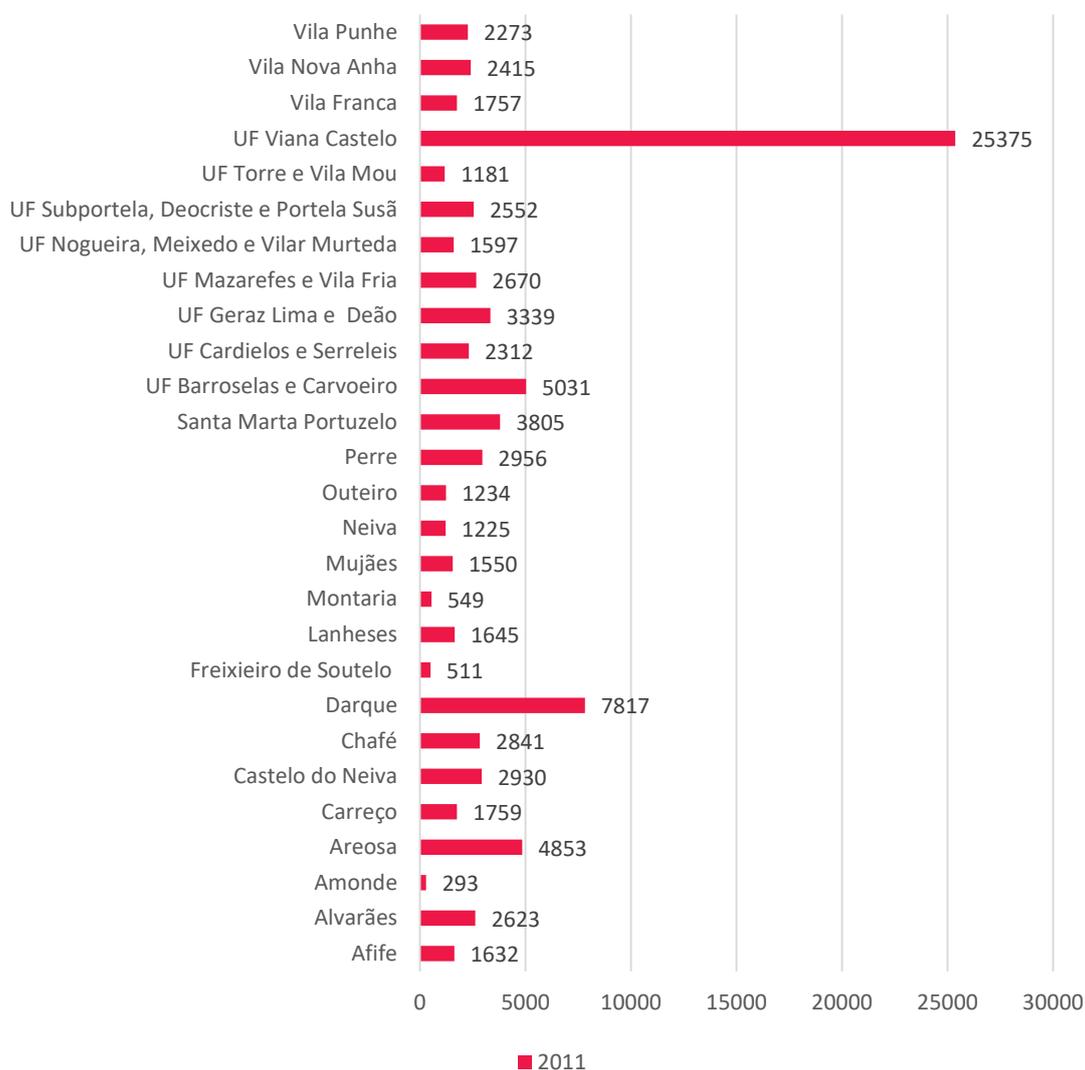
Tabela 3 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o género, nos anos de 2001, 2011 e 2018 (N.º)

Território	2001		2011		2018 (v.e.)		Varição 2011-2018 (%)	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Viana do Castelo	41.996	46.882	41.774	46.748	39.608	45.028	-5,2	-3,7

Fonte: PORDATA

Territorialmente, e aquando dos Censos 2011, a freguesia com maior número de residentes do concelho era a União de freguesias de Viana Castelo (Sta. M^a Maior, Monserrate e Meadela), com 25.375 residentes e a freguesia com menor número de população residente era a freguesia de Amonde, com 293 habitantes.

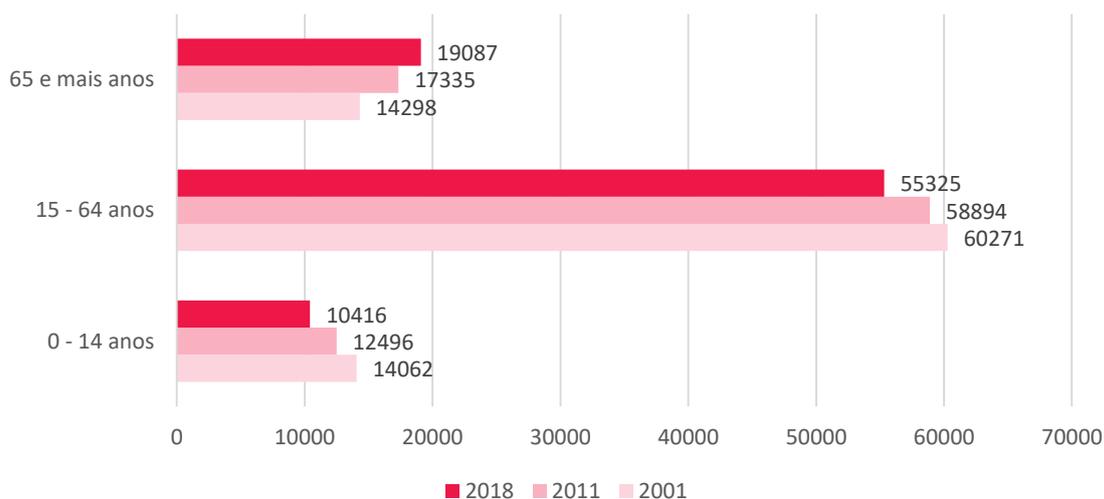
Gráfico 1 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo a freguesia, no ano de 2011 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011

A União de freguesias de Viana do Castelo, representava em 2011, 28,60% da população residente no concelho, seguindo-se as freguesias de Darque (8,81%) e a União de freguesias de Barroelas e Carvoeiro (5,67%). No pólo oposto, a freguesia de Amonde representava apenas 0,3% da população do concelho.

Gráfico 2 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo grupos etários, nos anos de 2001, 2011 e 2018 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011; PORDATA

Relativamente à distribuição etária dos residentes do concelho, é no grupo entre os 15 e os 64 anos que se encontra a maior parte da população (55.325, 65,22%, em 2018), seguido do grupo dos 65 e mais anos (19.087, 22,50%, em 2018) e por último, do grupo com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (10.416, 12,28%, em 2018).

Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários 2001-2011 e 2011-2018 (%)

Grupos etários	Variação percentual do número de residentes	
	2001 - 2011	2011 - 2018
0 – 14 anos	-12,4	-16,3
15 – 64 anos	-1,2	-6,8
65 e mais anos	17,7	13,0

Fonte: PORDATA

Relativamente à variação do número de residentes por grupo etário, é possível observar que desde o ano 2001, se tem vindo a verificar uma diminuição significativa do número de residentes com idades compreendidas entre os 0-14 anos (aproximadamente, menos 16 crianças e jovens em cada 100, entre 2011 e 2018) e um aumento do número de residentes com idade igual ou superior a 65 anos (mais significativa entre 2001 e 2011, com o aumento de, aproximadamente, 18 residentes em cada 100, e entre 2011 e 2018, com aumento de 13 residentes em cada 100).

O grupo etário entre os 15 e os 64 anos sofreu uma variação percentual negativa em ambos os períodos, sendo esta mais significativa entre 2011 e 2018, com uma diminuição de cerca de 7 pessoas em cada 100.

Tabela 5 – Indicadores de população (2018)

Território	Taxa de crescimento efetivo ⁴	Taxa bruta de natalidade ⁵	Taxa bruta de mortalidade ⁶
	%	‰	
Portugal	-0,14	8,5	11,0
Região Norte	- 0,10	7,7	9,9
Região do Alto Minho	- 0,53	6,8	13,2
Arcos de Valdevez	- 0,83	5,2	17,0
Caminha	- 0,15	7,4	12,3
Melgaço	- 1,29	4,3	21,8
Monção	- 0,78	5,5	17,1
Paredes de Coura	- 0,66	7,6	15,6
Ponte da Barca	- 0,68	6,1	14,8
Ponte de Lima	- 0,54	7,0	10,8
Valença	- 0,44	6,2	13,6
Viana do Castelo	- 0,45	7,5	11,4
Vila Nova de Cerveira	0,20	8,5	12,4

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

O concelho apresenta uma taxa de crescimento efetivo negativa (-0,45), tendo um valor mais elevado que a Região do Alto Minho (-0,53) mas mais baixo que a Região Norte (-

⁴ **Taxa de crescimento efetivo:** Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

⁵ **Taxa bruta de natalidade:** Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

⁶ **Taxa bruta de mortalidade:** Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

0,10) e que a nível nacional (-0,14). No mesmo ano, registaram-se aproximadamente sete nascimentos por cada mil habitantes (7,5‰), sendo Viana do Castelo o segundo concelho da Região que apresenta uma taxa bruta de natalidade mais alta. A taxa de mortalidade é superior à registada a nível nacional e na Região Norte, sendo ainda assim a segunda mais baixa da Região do Alto Minho, com cerca de 11 óbitos em cada mil habitantes (11,4‰), no ano de 2018.

Em Síntese:

- ▶ Dos 10 municípios da Região do Alto Minho, Viana do Castelo é o segundo município com maior área territorial (319,02 Km²);
- ▶ O concelho é composto por 27 Freguesias, após a reorganização administrativa de 2013;
- ▶ Viana do Castelo vem registando um decréscimo populacional desde 2001. Entre 2001 e 2011 com uma variação negativa de 0,1% e entre 2011 e 2018 com uma variação mais acentuada de -4,4%. Entre 2011 e 2018, registou-se um decréscimo populacional a nível nacional, regional e concelhio, sendo o valor registado em Viana do Castelo superior ao valor registado a nível nacional e da Região Norte;
- ▶ O município de Viana do Castelo é o que apresenta em 2018 uma maior densidade populacional da Região do Alto Minho (265,9 hab./ Km²);
- ▶ No final do ano de 2018, o número estimado de população residente no concelho de Viana do Castelo foi de 84.636 (45.028 mulheres e 39.608 homens);
- ▶ A União de freguesias de Viana do Castelo era a que tinha um maior número de residentes em 2011, com cerca de 25.375;
- ▶ No final de 2018, 65,22% da população residente no concelho tinha entre 15 e 64 anos, 22,5% tinha 65 e mais anos e 12,28% tinha entre 0 e 14 anos;
- ▶ Desde 2001, o número de residentes com idade inferior a 15 anos tem vindo a diminuir de forma significativa, o número de residentes entre os 15 e os 64 anos de idade também tem vindo a diminuir (embora com uma menor variação percentual negativa comparativamente com o grupo etário anterior) e o número de residentes com 65 e mais anos tem vindo a aumentar;
- ▶ Em 2018, a taxa de crescimento efetivo foi negativa (-0,45%), apresentando um decréscimo populacional superior ao verificado a nível nacional (-0,14%) e da Região Norte (-0,10%);
- ▶ Nesse mesmo ano, a taxa bruta de natalidade foi de 7,5‰ e a taxa bruta de mortalidade foi de 11,4‰.

7.1.2. Atividades Económicas e Emprego

O concelho de Viana do Castelo, tal como a Região do Alto Minho, caracteriza-se por ter uma forte dinâmica económica e social, com base em setores que evidenciam elevados ritmos de crescimento do emprego na região, nomeadamente em áreas como a educação, saúde e serviços empresariais.

O Alto Minho é uma região reconhecida pelos setores ligados à produção de bens e onde se concentram as indústrias extrativas, têxtil, vestuário, calçado, metálicas, material de transporte e construção, as quais representam 5,3% do emprego gerado na região (Estratégia & Plano Global de Ação “Alto Minho 2020”).

Segundo o Anuário Estatístico da Região Norte de 2018, Viana do Castelo é o concelho da região do Alto Minho com maior densidade de empresas e estabelecimentos por Km² (31,4 empresas/Km² e 32,8 estabelecimentos/Km²). A maioria das empresas e dos estabelecimentos sediados no concelho tem menos de 10 trabalhadores (96% e 95,8%, respetivamente) e 72,53% das empresas são individuais, o que evidencia um grande dinamismo e empreendedorismo por parte da população. No ano de 2017, os estabelecimentos e as empresas sediadas no concelho empregavam 30.981 e 29.230 pessoas, respetivamente (INE, 2019 – Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Tabela 6 – Indicadores de empresas nos municípios da Região do Alto Minho (2017)

Território	Densidade de empresas	Densidade de estabelecimentos	Proporção de empresas com menos de 10 trabalhadores	Proporção de estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores
	N.º/Km ²		%	
Portugal	13,5	14,1	96,3	96,0
Região Norte	19,6	20,4	95,7	95,5
Região do Alto Minho	13,1	13,6	96,8	96,8
Arcos de Valdevez	6,0	6,2	97,7	97,8
Caminha	16,2	16,7	97,9	97,9
Melgaço	5,1	5,2	98,8	98,9
Monção	14,2	14,6	97,7	97,8
Paredes de Coura	7,7	7,9	97,9	97,9
Ponte da Barca	7,1	7,3	98,1	98,1
Ponte de Lima	15,6	15,9	96,3	96,2
Valença	14,6	15,4	96,5	96,6
Viana do Castelo	31,4	32,8	96,0	95,8
Vila Nova de Cerveira	9,1	9,4	95,9	95,9

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Ainda segundo o Anuário Estatístico da Região Norte de 2018, é possível verificar que, das 10.017 empresas sediadas no município, a maioria enquadra-se no sector do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (18,4%), seguidas empresas que se dedicam à construção (11,5%) e em terceiro lugar, surgem as empresas relacionadas com as atividades administrativas e dos serviços de apoio (10,1%).

Ao compararmos os dados da região do Alto Minho, verificamos que o município de Viana do Castelo é o que apresenta maior número de empresas e estabelecimentos em quase todos os setores de atividades, a exceção verifica-se nos setores A (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) e B (indústrias extrativas).

No que respeita à dimensão, encontram-se sediadas no concelho 10 grandes empresas⁷, que empregam 250 ou mais trabalhadores.

Atualmente, existem em Viana do Castelo três Parques Empresariais (Praia Norte, Meadela e Lanheses) e a Zona Industrial de Neiva, onde se concentram algumas das empresas existentes no concelho.

De acordo com a informação que consta no Diretório de Empresas EINFORMA, encontram-se registadas 5.299 empresas no concelho, das quais 37,5% estão sediadas na União de freguesias de Viana do Castelo e Meadela (1.989 empresas).

Tabela 7 – Empresas sediadas no concelho de Viana do Castelo, por freguesia (N.º e %)

Freguesia	N.º	%	Freguesia	N.º	%
Afife	69	1,3	Outeiro	34	0,6
Alvarães	91	1,7	Perre	80	1,5
Amonde	13	0,2	Santa Marta de Portuzelo	208	3,9
Areosa	224	4,2	UF Barroselas e Carvoeiro	466	8,8
Carreço	71	1,3	UF Cardielos e Serreleis	66	1,2
Castelo do Neiva	99	1,9	UF Geraz do Lima e Deão	130	2,5
Chafé	153	2,9	UF Mazarefes e Vila Fria	98	1,8
Darque	315	5,9	UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	43	0,8
Freixieiro de Soutelo	28	0,5	UF Subportela, Deocriste e Portela Susã	85	1,6
Lanheses	85	1,6	UF Torre e Vila Mou	37	0,7
Montaria	20	0,4	UF Viana do Castelo (Sta. M ^a Maior, Monserrate e Meadela)	1989	37,5
Mujães	71	1,3	Vila Franca	74	1,4

⁷ **Grande Empresa:** Empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço e/ou empresas com volume de negócios superior a 50 milhões de euros e ativo líquido superior a 43 milhões de euros.

Freguesia	N.º	%	Freguesia	N.º	%
Neiva	168	3,2	Vila de Punhe	101	1,9
Viana do Castelo (Indefinido)	481	9,1	Total	5299	

Fonte: EINFORMA – Diretório de Empresas, consultado em abril de 2020

Relativamente ao **mercado de trabalho** no concelho de Viana do Castelo, verifica-se que a taxa de desemprego, em 2011, era de 12,46%, sendo inferior à registada a nível nacional (13,18%) e na Região Norte (14,47%). Não existindo informação disponível atualizada sobre a taxa de desemprego ao nível do município, estima-se que, atualmente, o seu valor seja consideravelmente menor ao registado no ano 2011 e 2013, altura em que o número de pessoas em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego de Viana do Castelo, começou a diminuir. Em 2019, 3,1% da população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, residente no concelho, encontrava-se inscrita no Centro de Emprego.

No ano 2011, a taxa de atividade registada no concelho e na grande maioria das freguesias foi inferior a 50%, ou seja, em cada 100 pessoas residentes no concelho, menos de 50 encontravam-se em idade ativa e a trabalhar. Nesse mesmo ano, em cada 100 pessoas em idade ativa, cerca de 12 encontravam-se em situação de desemprego.

Tabela 8 – Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Viana do Castelo (2011) (%)

Território	Taxa de Atividade ⁸	Taxa de desemprego ⁹
Portugal	47,56%	13,18%
Região Norte	47,59%	14,47%
Região do Alto Minho	42,53%	11,84%
Viana do Castelo (concelho)	46,87%	12,46%

Fonte: INE, Censos 2011

A população empregada, residente no concelho, está distribuída sobretudo pelo sector terciário (23.318 pessoas empregadas), quer relacionado com a atividade económica,

⁸ **Taxa de atividade:** Taxa que permite definir o peso da população ativa (população com 15 e mais anos de idade) sobre o total da população (INE).

⁹ **Taxa de desemprego:** Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa (INE).

quer de natureza social. A diferença entre o número de empregados por sexo não é significativa, embora se registre um maior número de homens empregados.

Tabela 9 – População empregada, residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o sexo e o ramo de atividade (2011) (N.º)

Território	População empregada			Ramo de atividade				
	Total	H	M	Primário	Secundário	Terciário		
						Total	De natureza social	Relacionados com a atividade económica
Viana do Castelo (concelho)	36403	19083	17320	742	12343	23318	11010	12308

Fonte: INE, Censos 2011

Da população empregada, destaca-se o facto de que a grande maioria se encontra a trabalhar por conta de outrem (29.135 pessoas), sendo ainda significativo o número de trabalhadores que são empregadores (3853 pessoas, o que representa 10,6% do número total da população empregada).

Tabela 10 – População empregada, residente no concelho de Viana do Castelo, por situação na profissão (2011) (N.º)

Território	Empregador	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar não remunerado	Trabalhador por conta de outrem	Membro de uma cooperativa de produção	Outra situação
Viana do Castelo (concelho)	3853	2784	241	29135	23	367

Fonte: INE, Censos 2011

É de salientar que, no ano 2011, 29.508 residentes no concelho trabalhavam no município e 6.895 tinham de se deslocar para outros municípios para desempenhar a sua atividade laboral (18,94% da população residente encontrava-se empregada fora concelho de Viana do Castelo).

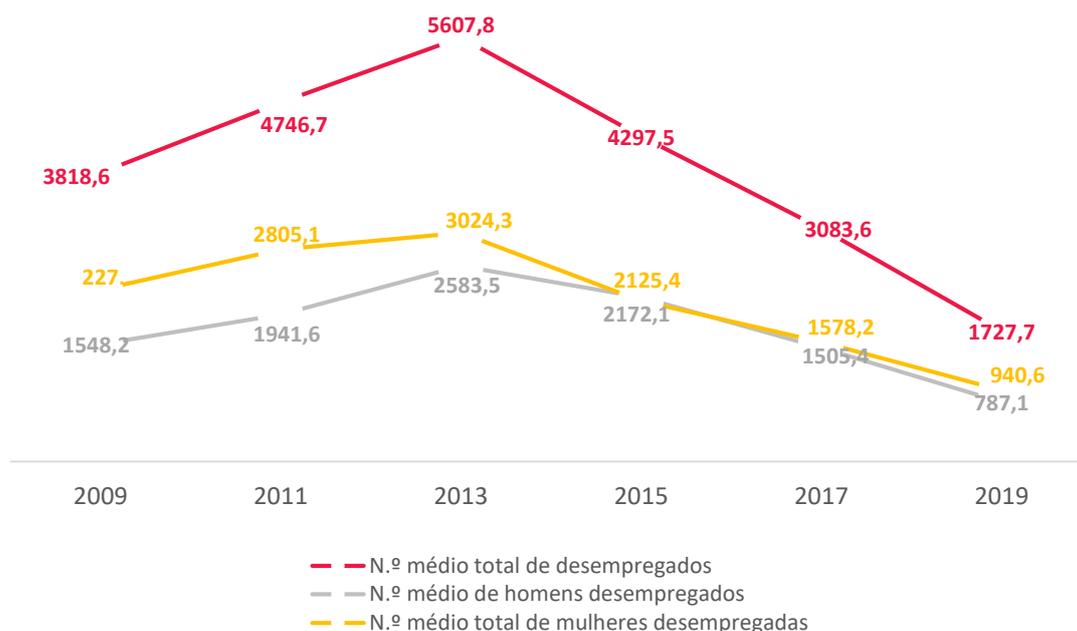
Tabela 11 – População empregada por conta de outrem nos estabelecimentos de Viana do Castelo, por nível de habilitações (2017) (N.º)

Total	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado
18872	946	2940	5586	5799	316	2933	291

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2018

No ano 2017, eram 18.872 as pessoas que se encontravam a trabalhar por conta de outrem, nos estabelecimentos no concelho de Viana do Castelo. Ao nível das habilitações escolares, a maioria tinha o ensino secundário e o 3º Ciclo do Ensino Básico, destaca-se também o número elevado de trabalhadores licenciados.

Gráfico 3 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Viana do Castelo, inscritas no Centro de Emprego, segundo o sexo (N.º)



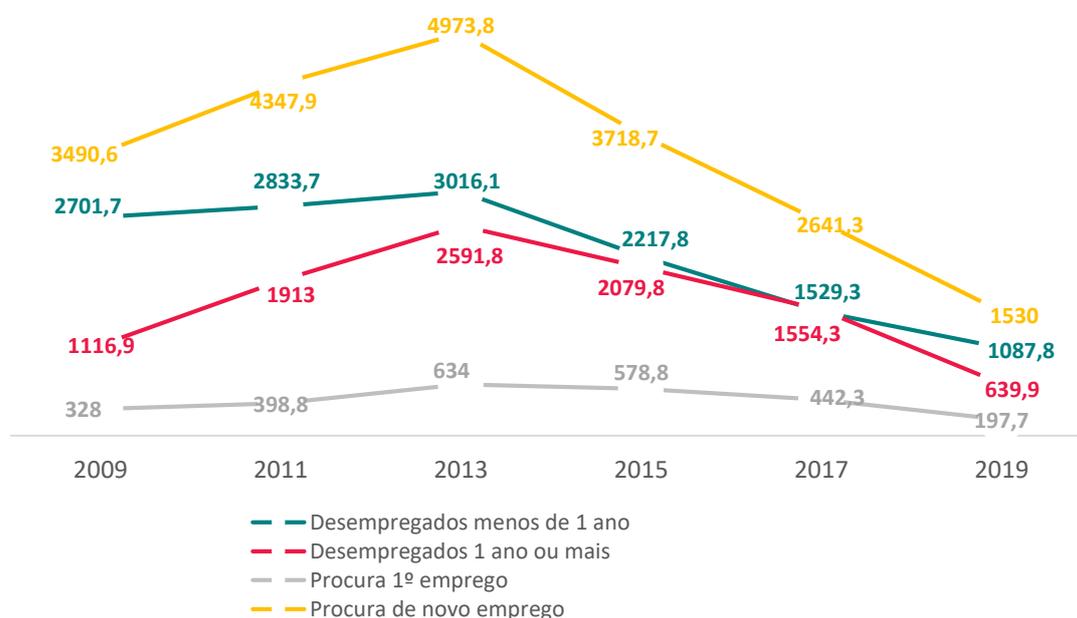
Fonte: PORDATA / IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Em média, o número de pessoas em situação de desemprego no concelho de Viana do Castelo, e que se encontram inscritas no Centro de Emprego, aumentou de forma significativa entre o ano de 2011 e 2013, ano este em que se começa a assistir a um decréscimo do seu número. Entre o ano de 2013 e 2019, verificou-se uma variação

percentual negativa de 69,2, no número médio anual de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego.

No que respeita ao sexo, são as mulheres que, em média, se encontram em maior número, no período entre 2009 e 2019, com exceção do ano 2015 em que o número médio de homens em situação de desemprego foi ligeiramente superior.

Gráfico 4 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Viana do Castelo, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º)



Fonte: PORDATA / IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Analisando os dados desde 2009 até 2019, constata-se que a maioria das pessoas em situação de desemprego se encontrava inscrita há menos de um ano no Centro de Emprego.

Relativamente ao tipo de desemprego, salienta-se que o número médio de pessoas em situação de desemprego, que procura um novo emprego tem sido superior, desde 2009, face ao número de pessoas que se encontra à procura de um primeiro emprego. Note-se que o número médio de pessoas em situação de desemprego que procura o seu primeiro emprego tem-se mantido relativamente constante, enquanto que o número

médio de pessoas em situação de desemprego tem vindo a diminuir gradualmente desde o ano 2013.

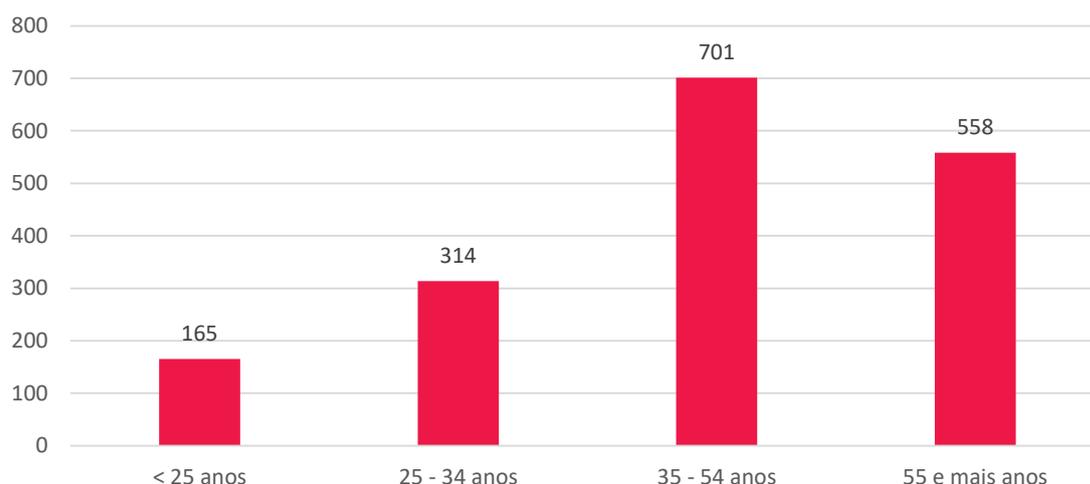
Tabela 12 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês de dezembro 2019) (N.º)

Território	Homens	Mulheres	Tempo de inscrição		Situação face à procura		Total
			< 1 Ano	1 Ano e +	1º Emprego	Novo Emprego	
Viana do Castelo	864	874	1125	613	204	1534	1738

Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Dos desempregados residentes no concelho de Viana do Castelo, inscritos no Centro de Emprego em dezembro de 2019, verifica-se que são em maior número os indivíduos que procuram um novo emprego e que se encontram inscritos há mais de um ano. Ao nível da faixa etária a maioria está na faixa etária dos 35-54 anos, seguida da faixa etária com + de 55 anos.

Gráfico 5 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo o grupo etário (situação no fim do mês dezembro 2019) (N.º)



Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Quanto à qualificação dos desempregados, a maioria possui o ensino secundário, sendo a população com menos qualificações (inferior ao 1º CEB) a que se encontra em menor número face à situação de desemprego, à data de dezembro de 2019.

Gráfico 6 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo os níveis de escolaridade (situação no fim do mês dezembro 2019) (N.º)



Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Em Síntese:

- ▶ No ano 2017, encontram-se sediadas no concelho 10.017 empresas, 96% das quais têm menos de 10 trabalhadores e 72,53% são empresas individuais;
- ▶ 37,5% das empresas registadas no Diretório de Empresas encontram-se na União de Freguesias de Viana do Castelo (Sta. M^a Maior, Monserrate e Meadela);
- ▶ A maioria das empresas do concelho (18,4%: 1.841) insere-se no sector do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, seguidas das empresas relacionadas com a construção (11,5%: 1.154) e das empresas de atividades administrativas e dos serviços de apoio (10,1%: 1.008);
- ▶ Viana do Castelo é o concelho da região do Alto Minho com maior número de empresas e estabelecimentos ao nível de quase todos os setores de atividade, com exceção do setor da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e do setor das “Indústrias Extrativas”;
- ▶ No ano de 2011, a taxa de desemprego foi de 12,46% (inferior à registada a nível nacional) e a taxa de atividade foi inferior a 50%;
- ▶ Em 2011, 64% da população empregada residente encontrava-se inserida no sector terciário e 34% no sector secundário, 80% eram trabalhadores por conta de outrem e 18,9% trabalhava fora do concelho de Viana do Castelo;
- ▶ O número de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego, residentes no concelho de Viana do Castelo, tem vindo a diminuir desde 2013;
- ▶ Em dezembro de 2019, encontravam-se inscritas no Centro de Emprego 1.738 pessoas em situação de desemprego, maioritariamente com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (701 pessoas), com o Ensino Secundário (502 pessoas) e que se encontram à procura de um novo emprego (1.534 pessoas).

7.1.3. Habitação

Viana do Castelo é o concelho da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação familiar clássica e de alojamentos familiares clássicos. Entre 2011 e 2018 registou-se um aumento do número de edifícios e alojamentos, mais 478 edifícios de habitação familiar clássica e mais 552 alojamentos familiares clássicos.

Tabela 13 – Parque habitacional dos municípios da Região do Alto Minho (2011 e 2018) (N.º)

Território	Edifícios de habitação familiar clássica		Alojamentos familiares clássicos	
	2011	2018	2011	2018
Portugal	3556071	3604407	5879202	5954548
Região Norte	1214491	1234651	1853531	1882626
Região do Alto Minho	121336	123543	151077	153743
Arcos de Valdevez	15388	15687	17303	17618
Caminha	9347	9537	13953	14298
Melgaço	7017	7065	7599	7654
Monção	11744	11865	13449	13624
Paredes de Coura	5757	5863	6097	6203
Ponte da Barca	6843	7012	8010	8211
Ponte de Lima	19769	20323	22010	22675
Valença	6845	6978	8148	8291
Viana do Castelo	33028	33506	48340	48892
Vila Nova de Cerveira	5598	5707	6168	6277

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Uma análise mais aprofundada permite verificar que, à data de 2011, a maior percentagem de edifícios clássicos construídos situava-se na União das freguesias de Viana do Castelo (16,7%), seguida pela freguesia de Darque (7%) e da União de freguesias de Barroselas e Carvoeiro (6,5%).

Tabela 14 – Edifícios clássicos, por freguesia (2011) (N.º e %)

Freguesia	N.º	%	Freguesia	N.º	%
Afife	1058	3,2	Perre	1080	3,3
Alvarães	1299	3,9	Santa Marta de Portuzelo	1484	4,5
Amonde	136	0,4	UF Barrocelas e Carvoeiro	2150	6,5
Areosa	1837	5,6	UF Cardielos e Serreleis	909	2,8
Carreço	920	2,8	UF Geraz do Lima e Deão	1610	4,9
Castelo do Neiva	1654	5,0	UF Mazarefes e Vila Fria	1146	3,5
Chafé	1285	3,9	UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	673	2,0
Darque	2318	7,0	UF Subportela, Deocriste e Portela Susã	1118	3,4
Freixieiro de Soutelo	305	0,9	UF Torre e Vila Mou	558	1,7
Lanheses	726	2,2	UF Viana do Castelo (Sta. M ^a Maior, Monserrate e Meadela)	5491	16,7
Montaria	309	0,9	Vila Franca	759	2,3
Mujães	751	2,3	Vila Nova Anha	1109	3,4
Neiva	578	1,8	Vila de Punhe	1161	3,5
Outeiro	501	1,5	Viana do Castelo (concelho)	32925	

Fonte: INE, Censos 2011

Ao nível da utilização destes edifícios em cada freguesia/ União de freguesias é perceptível que a grande maioria se destina para fins residenciais (94,3% de edifícios exclusivamente residenciais). Na União de freguesias de Viana do Castelo localiza-se o maior número de edifícios com fins não residenciais do concelho (100 edifícios).

Tabela 15 – Tipo de utilização dos Edifícios, por freguesia (2011) (N.º)

Território	Exclusivamente residenciais	Principalmente residenciais	Não residenciais
Viana do Castelo (concelho)	31056	1662	207
Afife	1032	21	5
Alvarães	1263	28	8
Amonde	136	0	0
Areosa	1761	71	5
Carreço	909	9	2
Castelo do Neiva	1588	51	15
Chafé	1195	86	4
Darque	2136	171	11
Freixieiro de Soutelo	297	7	1
Lanheses	692	28	6

Território	Exclusivamente residenciais	Principalmente residenciais	Não residenciais
Montaria	305	4	0
Mujães	723	25	3
Neiva	550	22	6
Outeiro	499	1	1
Perre	1048	29	3
Santa Marta de Portuzelo	1424	57	3
UF Barroselas e Carvoeiro	2005	136	9
UF Cardielos e Serreleis	905	1	3
UF Geraz do Lima e Deão	1592	16	2
UF Mazarefes e Vila Fria	1113	30	3
UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	618	55	0
UF Subportela, Deocriste e Portela Susã	1090	26	2
UF Torre e Vila Mou	549	9	0
UF Viana do Castelo (Sta. M ^a Maior, Monserrate e Meadela)	4711	680	100
Vila Franca	734	23	2
Vila Nova Anha	1077	25	7
Vila de Punhe	1104	51	6

Fonte: INE, Censos 2011

No que respeita ao estado de conservação dos edifícios é possível verificar que a proporção de edifícios muito degradados e com necessidades de reparação diminuiu entre 2001 e 2011 (-0,65% e -8,4%, respetivamente).

No ano 2011, as freguesias que apresentavam maior proporção de edifícios com necessidades de reparação foram Vila Mou (51,94%), Montaria (49,51%) e Cardielos (47,59%). Entre 2001 e 2011 foi registado um aumento da proporção de edifícios com necessidade de reparação nas freguesias de Cardielos e Deocriste (29,59% e 26,7%, respetivamente), principalmente, e uma diminuição, maioritariamente, nas freguesias de Geraz do Lima (Santa Leocádia e Moreira) e Carvoeiro (-52,76%, -34,85% e -30,33%, respetivamente).

Relativamente à proporção de edifícios muito degradados, no ano 2011, esta era mais elevada na freguesia de Montaria (10,36%). Entre 2001 e 2011 foi registado um aumento da proporção de edifícios muito degradados principalmente nas freguesias de Montaria (4,46%) e de Vilar de Murteda (4,29%), e uma diminuição mais acentuada na freguesia de Vila Mou (-11,1%).

O Índice de Envelhecimento dos edifícios mais do que duplicou entre 2001 e 2011. No ano 2011, existiam no concelho, aproximadamente, 133 edifícios construídos até 1960, por cada 100 construídos após 2001. Destaca-se o valor do índice de envelhecimento dos edifícios na freguesia de Amonde, o qual é muito superior ao registado no concelho (1000).

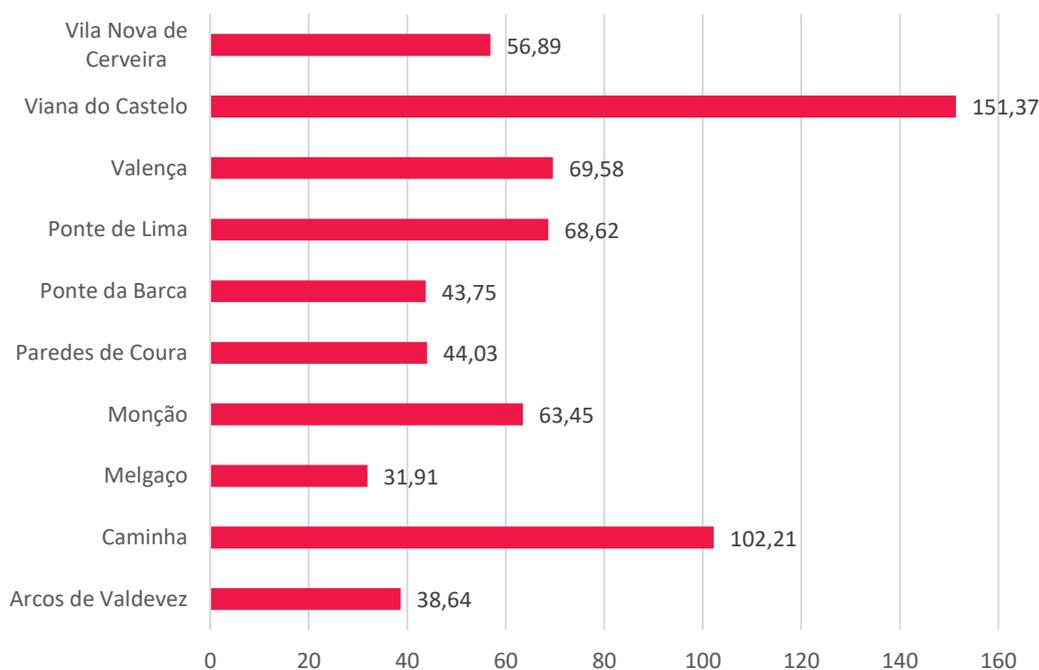
Tabela 16 – Índice de envelhecimento dos edifícios e proporção de edifícios muito degradados e com necessidades de reparação no concelho de Viana do Castelo (2011) (N.º e %)

Território	Índice de envelhecimento dos edifícios (N.º)		Proporção de edifícios muito degradados (%)		Proporção de edifícios com necessidades de reparação (%)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Viana do Castelo (concelho)	58,3	132,8	2,1	1,45	31,8	23,76

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011, o n.º médio de alojamentos por Km² no concelho era de 151,37 alojamentos/Km², sendo o concelho da Região do Alto Minho com maior densidade de alojamentos por Km².

Gráfico 7 – Densidade de alojamentos na Região do Alto Minho (N.º de Alojamentos/Km²)



Fonte: INE, Censos 2011

No ano 2011, as freguesias de Viana do Castelo que apresentavam maior densidade de alojamentos foram Santa Maria Maior e Monserrate (1673,89 e 1314,20, respetivamente). Inversamente, foi nas freguesias de Montaria e Vilar de Murteda que se registou menor densidade de alojamentos por Km² (13,82 e 16,85, respetivamente).

De acordo com os dados estatísticos referentes aos Censos de 2011, existiam no concelho um total de 48.291 alojamentos, dos quais 99,7% correspondiam a alojamentos familiares e os restantes 0,3% a alojamentos coletivos.

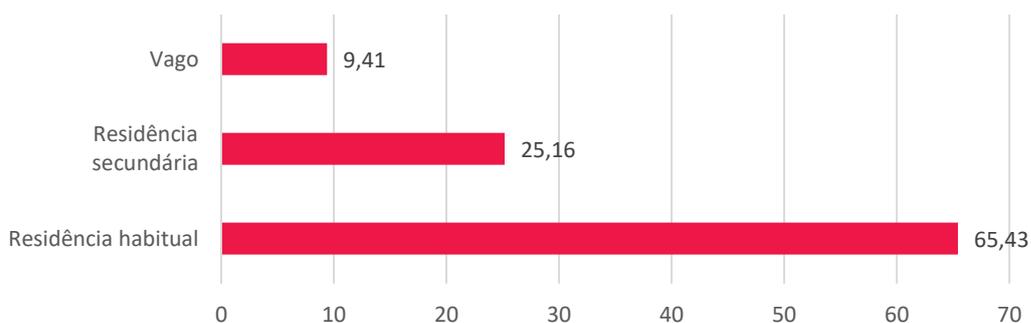
Tabela 17 – Tipologia de alojamentos do concelho de Viana do Castelo (2011) (N.º)

Território	Total	Alojamentos familiares		Alojamentos coletivos	
		Clássicos	Não clássicos	Hoteleiros	Convivência
Viana do Castelo (concelho)	48291	48164	29	60	38

Fonte: INE, Censos 2011

A maioria dos alojamentos familiares eram clássicos (99,9%), existindo um índice residual de alojamentos não clássicos (0,1%), nomeadamente alojamentos improvisados, barracas e casas rudimentares de madeira (nomeadamente, nas freguesias de Vila Nova Anha, Santa Maria Maior e Castelo do Neiva). No que diz respeito aos alojamentos coletivos, estes representam uma taxa pouco significativa no concelho, nomeadamente 60 alojamentos com fins hoteleiros e 38 alojamentos de convivências, com destaque para os alojamentos destinados ao apoio social (18 alojamentos) e para fins religiosos (10 alojamentos), localizados em maior número na freguesia de Santa Maria Maior.

Gráfico 8 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos no concelho de Viana do Castelo (2011) (%)



Fonte: INE, Censos 2011

Tal como é visível no gráfico 8, Viana do Castelo caracteriza-se por ser um município maioritariamente de residência, na medida em que 65,43% dos alojamentos familiares do município são utilizados como residências habituais.

O número de alojamentos familiares vagos existentes no concelho é significativo (n= 4.531; 9,41%), verificando-se que no ano 2011, a maioria dos mesmos se encontrava para venda (1.157 alojamentos) e para aluguer (769 alojamentos). As freguesias onde existia maior percentagem de alojamentos vagos, face ao número total de alojamentos da freguesia, foram em Darque (16,2%) e Monserrate (16%).

Tabela 18 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Viana do Castelo (2011) (N.º e %)

Território	Alojamentos familiares						
	Total	De residência habitual		De uso sazonal ou secundário		Vagos	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Viana do Castelo (concelho)	48164	31513	65,43	12120	25,16	4531	9,41

Fonte: INE, Censos 2011

No que diz respeito ao regime de ocupação dos alojamentos de residência habitual do município, verifica-se que o número de alojamentos com proprietário ocupante é superior ao número de alojamentos ocupados por arrendatário, situação que se verifica em todas as freguesias / Uniões de freguesias do concelho.

Tabela 19 – Regime de ocupação dos alojamentos familiares de residência habitual (2011) (N.º e %)

Território	Alojamentos com Proprietário Ocupante		Alojamentos Arrendados		Outras situações	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Viana do Castelo (concelho)	24206	76,8%	5311	16,9%	1996	6,3%

Fonte: INE, Censos 2011

No que concerne à habitação social, o concelho de Viana do Castelo é o segundo município da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação social e o que regista maior número de fogos de habitação social. Os dados referentes a 2015 indicam a existência de 96 edifícios de habitação social no concelho de Viana do

Castelo, aglomerando 442 fogos de habitação social. Destes fogos, destaca-se o facto de 392 se encontrarem arrendados.

Tabela 20 – Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alto Minho (2015)

Território	Edifícios de habitação social	Fogos de habitação social	
	Total 2015	Total 2015	Arrendados 2015
Portugal	26 195	119 691	112188
Região Norte	6106	41949	39706
Região do Alto Minho	471	1186	1054
Arcos de Valdevez	48	101	101
Caminha	7	19	19
Melgaço	18	18	18
Monção	115	129	94
Paredes de Coura	1	1	1
Ponte da Barca	25	130	111
Ponte de Lima	36	189	169
Valença	91	94	89
Viana do Castelo	96	442	392
Vila Nova de Cerveira	34	63	60

Fontes: INE – Inquérito à caracterização da habitação social

Dados mais recentes fornecidos pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, indicam que em agosto de 2020 existiam 468 fogos de habitação social, dos quais 241 são propriedade do município (5 dos quais são lojas). O maior número de habitações sociais concentra-se na freguesia de Darque.

Tabela 21 – Distribuição das frações de Habitação Social Municipal, por tipologia e por freguesia (agosto de 2020) (N.º)

Bairro / Território	Freguesia	N.º	Tipologia	Propriedade
Viana do Castelo (Concelho)		468		241 – Município 227 - IHRU
Bairro Social de Monserrate	Monserrate	4	2 T2 e 2 T3	Município
		68	<i>sem informação</i>	IHRU
Bairro Social da Meadela	Meadela	2	1 T2 e 1 T3	Município
		38	<i>sem informação</i>	IHRU
Bairro Social de Darque	Darque	11	1 T0; 4 T2; 1 T3; 2 T4 e 3 lojas	Município

Bairro / Território	Freguesia	N.º	Tipologia	Propriedade
		121	<i>sem informação</i>	IHRU
Edifício Mira Lima	Darque	4	1 T2; 2 T3 e 1 loja	Município
Urbanização Municipal da Areia	Darque	42	21 T2; 18 T3 e 3 T4	Município
Rua do Comércio	Darque	1	1 T1	Município
Santa Maria Maior (Liceu)	Santa Maria Maior	1	1 T3	Município
Urbanização Municipal S. José	Alvarães	10	6 T3; 3 T4 e 1 T5	Município
Urbanização Municipal da Costeira		24	12 T2 e 12 T3	Município
Urbanização Municipal de Castelo de Neiva	Castelo de Neiva	12	6 T2 e 6 T3	Município
Urbanização Municipal da Felgueira	Perre	32	16 T2 e 16 T3	Município
Urbanização Municipal do Lugar do Meio	Areosa	32	16 T2 e 16 T3	Município
Urbanização Municipal do Lugar do Malhão		48	24 T2 e 24 T3	Município
Urbanização Municipal Lugar do Souto	Barroselas	12	6 T2 e 6 T3	Município
Bairro dos Pescadores		6	1 T1; 1 T2; 2 T3; 1 T4 e 1 loja	Município

Fonte: CM Viana do Castelo

Nos anos 2018 e 2020 foram realizados concursos para atribuição de habitações sociais, tendo sido recebidas 112 candidaturas em 2018 e 65 candidaturas em 2020.

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento do valor das rendas no território nacional e Viana do Castelo não é exceção. No ano 2001, o valor médio mensal dos alojamentos familiares arrendados era de 147€ e em 2011 era de 243,4€. Também o valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento tem vindo a aumentar na maioria dos concelhos da Região do Alto Minho. No concelho de Viana do Castelo, entre o 2º semestre de 2017 e o 2º semestre de 2019, o valor mediano segundo das rendas por m² aumentou 0,79€, encontrando-se atualmente nos 4,48€/m².

Tabela 22 – Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, na Região do Alto Minho (2º semestre de 2017, 2018 e 2019) (€)

Território	Valor mediano das rendas por m ²		
	2º sem. 2017	2º sem. 2018	2º sem. 2019
Portugal	4,39	4,80	5,32
Região Norte	3,83	4,14	4,62
Região do Alto Minho	3,30	3,53	3,83
Arcos de Valdevez	2,67	3,01	2,78
Caminha	3,56	3,72	4,00
Melgaço	-	2,85	-
Monção	2,97	2,82	3,50
Paredes de Coura	2,49	2,66	-
Ponte da Barca	2,24	2,56	2,83
Ponte de Lima	2,83	3,16	3,28
Valença	3,02	3,14	3,18
Viana do Castelo	3,69	4,00	4,48
Vila Nova de Cerveira	2,78	3,02	3,24

Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

Viana do Castelo é o concelho da Região do Alto Minho que apresenta o valor mediano das rendas por m² mais elevado, valor este superior ao valor médio registado para a Região do Alto Minho e inferior ao registado na Região Norte e no território nacional.

Em Síntese:

- ▶ Em 2018, Viana do Castelo foi o concelho da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação familiar clássica e de alojamentos familiares clássicos, 33.506 e 48.892, respetivamente, dos quais 94,3% são para uso exclusivamente residencial;
- ▶ A União de freguesias de Viana do Castelo, a freguesia de Darque e a União de freguesias de Barroselas e Carvoeiro são as que reúnem a maior percentagem de edifícios 16,7%, 7% e 6,5%, respetivamente;
- ▶ Entre 2001 e 2011 registou-se no concelho uma diminuição da proporção de edifícios muito degradados e com necessidades de reparação. O índice de envelhecimento de edifícios no ano 2011 foi de 132,8;
- ▶ Viana do Castelo o concelho da Região do Alto Minho com maior densidade de alojamentos por Km² (151,37). Em 2011, as freguesias de Santa Maria Maior e de Monserrate registaram a maior densidade de alojamentos por Km² do concelho (1673,89 e 1314,20 alojamentos/ Km², respetivamente);
- ▶ À data dos Censos de 2011 existiam no concelho 48.164 alojamentos familiares clássicos, 65,43% dos quais eram residências habituais;
- ▶ Em 2011, existiam no concelho 29 alojamentos familiares não clássicos, a maioria dos quais improvisados, barracas e casas rudimentares de madeira;
- ▶ No 2º semestre de 2019, o valor mediano das rendas, por m², de novos contratos de arrendamento, foi de 4,48 €/m², sendo Viana do Castelo o concelho da Região do Alto Minho com valor mais elevado;
- ▶ No ano de 2015, Viana do Castelo foi o segundo município da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação social e o primeiro com maior número de fogos de habitação social;
- ▶ À data de agosto de 2020, existiam 468 fogos de habitação social, dos quais 241 são propriedade do município.

7.1.4. Saúde

Caracterização dos recursos em Saúde

O concelho de Viana do Castelo, apresenta o rácio mais elevado de médicos por 1.000 habitantes da Região do Alto Minho (5,6), o qual é superior ao valor registado a nível nacional (5,2), na Região Norte (5,2) e na Região do Alto Minho (3,8). No concelho existem, em média, 0,3 farmácias por cada 1.000 habitantes.

Tabela 23 – Indicadores de saúde nos municípios da Região do Alto Minho (2018) (N.º)

Território	Médicas/os por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes
Portugal	5,2	0,3
Região Norte	5,2	0,3
Região do Alto Minho	3,8	0,3
Arcos de Valdevez	2,0	0,3
Caminha	5,0	0,3
Melgaço	2,7	0,4
Monção	3,5	0,3
Paredes de Coura	1,4	0,4
Ponte da Barca	2,7	0,3
Ponte de Lima	2,4	0,2
Valença	1,8	0,2
Viana do Castelo	5,6	0,3
Vila Nova de Cerveira	3,0	0,3

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

O Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Minho (ACeS), do Nordeste e de Matosinhos encontra-se sob a gestão de Unidades Locais de Saúde (ULS) que respondem à Administração Regional de Saúde do Norte, IP (ARS Norte).

O ACeS do Alto Minho integra 12 Centros de Saúde, entre os quais o Centro de Saúde de Viana do Castelo. No âmbito dos cuidados de saúde hospitalares a ULS do Alto Minho integra os hospitais de Santa Luzia (Viana do Castelo) e do Conde de Bertiandos (Ponte de Lima).

O Centro de Saúde de Viana do Castelo é composto por três Unidades de Cuidados de Saúde Primários (UCSP) com Pólos nas várias freguesias, quatro Unidades de Saúde Familiares (USF), três Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) e uma Unidade de Serviços e Apoio Geral (USAG).

Tabela 24 – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde Primários - Concelho de Viana do Castelo (2020)

	Denominação das Unidades de Cuidados de Saúde Primários
UCSP Viana do Castelo	Extensão de Tiago Almeida; Extensão de Afife; Extensão de Saúde de Carreço; Extensão de Saúde de Lanheses; Extensão de Saúde de Meadela; Extensão de Saúde de Santa Marta de Portuzelo
UCSP Darque	Extensão Vila Nova de Anha; Extensão Chafé; Extensão Geraz do Lima; Extensão Vila Franca
UCSP Barrocelas	Extensão de Alvarães
USF	USF Cuidarte (Modelo A); USF Gil Eanes (Modelo A); USF Tiago de Almeida (Modelo A); USF Arquis Nova (Modelo A) – inclui um Pólo em Castelo de Neiva
UCC	UCC Viana do Castelo; UCC Barrocelas; UCC Darque
USAG	USAG Viana do Castelo

Fontes: SNS-BI-CSP (consultado em abril, 2020)

No total, as Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho (UCSPs, USFs e UCCs) contam com 60 médicos (33 em UCSP, 25 em USF e 2 em UCC), 77 enfermeiros (33 em UCSP, 26 em USF e 18 em UCC), 48 secretários clínicos (25 em UCSP, 20 em USF e 3 em UCC), 24 Internos (3 em UCSP e 23 em USF) e com 9 outros profissionais (2 em UCSP e 7 em UCC).¹⁰

O número de utentes inscritos na Unidade de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Viana do Castelo, à data de março de 2020, totaliza 91.020 utentes. Destaca-se a UCSP de Viana do Castelo como sendo a unidade de saúde com maior número de utentes inscritos.

¹⁰ SNS – BI-CSP (consultado em abril, 2020)

Tabela 25 – Utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Viana do Castelo, por Unidades Funcionais (março 2020) (N.º)

	N.º total de inscritos	C/ médico de família		S/ médico de família		S/ medico de família por opção	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
UCSP Barroselas	12852	12828	99,81	14	0,11	10	0,08
UCSP Darque	16013	16003	99,94	9	0,06	1	0,01
UCSP Viana Castelo	19931	19778	99,23	74	0,37	79	0,40
USF Cuidarte	8361	8361	100	-	-	-	-
USF Gil Eanes	13421	13420	99,99	1	0,01	-	-
USF Arquis Nova	10553	10548	99,95	5	0,05	-	-
USF Tiago de Almeida	9889	9888	99,99	-	-	1	0,01
Total	91020	90826	99,79	103	0,11	91	0,1

Fonte: SNS – BI-CSP (consultado em abril, 2020)

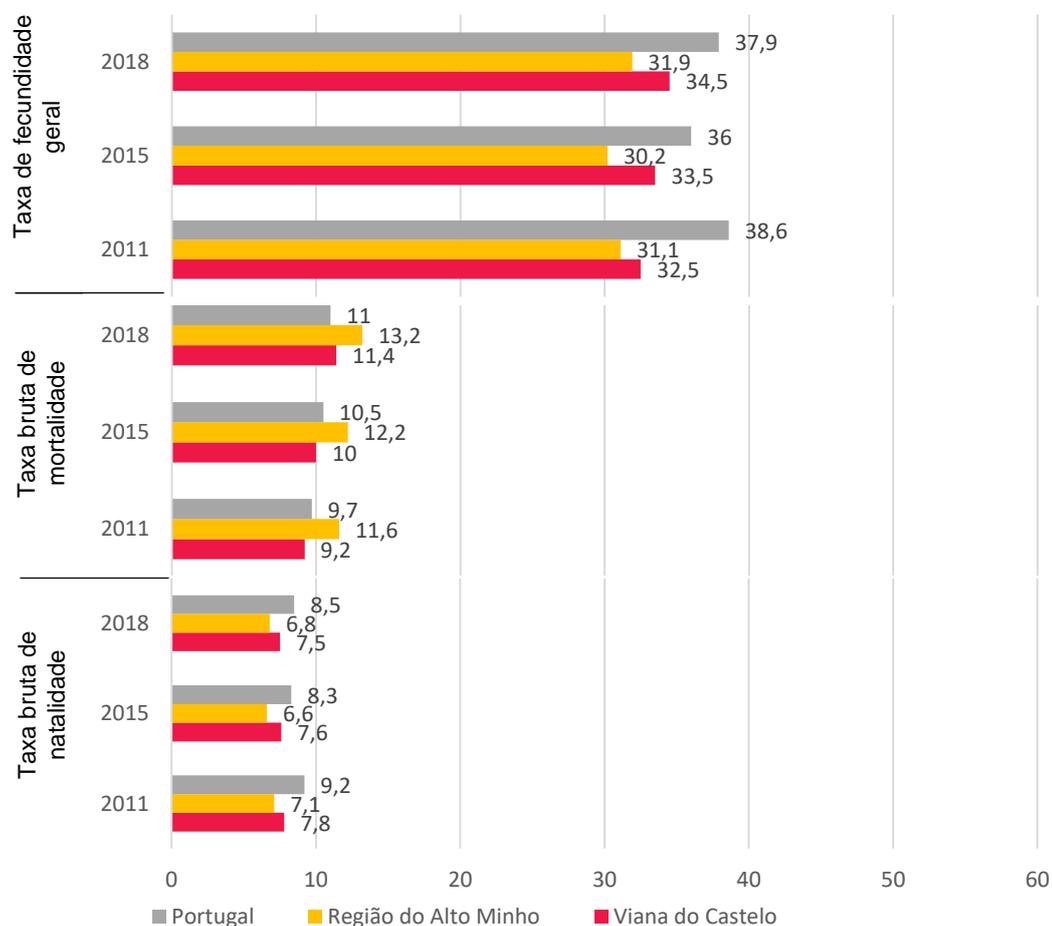
Uma análise mais aprofundada dos dados recolhidos permite observar que a maioria dos utentes inscritos têm médico de família, correspondendo a 99,79% dos utentes. A percentagem de utentes sem médico de família é diminuta (0,11%, 103 utentes), sendo que é na UCSP de Viana do Castelo que esta se encontra mais elevada (0,37%, 74 utentes). De referir ainda que existe um total de 91 utentes sem médico de família por opção.

Indicadores de Saúde

As taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade¹¹ são indicadores demográficos, relacionados com a saúde da população. No concelho de Viana do Castelo as taxas de fecundidade geral e de mortalidade têm vindo a aumentar, ao invés da taxa bruta de natalidade que tem vindo a diminuir.

¹¹ **Taxa de fecundidade geral:** Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (INE).

Gráfico 9 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (análise comparativa entre 2011, 2015 e 2018) (%)



Fontes: INE, Indicadores demográficos

É de destacar o facto de, no ano de 2018, as taxas de natalidade e de fecundidade no concelho de Viana do Castelo (7,5‰ e 34,5,3‰ respetivamente) serem inferiores às percentagens nacionais (8,5‰ e 37,9‰ respetivamente), mas superiores às registadas na Região do Alto Minho (6,8‰ e 31,9‰ respetivamente).

Relativamente à taxa de mortalidade verifica-se a tendência oposta, na medida em que a taxa no concelho de Viana do Castelo (11,4‰) é superior à registada a nível nacional (11‰), mas inferior à registada na Região do Alto Minho (13,2‰).

De acordo com os últimos dados disponíveis (2018), no concelho de Viana do Castelo nascem em média 7 a 8 crianças por mil habitantes e registam-se 11 óbitos por cada mil habitantes, aproximadamente.

Entre 2011 e 2018 registou-se um decréscimo do número de partos a nível nacional e na Região do Alto Minho, não sendo Viana do Castelo exceção nesta tendência (menos 64 nascimentos). Entre 2011 e 2016, constata-se que o número de Interrupções Voluntárias da Gravidez (IVG) também diminui no concelho (menos 20 IVG), seguindo a tendência que se verifica a nível nacional e na maioria dos municípios da Região do Alto Minho.

Tabela 26 – Partos e IVG, por município de residência da mãe (2011 e 2018 Pro¹²) (N.º)

Território	Partos		IVG	
	2011	2018 Pro	2011	2016 Pro
Portugal	95685	85905	20480	15959
Região Norte	31151	27131	4826	3740
Região do Alto Minho	1719	1551	205	167
Arcos de Valdevez	137	109	20	21
Caminha	125	116	24	11
Melgaço	41	35	6	5
Monção	107	96	19	14
Paredes de Coura	64	64	9	4
Ponte da Barca	90	69	10	5
Ponte de Lima	313	284	21	30
Valença	98	80	10	13
Viana do Castelo	688	624	80	60
Vila Nova de Cerveira	56	74	6	4

Fonte: INE, Partos e Direção Geral da Saúde

No que concerne especificamente ao número de mortes por mil habitantes, verifica-se que, apesar de se ter registado uma diminuição entre os anos 2002 e 2007, número tem vindo a aumentar na ULS Alto Minho, seguindo a tendência da ARS Norte e a nível de Portugal Continental¹³. No entanto, no ano 2017, o valor da taxa bruta de mortalidade na ULS Alto Minho é superior ao registado na ARS Norte e no território de Portugal Continental.

¹² **Pro:** Valor provisório

¹³ Número de óbitos na ULS Alto Minho: 2002 – 2.901; 2007 – 2.893; 2012 – 2.933 e 2017 – 2.952 (Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho)

Gráfico 10 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2002, 2007, 2012, 2017) (‰)



Fontes: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

A taxa de mortalidade infantil está relacionada com a evolução qualitativa dos cuidados de saúde e das condições socioeconómicas em Portugal, que se refletem no maior cuidado com a higiene e com a alimentação e com o maior acesso à informação por parte das famílias (DGS – Comunicado sobre Mortalidade Infantil, 2019¹⁴).

Tabela 27 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2007/2011 e 2014/2018) (‰)

Território	Taxa quinquenal de mortalidade infantil ¹⁵		Taxa quinquenal de mortalidade neonatal ¹⁶	
	2007/2011	2014/ 2018	2007/2011	2014/2018
Portugal	3,2	3,0	2,1	2,1
Região Norte	2,9	2,7	1,9	2,0
Região do Alto Minho	3,4	4,5	2,4	3,0
Arcos de Valdevez	5,3	1,8	4,0	1,8
Caminha	3,3	3,9	3,3	3,9
Melgaço	0,0	0,0	0,0	0,0
Monção	6,2	6,3	1,6	6,3
Paredes de Coura	5,6	7,2	2,8	7,2
Ponte da Barca	2,4	0,0	0,0	0,0

¹⁴ Comunicado n.º C153_01_v1, DGS, 2019

¹⁵ **Taxa quinquenal de mortalidade infantil:** número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

¹⁶ **Taxa quinquenal de mortalidade neonatal:** número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

Território	Taxa quinquenal de mortalidade infantil ¹⁵		Taxa quinquenal de mortalidade neonatal ¹⁶	
	2007/2011	2014/ 2018	2007/2011	2014/2018
Ponte de Lima	2,2	4,3	1,6	1,4
Valença	3,6	6,8	3,6	2,3
Viana do Castelo	2,6	5,1	2,4	3,5
Vila Nova de Cerveira	10,5	3,4	5,2	3,4

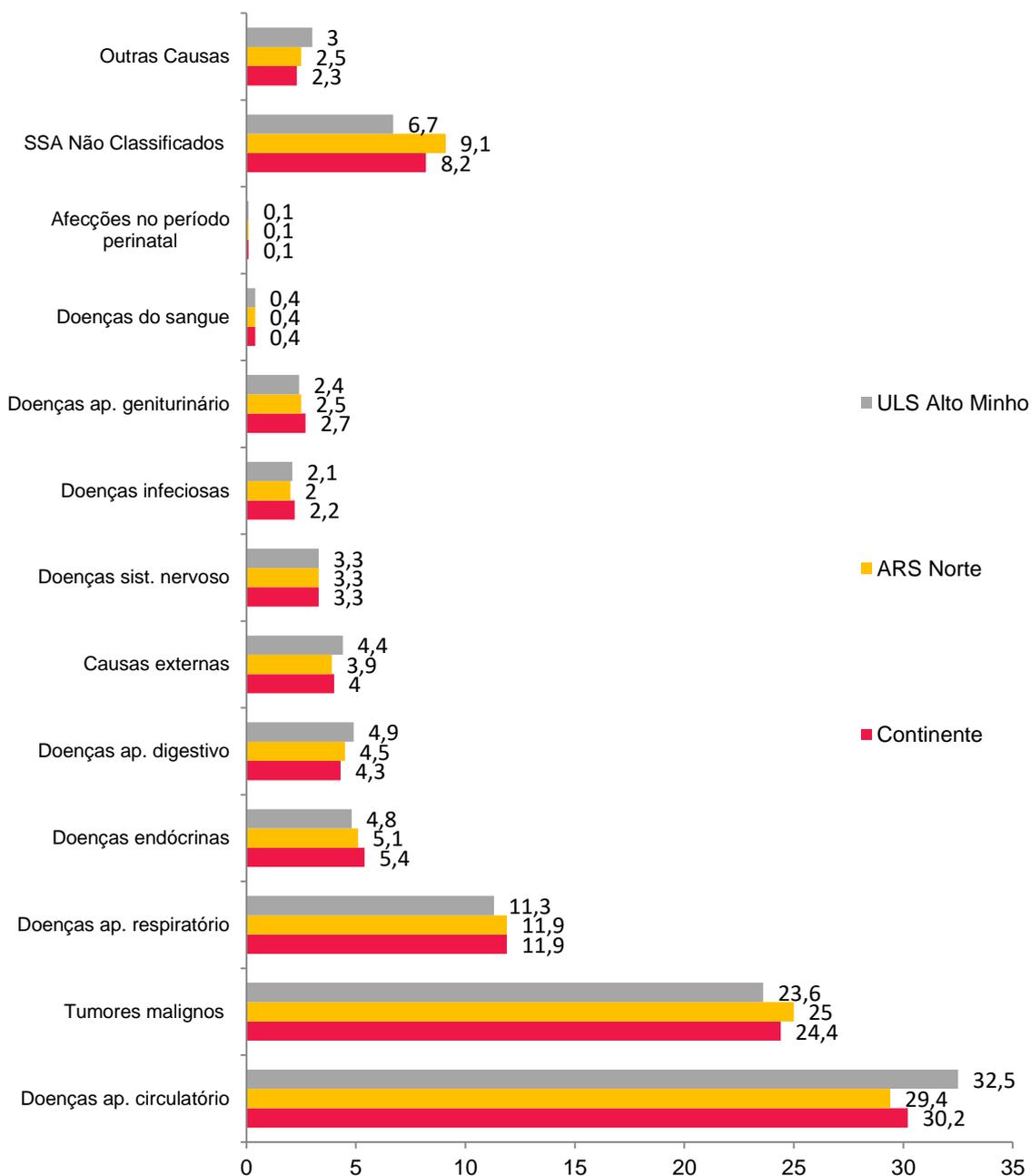
Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

O número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade aumentou no concelho de Viana do Castelo (de 2,6‰ no quinquénio 2007/2011 para 5,1‰ entre 2014/2018), bem como o número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade entre os quinquénios referidos (de 2,4‰ em 2007/2011, para 3,5‰ em 2014/2018).

Viana do Castelo tem uma taxa quinquenal de mortalidade infantil (quinquénio 2014/2018) superior à registada a nível nacional, na Região do Alto Minho e à maioria dos concelhos desta Região. Relativamente à taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2014/2018), Viana do Castelo é o quarto concelho com maior taxa na Região do Alto Minho (superior à registada para a nível nacional e na Região do Alto Minho).

No que diz respeito às principais causas de morte na ULS Alto Minho, constata-se que estas são devido a doenças do aparelho circulatório e a tumores malignos, sendo as doenças do aparelho respiratório a terceira causa de morte.

Gráfico 11 – Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2012-2014, para todas as idades e ambos os sexos (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (%)



Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho¹⁷

Entre os anos 2011 e 2018, a taxa de mortalidade no concelho de Viana do Castelo, por doenças do aparelho circulatório aumentou (de 2,7‰ para 3,4‰), bem como a taxa de

¹⁷ Nota: SSA – Sinais, Sintomas e Achados

mortalidade devido a tumores malignos (de 2,6‰ para 3,2‰). Os valores de ambas as taxas são superiores aos registados a nível nacional e inferiores ou iguais aos registados na Região do Alto Minho.

Tabela 28 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2011 e 2018) (‰)

Território	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório		Taxa de mortalidade por tumores malignos	
	2011	2018	2011	2018
Portugal	3,0	3,2	2,4	2,7
Região Norte	2,4	2,8	2,2	2,5
Região do Alto Minho	3,8	4,0	2,7	3,2
Arcos de Valdevez	5,6	5,0	3,2	4,1
Caminha	4,1	4,3	3,2	2,6
Melgaço	4,7	6,2	2,7	4,8
Monção	6,1	6,9	3,1	3,5
Paredes de Coura	4,9	3,6	3,0	3,6
Ponte da Barca	5,2	4,4	2,1	3,3
Ponte de Lima	2,6	3,2	2,3	2,6
Valença	4,9	3,7	2,8	3,1
Viana do Castelo	2,7	3,4	2,6	3,2
Vila Nova de Cerveira	5,8	4,4	3,2	2,9

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

Os dados referentes ao concelho de Viana do Castelo vão ao encontro dos dados relativos à ULS Alto Minho para o período de 2012 a 2014, na medida em que a maior percentagem de óbitos estava relacionada com doenças do aparelho circulatório (32,5%) e com tumores malignos (23,6%) (Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho).

Importa ainda referir que relativamente ao triénio 2012-2014, as principais causas de morte para os grandes grupos etários, na ULS Alto Minho são as seguintes¹⁸:

- Com idade inferior a 75 anos – são os tumores malignos que se destacam, nomeadamente da laringe, traqueia, brônquios e pulmões e do estômago; doenças do aparelho circulatório, nomeadamente doenças cerebrovasculares; doenças do aparelho digestivo, nomeadamente doenças crónicas do fígado e mortes associadas a causas externas (suicídios, acidentes)

¹⁸ Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho

- Com idade igual ou superior a 75 anos – são as doenças do aparelho circulatório e do aparelho respiratório.

Para a população com idade inferior a 75 anos, da ULS Alto Minho, foi também calculada a evolução da taxa de mortalidade padronizada (TMP)¹⁹, para o triénio 2012-2014. As mortes provocadas por causas externas, por doenças do aparelho digestivo e devido a lesões (acidentais ou intencionalmente infligidas) são as principais causas com significância estatística (31,0; 26,6 e 6,0, respetivamente), sendo a TMP superior à registada na ARS Norte e no Continente (Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho).

Para a população feminina com menos de 75 anos de idade, a TMP é superior e assume significância estatística, para as doenças do aparelho digestivo, nomeadamente doenças crónicas do fígado (14,4 e 8,7, respetivamente). Para a população masculina, com menos de 75 anos de idade, a TMP é superior e assume significância estatística para a causas de morte externas (53,1), doenças do aparelho digestivo (41,7) e tumor maligno do esófago (13,2).

Tabela 29 – Morbilidade - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)

	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Hipertensão	22,2	20,5	23,8	22,0	20,3	23,5	24,1	21,8	26,1
Alterações do metabolismo dos lípidos	21,3	20,6	22,0	24,5	24,2	24,7	21,9	21,1	22,6
Obesidade	8,0	6,7	9,2	12,6	10,3	14,7	10,6	9,2	11,8
Perturbações depressivas	10,4	4,4	15,8	11,5	4,9	17,6	9,5	3,9	14,4
Diabetes	7,8	8,2	7,3	8,2	8,6	7,9	8,9	9,2	8,6

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M – Mulheres

Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

Através da análise dos diagnósticos ativos na ULS Alto Minho, verifica-se que os utentes nela inscritos, comparativamente com as percentagens registadas em Portugal Continental e nos utentes inscritos na ARS Norte, apresentam uma maior percentagem

¹⁹ **Taxa de Mortalidade Padronizada pela idade:** permite atenuar o efeito da “probabilidade de morrer com a idade”. Taxa que resulta da aplicação das taxas brutas de mortalidade com idades inferiores a 75 anos, a uma população padrão (com idades inferiores a 75 anos) cuja composição etária é fixa e se distribui pelos mesmos grupos etários das taxas brutas de mortalidade (expressa em número de óbitos por 100 000 habitantes) (INE).

de hipertensão (24,1%) e de diabetes (8,9%), com maior incidência nos utentes do sexo feminino para a hipertensão e nos utentes do sexo masculino para a diabetes.

A prevalência de doenças do aparelho circulatório nos utentes inscritos na ULS Alto Minho poderá estar associada aos determinantes de saúde acima mencionados, nomeadamente com o diagnóstico de alterações do metabolismo dos lípidos, hipertensão e obesidade.

Os fatores de risco, excesso de peso e tabagismo (presente em 11,8% e 9,8% do total de inscritos na ULS Alto Minho, respetivamente), também poderão contribuir para a prevalência de doenças do aparelho circulatório.

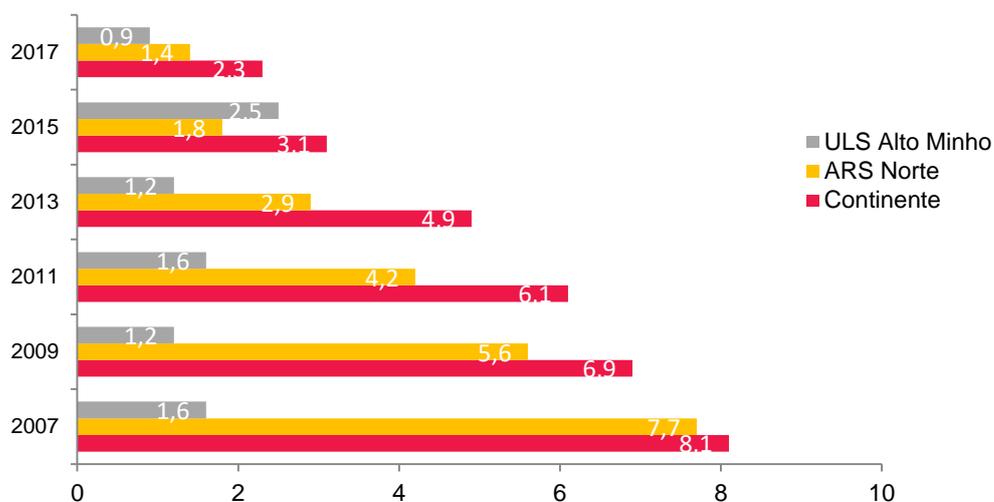
Tabela 30 – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)

	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Excesso de peso	12,9	12,9	12,9	16,7	16,8	16,7	11,8	11,5	12,0
Abuso do tabaco	11,5	14,8	8,6	13,9	19,4	8,9	9,8	13,9	6,1
Abuso crónico do álcool	1,6	3,0	0,3	2,1	3,8	0,5	1,9	3,3	0,7
Abuso de drogas	0,5	0,8	0,3	0,6	1,0	0,3	0,4	0,6	0,3

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M - Mulheres

Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

Gráfico 12 – Evolução da taxa de incidência da infeção VIH (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (/100000 habitantes) (2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017)²⁰ (%)



Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

²⁰ Casos declarados até 30/06/2017

A taxa de incidência da infeção VIH tem vindo a diminuir ao nível de Portugal Continental e na ARS Norte, no entanto tem oscilado na ULS Alto Minho. Os valores registados na ULS Alto Minho são, desde 2007, inferiores quando comparados com os valores ao nível do continente e da ARS Norte, com exceção do ano 2015 em que a taxa na ULS Alto Minho foi superior à registada na ARS Norte.

Em relação à **saúde mental**, são poucos os dados estatísticos atualizados, em particular a nível dos municípios. Ainda assim, considera-se que nesta caracterização sociodemográfica é importante ter em consideração alguns indicadores de Saúde Mental no âmbito das Estatísticas da Saúde de 2017, do INE.

Tabela 31 – Consultas externas de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, na Região Norte (2017) (N.º)

Tipo de hospital	Neurologia		Psiquiatria		Psiquiatria da Infância e da Adolescência	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Região Norte	207687	2,64	311839	4,0	53887	0,7

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2017

As consultas externas hospitalares na Região Norte, no ano 2017, referentes a áreas da saúde mental, encontravam-se distribuídas por 2,64% em consultas de Neurologia, 4,0% em consultas de Psiquiatria e 0,7% em consultas de Psiquiatria da Infância e da Adolescência.

Tabela 32 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (óbitos por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente) (2011, 2015 e 2017) (N.º)

Território	Óbitos por transtornos mentais e comportamentais			Suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente		
	2011	2015	2017	2011	2015	2017
Portugal	180	3 264	4.030	1 012	1 127	1 048
Região Norte	69	1123	1414	206	256	265
Região do Alto Minho	4	140	127	20	18	15
Arcos de Valdevez	1	28	17	2	1	2
Caminha	0	14	14	0	1	0
Melgaço	0	4	8	0	2	1

Território	Óbitos por transtornos mentais e comportamentais			Suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente		
	2011	2015	2017	2011	2015	2017
Monção	0	8	6	5	1	2
Paredes de Coura	0	7	3	0	3	1
Ponte da Barca	0	11	7	1	3	1
Ponte de Lima	0	23	28	3	3	0
Valença	1	4	8	3	1	2
Viana do Castelo	2	35	33	5	2	5
Vila Nova de Cerveira	0	6	3	1	1	1

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

O número de óbitos por transtornos mentais e comportamentais tem vindo a aumentar desde 2011 em Portugal, na Região Norte, na Região do Alto Minho e em 3 dos seus municípios, nos quais se inclui Viana do Castelo (33 óbitos no ano 2017). Relativamente ao número de óbitos por suicídio e por lesões autoprovocadas voluntariamente, este tem vindo a oscilar, tendo diminuído entre 2015 e 2017 quer no território nacional quer na Região do Alto Minho, e aumentado na Região Norte e em 4 dos concelhos da Região do Alto Minho (incluindo o concelho de Viana do Castelo).

Em Síntese:

- ▶ Viana do Castelo apresenta o rácio mais elevado de médicos por 1.000 habitantes, dos municípios da Região do Alto Minho;
- ▶ Em março de 2020, as Unidades de Cuidados de Saúde Primários e as Unidades de Saúde Familiares do concelho de Viana do Castelo respondiam a um total de 91.020 utentes inscritos acompanhados por 58 médicos de família;
- ▶ 99,79% dos utentes inscritos tem médico de família. No final do mês de março de 2020 existiam 103 utentes sem médico de família e 91 utentes sem médico de família por opção;
- ▶ Entre 2011 e 2017 registou-se um decréscimo no número de partos e no número de IVG no concelho;
- ▶ A taxa bruta de mortalidade aumentou entre 2011 e 2018, tendo sido em 2018 superior à registada a nível nacional e inferior à registada na Região do Alto Minho;
- ▶ A taxa de natalidade tem registado uma tendência decrescente desde 2011. No ano 2018 foi inferior à registada em Portugal;
- ▶ As taxas quinquenais de mortalidade infantil e mortalidade neonatal aumentaram entre 2007/2011 e 2014/2018;
- ▶ As principais causas de morte no concelho são devidas a doenças do aparelho circulatório e a tumores malignos (3,4% e 3,2%, respetivamente), o que também se verifica a nível nacional e na Região do Alto Minho;
- ▶ Em dezembro de 2018, os diagnósticos mais prevalentes entre os utentes da ULS Alto Minho eram hipertensão, alterações do metabolismo dos lípidos, obesidade, perturbações depressivas e diabetes;
- ▶ Tem-se registado um aumento de óbitos por transtornos mentais e comportamentais no concelho, o que também se observa a nível nacional e na Região Norte.

7.1.5. Ação Social

Neste subcapítulo iremos caracterizar a população de Viana do Castelo no que respeita aos apoios prestados pela Segurança Social (pensões, subsídios, prestações familiares, entre outros).

Analisando os indicadores de prestações sociais, nomeadamente ao nível do valor das pensões, subsídios de desemprego e de doença, é possível verificar que no concelho o valor médio anual das pensões de velhice é superior aos valores médios das restantes pensões e subsídios.

Comparativamente com os concelhos que integram a Região do Alto Minho, o concelho de Viana do Castelo apresenta valores médios anuais das pensões de invalidez, velhice sobrevivência mais elevados. O valor médio anual da pensão de invalidez em Viana do Castelo é superior ao registado em Portugal, na Região Norte e na Região do Alto Minho. Os valores médios anuais das pensões de velhice e de sobrevivência no concelho encontram-se abaixo dos valores registados a nível nacional e na Região Norte, mas acima dos valores registados na Região do Alto Minho.

Tabela 33 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2018) (€)

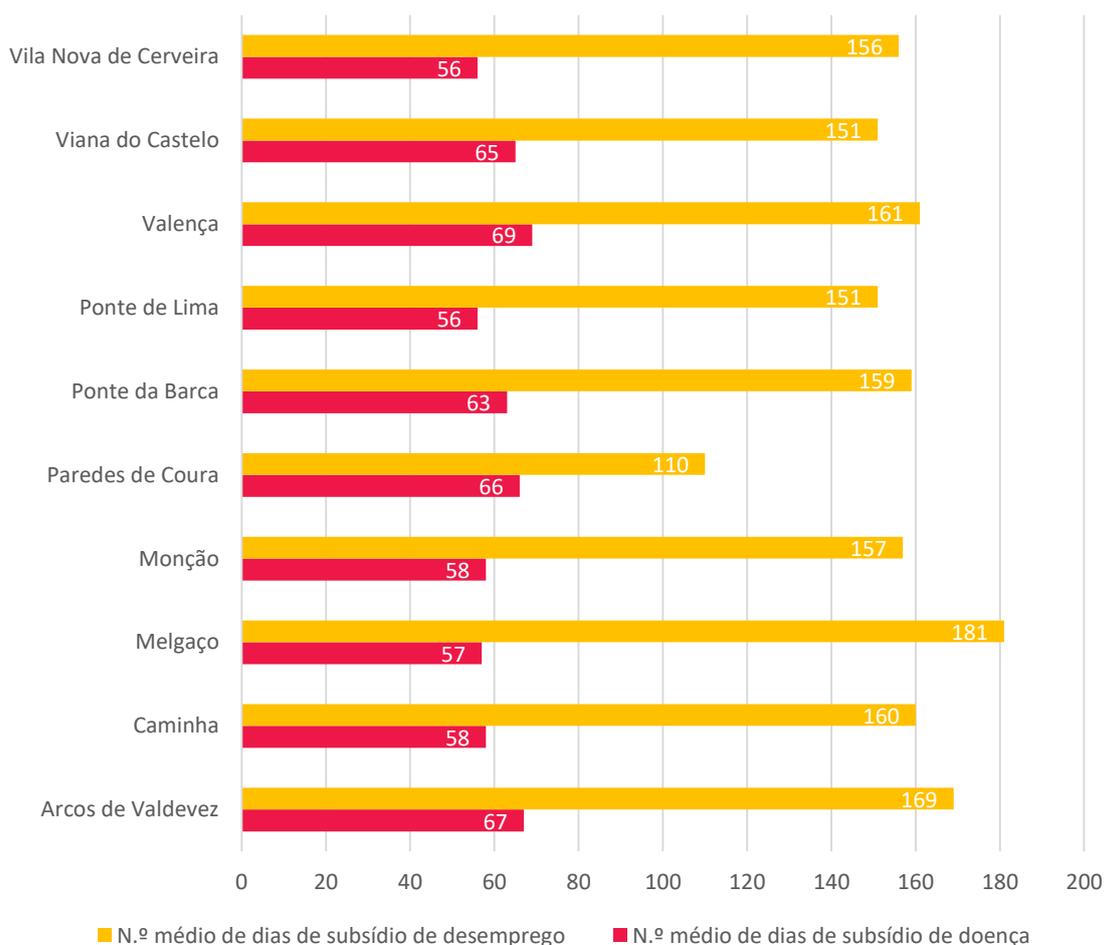
Território	Valor médio anual das pensões			Valor médio de subsídios de desemprego	Valor médio de subsídios de doença
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência		
Portugal	4702	6289	3242	2949	902
Região Norte	4329	5830	3040	2950	817
Região do Alto Minho	4077	4762	2662	2580	947
Arcos de Valdevez	3397	3945	2400	2684	928
Caminha	4048	5097	2743	2769	873
Melgaço	2806	3856	2264	2673	718
Monção	3401	4093	2367	2520	804
Paredes de Coura	3563	4177	2406	1738	976
Ponte da Barca	3677	4254	2661	2509	859
Ponte de Lima	4036	4611	2544	2437	804
Valença	3597	4390	2532	2618	1057
Viana do Castelo	4761	5484	2970	2682	1056

Território	Valor médio anual das pensões			Valor médio de subsídios de desemprego	Valor médio de subsídios de doença
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência		
Vila Nova de Cerveira	3442	4545	2561	2571	931

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

No que se refere à duração do subsídio de desemprego, o número médio de dias, no concelho de Viana do Castelo (151) é inferior à média nacional e da Região do Alto Minho (172 e 153, respetivamente). Pelo contrário, o número médio de dias de subsídio de doença é superior à média nacional e na Região do Alto Minho (média de 53 e 62 dias, respetivamente).

Gráfico 13 – N.º médio de dias das prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2018) (N.º)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Analisando o número de pensionistas, residentes no concelho, que beneficiam de pensões de velhice, verifica-se que o mesmo é superior ao número de pensionistas de sobrevivência e de invalidez. Comparativamente com os outros concelhos da Região do Alto Minho, Viana do Castelo é o concelho com o maior número de pensionistas, por invalidez, por velhice e por sobrevivência.

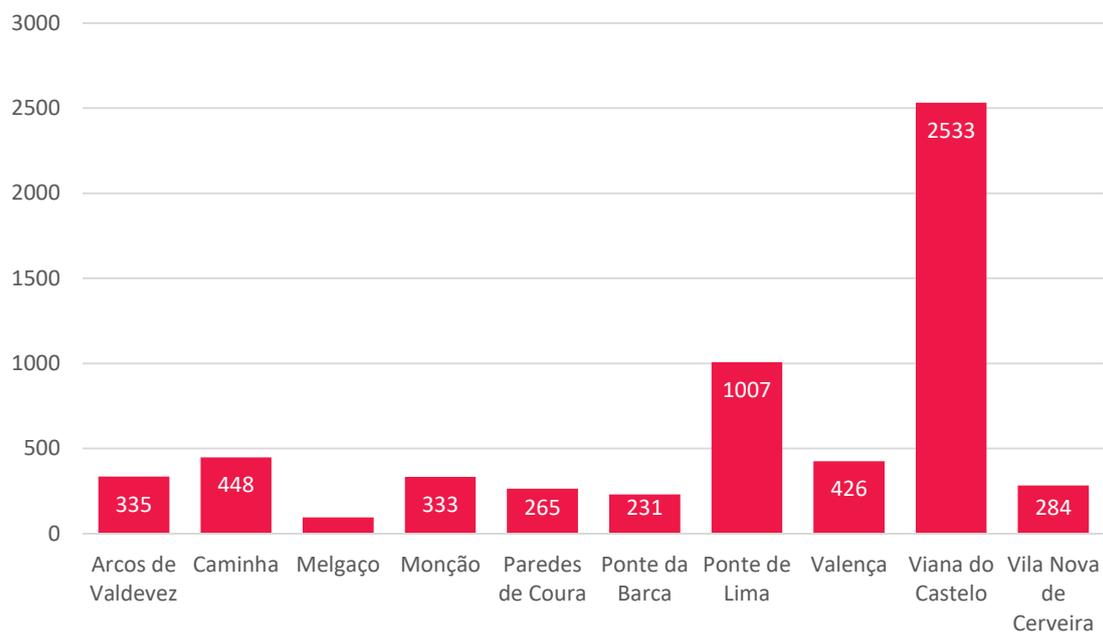
Tabela 34 – Pensionistas da Segurança Social, segundo o tipo de pensão (2018) (N.º)

Território	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.
Região do Alto Minho	73617	69241	5700	4708	50177	47963	17740	16570
Arcos de Valdevez	7696	7204	532	424	5172	4921	1992	1859
Caminha	5305	5018	329	278	3661	3517	1315	1223
Melgaço	2601	2394	170	112	1878	1772	553	510
Monção	6145	5754	345	266	4296	4092	1504	1396
Paredes de Coura	2951	2758	267	213	1988	1898	696	647
Ponte da Barca	3866	3615	404	339	2507	2391	955	885
Ponte de Lima	12394	11684	1145	966	8298	7933	2951	2785
Valença	4127	3859	251	201	2787	2646	1089	1012
Viana do Castelo	25616	24215	2064	1755	17629	16921	5923	5539
Vila Nova de Cerveira	2916	2740	193	154	1961	1872	762	714

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Relativamente ao subsídio de desemprego e quando comparado com os restantes municípios da Região do Alto Minho, no ano 2018, o concelho de Viana do Castelo destaca-se por ser o que apresenta maior número de beneficiários. Face à população residente em idade ativa no concelho (entre os 15 e os 64 anos), o número de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego, representava em 2018, 3,7% deste grupo populacional.

Gráfico 14 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, por concelho da Região do Alto Minho (2018) (N.º)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Tabela 35 – Pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa (15 a 64 anos) (2018) (%)

Território	% de pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa
Portugal	5,4
Região Norte	6,2
Região do Alto Minho	3,5
Arcos de Valdevez	4,1
Caminha	3,8
Melgaço	2,9
Monção	3,1
Paredes de Coura	3,1
Ponte da Barca	3,6
Ponte de Lima	2,9
Valença	4,6
Viana do Castelo	3,7
Vila Nova de Cerveira	3,6

Fonte: PORDATA

Analisando os dados por sexo, verifica-se que apenas o concelho de Viana do Castelo tem um maior número de beneficiários do subsídio de desemprego do sexo masculino.

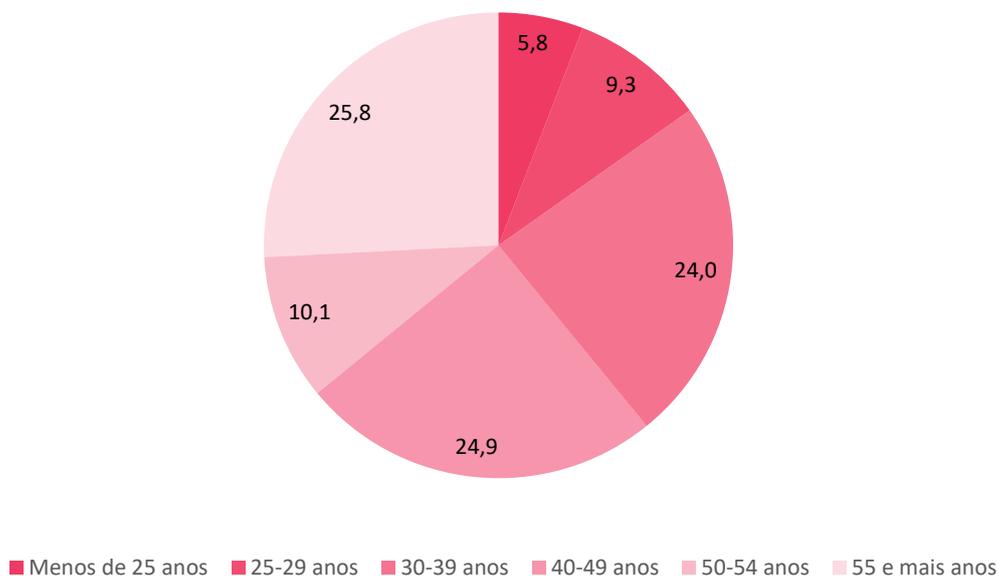
Tabela 36 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, segundo o sexo (2018) (N.º)

Território	Sexo			
	H		M	
	Total	Novos beneficiários	Total	Novas beneficiárias
Região do Alto Minho	2848	1362	3109	1529
Arcos de Valdevez	175	72	160	77
Caminha	180	85	268	123
Melgaço	38	11	57	25
Monção	126	57	207	110
Paredes de Coura	119	76	146	80
Ponte da Barca	109	46	122	53
Ponte de Lima	497	238	510	259
Valença	177	81	249	135
Viana do Castelo	1310	635	1223	579
Vila Nova de Cerveira	117	61	167	88

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

No que respeita ao grupo etário, constata-se que, no município de Viana do Castelo as faixas etárias com uma maior percentagem de beneficiárias/os são as pessoas com idades superiores a 55 anos.

Gráfico 15 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social do concelho de Viana do Castelo, segundo a idade (2018) (%)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Viana do Castelo apresenta-se como o município da Região do Alto Minho com mais beneficiárias/os por subsídio de doença, com maior número de dias e valores processados.

Tabela 37 – Subsídios por doença da Segurança Social, segundo o sexo (N.º e €) (2018)

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Região do Alto Minho	16367	6726	9641	15501	6717	8783	1017460	407773	609687
Arcos de Valdevez	1184	491	693	1099	438	661	79324	33748	45576
Caminha	1083	427	656	946	410	535	62386	24209	38177
Melgaço	311	124	187	223	112	111	17703	8807	8896
Monção	899	343	556	722	337	385	52476	21286	31190
Paredes de Coura	595	245	350	581	215	366	39560	14704	24856
Ponte da Barca	670	273	397	575	223	352	42236	16269	25967

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Ponte de Lima	3289	1399	1890	2644	1260	1384	183811	84207	99604
Valença	982	375	607	1038	396	642	67428	24088	43340
Viana do Castelo	6584	2750	3834	6956	3041	3915	429306	165264	264042
Vila Nova de Cerveira	770	299	471	717	285	432	43230	15191	28039

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

As principais prestações familiares atribuídas pela Segurança Social contemplam o abono de família para crianças e jovens, o subsídio por assistência de 3ª pessoa e o subsídio de funeral.

Tabela 38 – Principais prestações familiares da Segurança Social (N.º e €) (2018)

Território	Abono de família para crianças e jovens			Subsídio por assistência de 3ª pessoa		
	B	D	Valor processado Milhares de euros	B	D	Valor processado Milhares de euros
	N.º			N.º		
Região do Alto Minho	16742	25241	13356	191	193	244
Arcos de Valdevez	1389	2120	1118	12	12	16
Caminha	1149	1670	931	8	8	10
Melgaço	432	623	335	3	3	4
Monção	1132	1650	858	21	21	25
Paredes de Coura	626	937	476	7	9	12
Ponte da Barca	903	1363	718	12	12	15
Ponte de Lima	3566	5540	2780	36	35	45
Valença	1051	1541	871	3	3	4
Viana do Castelo	5876	8889	4799	83	84	105
Vila Nova de Cerveira	618	908	471	6	6	8

B- Beneficiários/as; D – Descendentes ou Equiparados

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Tabela 39 – Principais prestações familiares da Segurança Social (2018) (N.º e €) (Cont.)

Território	Subsídio de funeral	
	B	Valor processado
	N.º	Milhares de euros
Região do Alto Minho	328	72
Arcos de Valdevez	58	13
Caminha	17	4
Melgaço	44	10
Monção	37	8
Paredes de Coura	12	3
Ponte da Barca	16	3
Ponte de Lima	30	6
Valença	13	3
Viana do Castelo	93	20
Vila Nova de Cerveira	8	2

B- Beneficiários/as; D – Descendentes ou Equiparados

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Das três prestações familiares, que aqui se apresentam, a que se destaca a nível nacional, na Região do Alto Minho e no concelho de Viana do Castelo, em número de beneficiárias/os e descendentes ou equiparadas/os e em valor processado, é o abono de família para crianças e jovens. No ano de 2018, foram 5.876 os indivíduos que beneficiaram desta prestação familiar em Viana do Castelo.

Em 2018, foram atribuídos 4924 milhares de euros em prestações familiares no concelho de Viana do Castelo, 97,5% dos quais em abonos de família para crianças e jovens.

O montante total das prestações familiares no concelho de Viana do Castelo representou, em 2018, 36% do valor total processado na Região do Alto Minho, para as referidas prestações.

No que se refere ao subsídio parental inicial, em 2018 foram atribuídos aproximadamente 274 milhares de euros, a 1327 beneficiários. Permanecem as diferenças relativas ao sexo ao nível das atribuições, designadamente ao nível dos dias processados e, por conseguinte, nos valores disponibilizados, sendo as mulheres quem mais beneficiou deste apoio.

Tabela 40 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2018) (N.º e €)

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Região do Alto Minho	3203	1464	1739	5672	1326	4345	238919	45876	193043
Arcos de Valdevez	195	89	106	322	64	259	14533	2656	11877
Caminha	205	96	109	345	89	255	15581	3264	12317
Melgaço	64	24	40	103	27	76	5024	880	4144
Monção	197	86	111	332	55	277	14492	2344	12148
Paredes de Coura	126	57	69	204	38	166	9360	1671	7689
Ponte da Barca	168	79	89	275	61	215	13069	2576	10493
Ponte de Lima	624	290	334	1038	243	795	46686	8999	37687
Valença	177	75	102	274	60	214	12798	2084	10714
Viana do Castelo	1327	618	709	2542	643	1899	97616	19918	77698
Vila Nova de Cerveira	120	50	70	236	46	190	9760	1484	8276

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Ao nível do Complemento Solidário para Idosos (CSI), existiam no ano 2018, no concelho de Viana do Castelo 1.223 beneficiários, a maioria dos quais mulheres (80,5%). Desde 2011 que o número de beneficiários do CSI tem vindo, tendencialmente, a diminuir.

Tabela 41 – Beneficiários de CSI no concelho de Viana do Castelo, por sexo (2009, 2011, 2013, 2015, 2017 e 2018) (N.º)

Beneficiários	2009	2011	2013	2015	2017	2018
Mulheres	1290	1345	1281	1021	1000	985
Homens	351	350	328	236	231	238
Total	1641	1695	1609	1257	1231	1223

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

No que respeita à prestação social do Rendimento Social de Inserção (RSI), em 2018, eram 1318 os beneficiários do concelho de Viana do Castelo, sendo desta forma o município da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários desta prestação social. No entanto, importa referir que o número de beneficiários de RSI tem vindo a decrescer na última década²¹.

Tabela 42 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo (2018) (N.º)

Território	Total	Sexo	
		H	M
Região do Alto Minho	2922	1497	1425
Arcos de Valdevez	222	121	101
Caminha	181	101	80
Melgaço	68	37	31
Monção	178	93	85
Paredes de Coura	58	33	25
Ponte da Barca	134	72	62
Ponte de Lima	395	185	210
Valença	280	145	135
Viana do Castelo	1318	664	654
Vila Nova de Cerveira	88	46	42

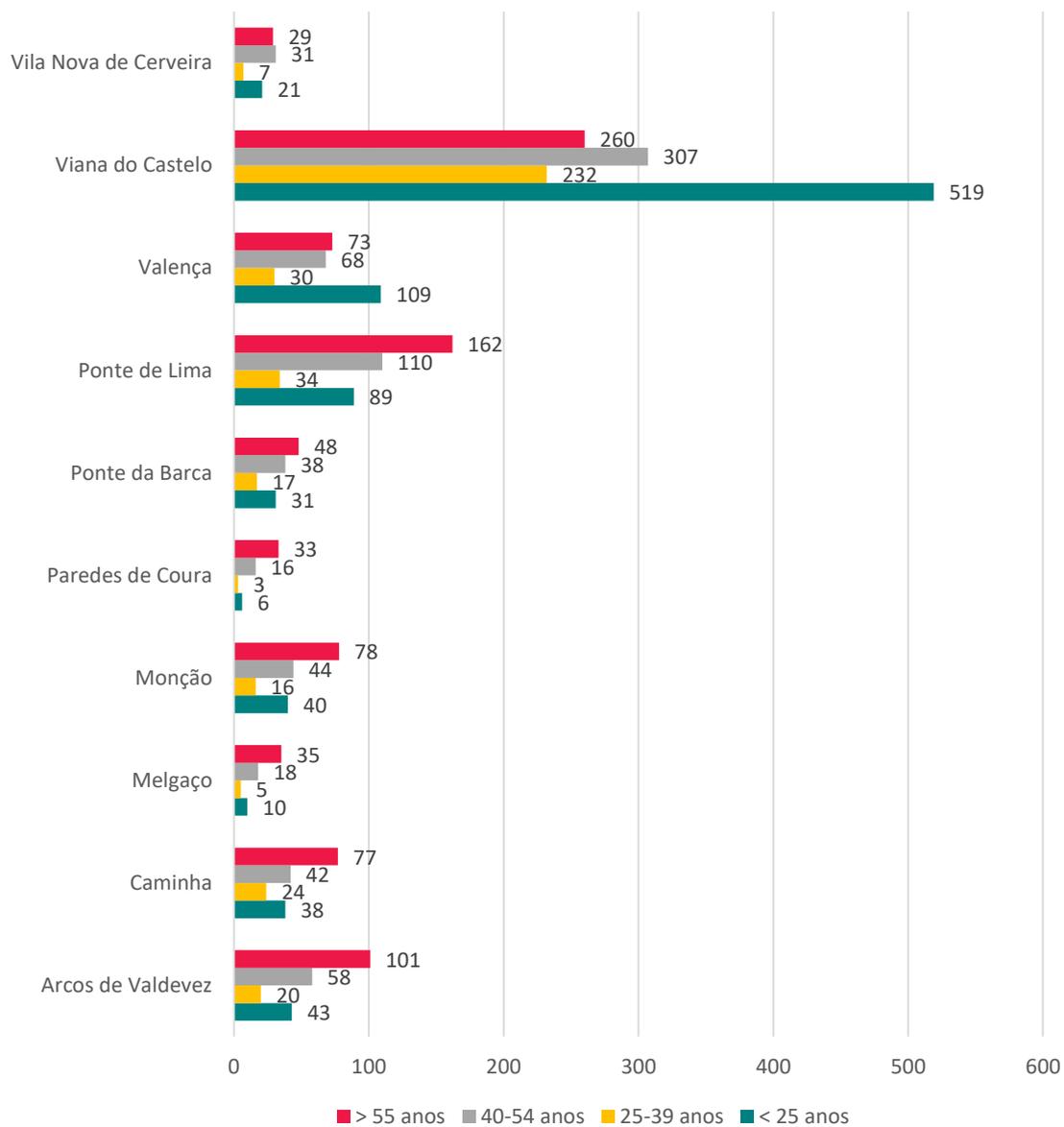
Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

No ano 2018 e de acordo com o Sistema de Estatísticas da Segurança Social é na Freguesia de Darque e na União de Freguesias de Santa Maria Maior, Monserrate e Meadela que se concentra o maior número de beneficiários de RSI (501 e 397, respetivamente).

Quando analisados os dados relativos ao sexo dos seus beneficiários, verifica-se que não existe diferença significativa entre homens e mulheres no concelho de Viana do Castelo, sendo a faixa etária com menos de 25 anos a maior beneficiária desta prestação social.

²¹ No ano 2009 contabilizaram-se 2.667 beneficiários de RSI, em 2011 – 2.193, em 2013 – 1.740, em 2015 – 1.391 e em 2017 – 1.377 (Gabinete de Planeamento e Estratégia do ISS, IP)

Gráfico 16 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo faixa etária (2018) (N.º)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Em Síntese:

- ▶ Em 2018, o valor médio anual das pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência, bem como do subsídio de desemprego e de doença foi superior ao registado na Região do Alto Minho;
- ▶ Nesse mesmo ano, Viana do Castelo foi o concelho da Região do Alto Minho com maior número de pensionistas (invalidez, velhice e sobrevivência), sendo que em média a pensão de velhice era de 457€/mês (inferior à média nacional 524€)²²;
- ▶ Viana do Castelo foi o município da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários de subsídio de desemprego, 25,8% dos quais com mais do que 55 anos de idade;
- ▶ É o concelho da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários de subsídio de doença, de abono de família para crianças e jovens, de subsídio por assistência de 3ª pessoa, subsídio de funeral e subsídio parental inicial;
- ▶ Relativamente à prestação social RSI, em 2018, Viana do Castelo foi também o município da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários (1318), 39,4% dos quais com idade inferior a 25 anos.

²² O valor anual das pensões e subsídios foi dividido por 12 meses.

7.1.6. Educação

A educação é considerada essencial para o desenvolvimento social do território, visto a literacia da população contribuir para a sua qualidade de vida. Os níveis de escolaridade da população, o insucesso e abandono escolar e cobertura territorial dos estabelecimentos de ensino, são desta forma, indicadores importantes a considerar.

Ao analisar os dados relativos à educação importa realçar a alteração à escolaridade obrigatória, alargando a mesma a 12 anos de escolaridade (até aos 18 anos), a qual data de 2 de agosto de 2012, com o Decreto-Lei nº176/2012. Este é um fator a ter em conta ao analisar os dados dos últimos censos de 2011, período no qual a escolaridade obrigatória era ainda de 9 anos de escolaridade (até aos 16 anos).

Atualmente, existem no concelho de Viana do Castelo 7 agrupamentos escolares: Monte da Ola, Barrocelas, Abelheira, Arga e Lima, Pintor José de Brito, Santa Maria Maior e Monserrate. Os 7 agrupamentos de escolas representam um total de 67 escolas, a maioria das quais são do 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo, no entanto, no ensino secundário onde se verifica o maior número de alunos inscritos.

Tabela 43 – Estabelecimentos da rede escolar pública do município de Viana do Castelo por oferta educativa e número total de alunos (2018/2019)

Estabelecimentos da Rede Pública de Ensino	N.º	N.º total de alunos
Educação Pré-escolar	26	1049
1º Ciclo do Ensino Básico	32	2669
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	3	1330
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico + Secundária	4	2065
Ensino Secundário	2	2715

Fonte: Agrupamentos de Escolas de Viana do Castelo

No ano letivo 2018/2019, os Agrupamentos de Escolas de Monserrate, Monte da Ola e Santa Maria Maior, são os que apresentavam maior número de alunos inscritos, com 2316, 1787 e 1664 alunos, respetivamente.

Tabela 44 – Total de alunos inscritos nos Agrupamentos de Escolas do concelho de Viana do

Castelo no ano letivo 2018/19 (N.º)

Agrupamento de Escolas	2018/2019
Abelheira	1186
Arga e Lima	747
Barroselas	724
Monsserrate	2316
Monte da Ola	1787
Pintor José de Brito	932
Santa Maria Maior	1664
Total	

Fonte: Agrupamentos de Escolas de Viana do Castelo

No concelho de Viana do Castelo existem 23 equipamentos de ensino da rede privada, a maioria dos quais de Educação Pré-escolar. O número de alunos inscritos na rede pública é superior ao número de alunos inscritos na rede privada em todos os níveis de ensino.

Tabela 45 – Equipamentos e alunos inscritos por grau de ensino, na rede pública e na rede privada – Ano letivo 2017/2018 (N.º)

	Total		Rede pública		Rede privada	
	Equip.	Alunos 2017/18	Equip.	Alunos 2017/18	Equip.	Alunos 2017/18
Educação Pré-escolar	48	1875	31	999	17 ²³	876
1º CEB	40	3083	38	2779	2	304
2º CEB	10	1742	9	1649	1	93
3º CEB	12	3017	9	2685	3	332

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

No que se refere ao Abandono Escolar, Viana do Castelo apresentava em 2011 uma taxa de 1,46%, sendo esta inferior à registada a nível nacional (1,70%) e ao nível da Região do Alto Minho (1,55%). Territorialmente, foi nas freguesias de Vilar de Murteda, Geraz do Lima (Santa Leocádia) e Moreira de Geraz do Lima, que se verificou uma taxa

²³ Dos quais 15 são dependentes do Estado

mais elevada de abandono escolar, no ano de 2011 (8,33%, 7,35% e 5%, respetivamente).

Dados referentes ao ano letivo 2018/19, fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, indicam que não houve registo de alunos a abandonar o ensino, verificando-se uma diminuição relativamente aos dois anos anteriores. No entanto, contabilizaram-se 36 alunos que não concluíram a escolaridade obrigatória, após terem atingido a maioridade.

Tabela 46 – Taxa de Abandono Escolar no concelho de Viana do Castelo, por freguesia (2011)
(%)

Território	Taxa de Abandono Escolar ²⁴
Portugal	1,70
Região Norte	1,53
Região do Alto Minho	1,55
Viana do Castelo (concelho)	1,46
Afife	1,15
Alvarães	2,35
Anha	1,50
Areosa	1,27
Barroselas	1,47
Cardielos	1,03
Carreço	2,75
Carvoeiro	1,64
Castelo do Neiva	0,54
Darque	1,96
Lanheses	1,37
Mazarefes	1,49
Madela	1,04
Viana do Castelo (Monserrate)	1,57
Moreira de Geraz do Lima	5,00
Nogueira	1,61
Perre	1,80
Portela Susã	2,27
Santa Marta de Portuzelo	3,42
Geraz do Lima (Santa Leocádia)	7,35
Viana do Castelo (Santa Maria Maior)	1,34

²⁴ **Taxa de abandono escolar:** Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei (INE).

Território	Taxa de Abandono Escolar ²⁴
Serreleis	1,43
Subportela	0,98
Vila Franca	0,91
Vila de Punhe	1,33
Vilar de Murteda	8,33
Chafé	1,54

Nota: as Freguesias de Amonde, Deão, Deocriste, Freixeiro de Soutelo, Meixedo, Montaria, Mujães, Neiva, Outeiro, Geraz do Lima (Santa Maria), Torre, Vila Fria e Vila Mou registaram uma taxa de abandono de 0%

Fonte: INE, Censos 2011

O concelho de Viana do Castelo, ao nível da educação regista, em 2018, uma taxa bruta pré-escolarização e de escolarização elevada no ensino básico e no ensino secundário, superior a 100%, pelo que se depreende que a população em idade pré-escolar (entre os 3 e os 5 anos de idade) e escolar do ensino básico e do ensino secundário (1º ao 12º ano) está a frequentar a escola. A taxa superior a 100% no ensino básico poderá ser reflexo da taxa de retenção nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (2,5% e 3,2%, respetivamente).

Dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas do concelho relativamente ao ano letivo 2018/19, permitem concluir que a taxa de retenção é baixa. A taxa de retenção mais elevada foi registada no Agrupamento de Escolas Santa Maria Maior (4,21%) e a mais baixa foi registada no Agrupamento de Escolas Pintor José de Brito (0,11%).

A taxa de retenção no Agrupamento de Escolas do Monte da Ola também foi baixa, sendo no ensino secundário que se verificou uma taxa mais elevada (6,30%).

Tabela 47 – Taxa de retenção por Agrupamento de Escolas do concelho de Viana do Castelo, no ano letivo 2018/19 (%)

Agrupamento de Escolas	Taxa de retenção (%)
Abelheira	0,84%
Arga e Lima	1,47%
Barroselas	2,76%
Monsserate	1,77%
Pintor José de Brito	0,11%
Santa Maria Maior	4,21%
Monte da Ola	
1º Ciclo	0%

Agrupamento de Escolas	Taxa de retenção (%)
2º Ciclo	3,71%
3º Ciclo	2,10%
Secundário	6,30%

Fonte: Agrupamentos de Escolas de Viana do Castelo

Tabela 48 – Indicadores de Educação (2018) (%)

Território	Taxa bruta de pré-escola. ²⁵	Taxa bruta de escolarização ²⁶		Taxa de retenção e desistência no ensino básico ²⁷				Taxa de transição/conclusão (Ensino Secundário)
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º CEB	2º CEB	3º CEB	
Portugal	93,8	108,7	121,0	5,1	2,8	5,3	7,8	86,1
Região Norte	97,0	109,4	118,8	3,6	1,8	3,3	5,9	89,0
Região do Alto Minho	101,2	108,2	131,3	2,4	1,6	2,7	3,2	90,6
Arcos de Valdevez	99,5	105,3	128,7	4,7	2,0	3,8	8,1	85,0
Caminha	99,2	105,0	95,6	2,7	1,6	2,2	4,2	88,5
Melgaço	97,2	103,0	98,0	2,3	1,4	3,7	2,9	81,4
Monção	99,7	104,8	145,5	1,1	1,2	1,1	1,0	92,3
Paredes de Coura	102,7	95,6	103,3	2,7	2,9	5,2	0,9	93,2
Ponte da Barca	103,0	101,9	113,6	0,7	0,9	1,0	0,3	89,9
Ponte de Lima	97,8	101,7	107,6	1,2	0,7	1,3	1,8	92,0
Valença	102,2	105,7	88,3	7,6	6,1	9,6	8,2	88,6
Viana do Castelo	103,2	116,0	169,5	2,2	1,2	2,5	3,2	92,0
Vila Nova de Cerveira	106,1	109,3	78,3	3,1	2,6	3,4	3,5	89,1

²⁵ **Taxa bruta de pré-escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (entre os 3 e os 5 anos) (INE).

²⁶ **Taxa bruta de escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (INE).

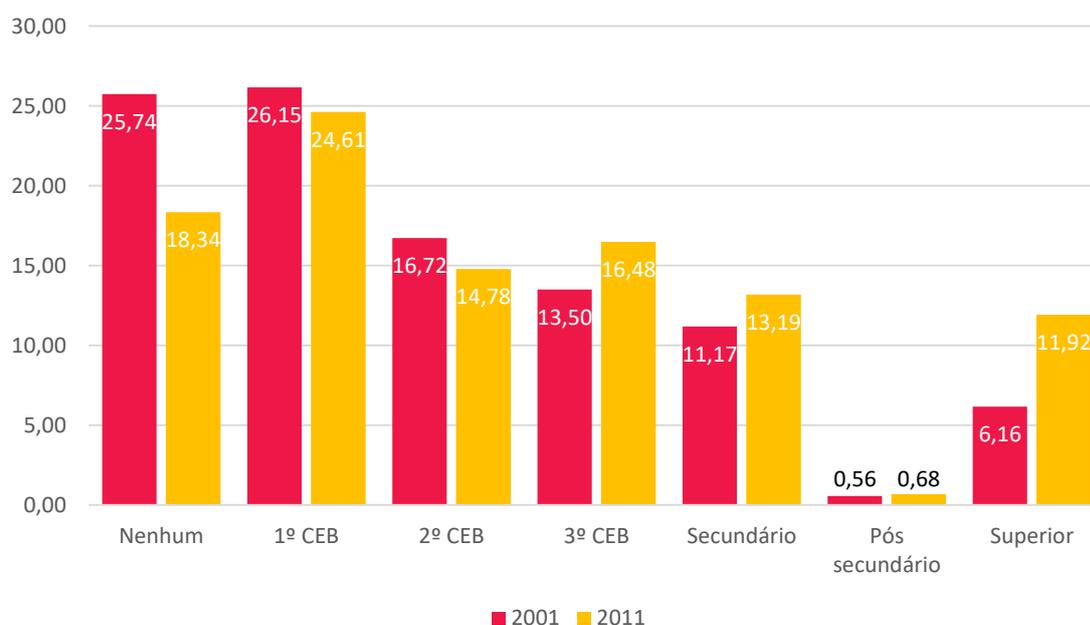
²⁷ **Taxa de retenção e desistência:** Relação percentual entre o número de alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade e o número de alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo (INE).

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Comparativamente com os restantes concelhos da Região do Alto Minho, Viana do Castelo é o segundo concelho com maior taxa bruta de pré-escolarização (103,2%, também superior à registada a nível nacional e na Região do Alto Minho, 93,8% e 101,2%, respetivamente).

No que concerne à percentagem de alunos que concluem ou transitam no Ensino Secundário, o concelho de Viana do Castelo regista o terceiro valor mais elevado da Região do Alto Minho (92,0%), o qual também é superior ao registado nesta Região, na Região Norte e a nível nacional (90,6%, 89,0% e 86,1%, respetivamente).

Gráfico 17 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo os níveis de escolaridade concluídos (2001 e 2011) (%)



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

No que se refere ao nível de escolaridade da população residente no concelho, verifica-se que existe ainda uma percentagem significativa sem qualquer nível de escolarização concluído ou apenas com o 1º Ciclo de Ensino Básico, com base nos dados do gráfico 17. No entanto, os dados deverão ser interpretados com cautela, visto que se encontra incluído o grupo etário até aos 8 anos, o qual ainda não concluiu o 1º CEB devido à sua idade. Ainda assim, verifica-se, entre 2001 e 2011, uma diminuição da proporção da população sem nenhum nível de escolaridade concluído e com o 1º e 2º Ciclos de

Ensino Básico, tendo os restantes níveis de ensino verificado um crescimento, nomeadamente ao nível do ensino superior.

Tabela 49 – População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (2011) (N.º)

Território	Total	Homens	Mulheres
Região do Alto Minho	15380	3889	11491
Arcos de Valdevez	2677	679	1998
Caminha	670	166	504
Melgaço	827	206	621
Monção	1454	345	1109
Paredes de Coura	964	257	707
Ponte da Barca	1238	340	898
Ponte de Lima	2798	734	2064
Valença	655	194	461
Viana do Castelo	3586	839	2747
Vila Nova de Cerveira	511	129	382

Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente à população analfabeta residente com 10 ou mais anos, o concelho de Viana do Castelo apresentava, no ano 2011, 3586 residentes nesta circunstância. À data dos Censos 2011, 4,43% da população residente em Viana do Castelo, com idade igual ou superior a 10 anos, era analfabeta (2,21% do sexo masculino e 6,39% do sexo feminino). É importante destacar que, relativamente ao mesmo período, 19,54% da população tinha 65 e mais anos (17.335 residentes) e, 34,66% da população deste grupo etário não tinha nenhum nível de escolaridade concluído (6008 residentes).

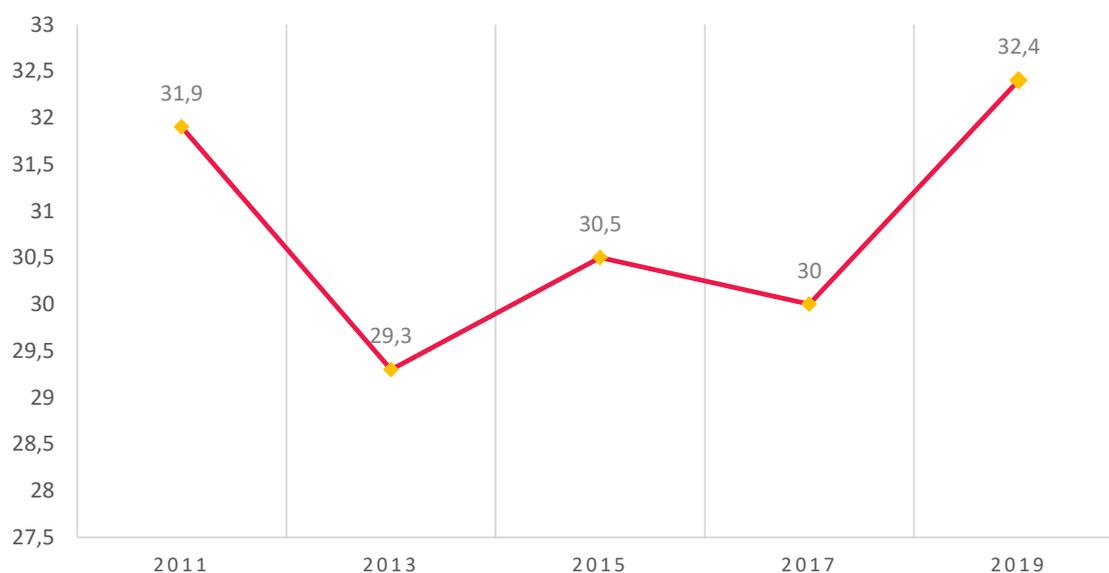
Em Síntese:

- ▶ No ano letivo 2018/19 existiam no concelho 67 estabelecimentos escolares, 32 dos quais eram Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico;
- ▶ Os estabelecimentos de ensino encontram-se distribuídos por 7 Agrupamentos de Escolas. No ano letivo 2018/2019, o Agrupamento de Escolas de Monserrate foi o que registou o maior número de alunos inscritos;
- ▶ Em 2018, a taxa bruta de escolarização no ensino básico foi superior a 100%, o que significa que a população com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos se encontra a frequentar a escola, no entanto o facto de ser superior a 100% poderá refletir a taxa de retenção nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (2,5% e 3,2%, respetivamente);
- ▶ A taxa de escolarização ao nível do ensino secundário foi de 169,5% e a taxa de transição/ conclusão neste nível de ensino foi de 92%, superior à registada na Região do Alto Minho (90,6%), na Região Norte (89,0%) e a nível nacional (86,1%);
- ▶ Existe uma tendência para o aumento da escolaridade da população residente no concelho, verificando-se um aumento, entre 2001 e 2011, da população com pelo menos o 3º Ciclo do Ensino Básico concluído e uma diminuição da população com nenhum ou com apenas o 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico concluído;
- ▶ No ano 2011, o nível de escolaridade da população residente no concelho era relativamente baixo, sendo que 18,34% da população não tinha nenhum nível de educação concluído, 24,61% tinha o 1º Ciclo do Ensino Básico e 14,78% tinha o 2º Ciclo do Ensino Básico;
- ▶ Nesse mesmo ano, a taxa de analfabetismo no concelho foi de 4,43%.

7.1.7. Segurança Pública

No domínio da segurança e criminalidade, importa destacar que a mesma tem ao longo dos tempos, sofrido alterações ao nível da perceção e reconhecimento por parte da sociedade, verificando-se por isso alterações ao nível da legislação e das denúncias (por exemplo, as alterações legislativas no âmbito da violência doméstica e os crimes contra animais de companhia).

Gráfico 18 – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Viana do Castelo entre 2011 e 2019 (‰)



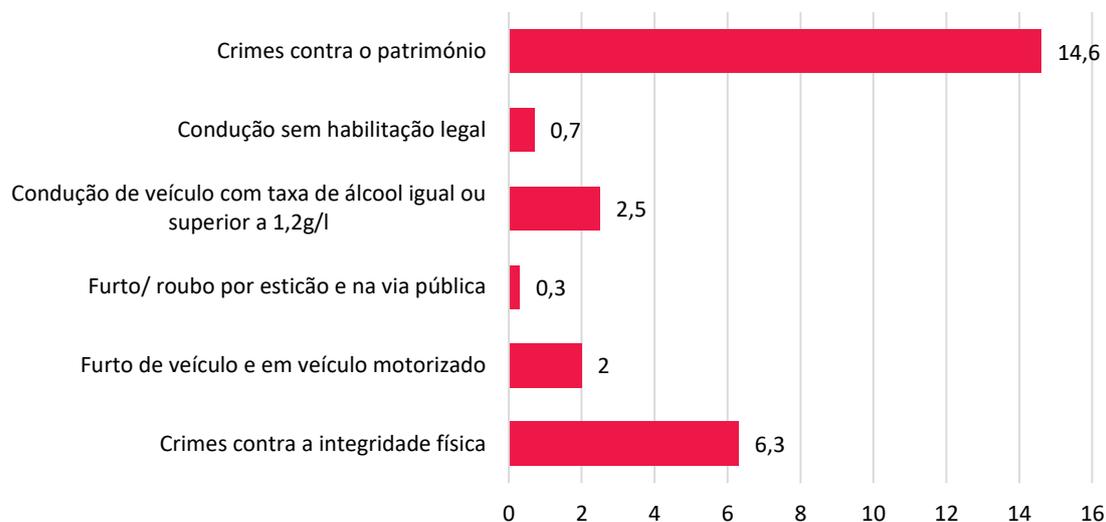
Fonte: INE

A taxa de criminalidade²⁸, no concelho de Viana do Castelo tem vindo a registar oscilações desde 2011, verificando-se em 2019 a maior taxa desde então.

O concelho de Viana do Castelo, apresentava em 2019, uma taxa de criminalidade de 32,4‰, sendo os crimes contra o património os mais registados (14,6‰), seguindo-se os crimes à integridade física (6,3‰).

²⁸ **Taxa de criminalidade:** Relação entre o número de crimes e a população residente (INE)

Gráfico 19 – Taxa de criminalidade no concelho de Viana do Castelo por categoria de crime em 2019 (‰)

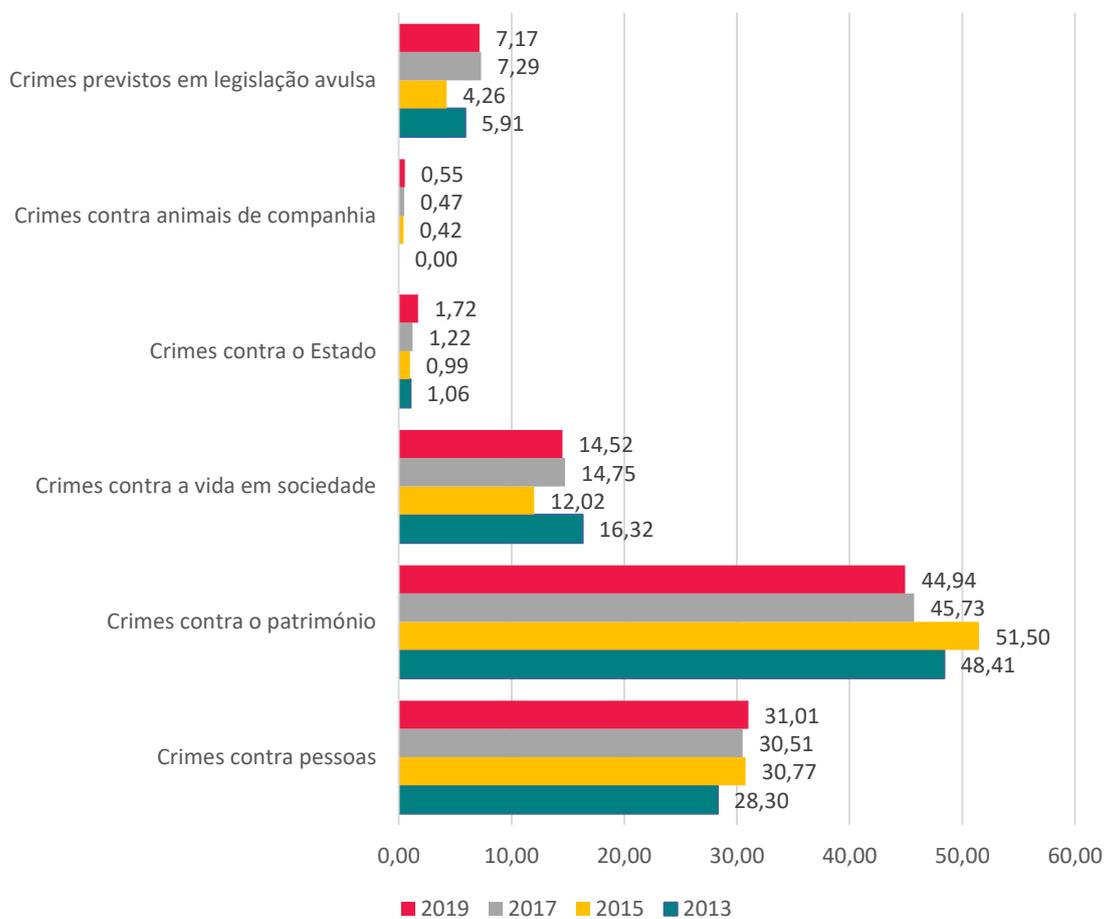


Fonte: INE

Em 2019 foram registados pelas autoridades 2735 crimes, tendo-se verificado que a maioria foi contra o património (1229), seguindo-se os crimes contra pessoas (848) e os crimes contra a vida em sociedade (397).

Analisando os dados disponíveis entre 2013 e 2019, pode-se verificar uma diminuição de crimes registados contra o património e contra a vida em sociedade, e o aumento de crimes contra pessoas, contra o Estado, contra animais de companhia e dos crimes previstos em legislação avulsa.

Gráfico 20 – Crimes registados pelas autoridades no concelho de Viana do Castelo, por categoria de crime, entre 2013 e 2019 (%)



Fonte: INE

Em Síntese:

- ▶ A taxa de criminalidade no concelho de Viana do Castelo tem oscilado desde 2011;
- ▶ Em 2019, a taxa de criminalidade no concelho foi de 32,4‰;
- ▶ Os crimes mais frequentes foram contra o património (14,6‰) e contra a integridade física (6,3‰).

7.2. Grupos Vulneráveis

7.2.1. Famílias em Situação de Risco

Com o intuito de melhor se caracterizar as famílias em situação de risco residentes no concelho de Viana do Castelo, apresenta-se uma sistematização da informação fornecida pelas entidades e organizações que intervêm com as mesmas²⁹. Primeiro identificam-se alguns dos principais indicadores de vulnerabilidade presentes nas famílias apoiadas, seguidamente identificam-se os apoios prestados pelas entidades e, por último, apresentam-se dados estatísticos referentes aos serviços disponibilizados e ao funcionamento das entidades.

Indicadores de vulnerabilidade

A situação pandémica veio agravar as situações de vulnerabilidade já existentes, bem como, despoletar novas situações de fragilidade económica e social. As entidades que intervêm com famílias que se encontram em situação de risco (ou em situação de maior vulnerabilidade económica e social) identificam, de forma transversal, indicadores / determinantes comuns às mesmas:

- **Baixos rendimentos**, devido a condições de trabalho precárias, baixos salários, pensões ou subsídios de valores reduzidos;
- **Desemprego**, resultando frequentemente situações de fragilidade e carência económica, bem como, possível impacto na saúde física e mental;
- **Deficiência e Doença**, que quer seja física ou mental, e de acordo com o grau de dependência / incapacidade, contribui para maior fragilidade social e económica do agregado familiar;
- **Isolamento social**, nomeadamente pessoas idosas, que devido às limitações de contacto social, se encontram em situação de maior fragilidade, também pela dificuldade em aceder a serviços;

²⁹ Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); Cáritas Diocesana de Viana do Castelo; Gabinete de Atendimento à Família - GAF (CAFAP, Comunidade de Inserção, Protocolo RSI, Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Casa Abrigo, Unidade de Apoio na Toxicodependência e Centro de Atendimento Psicossocial)

- **Dimensão do agregado familiar**, que sendo famílias numerosas ou monoparentais, poder-se-ão encontrar em situação de maior fragilidade económica;
- **Rede de apoio familiar inexistente ou insuficiente**, são exemplo pessoas em situação de sem-abrigo ou pessoas que vivem sós, com baixos rendimentos, algumas das quais com psicopatologia e/ou com comportamentos de dependência / consumos. Podem também incluir-se os cuidadores informais, que devido a falta de apoio na tarefa de cuidar se encontram mais vulneráveis quer economicamente, quer física, psico e socialmente.

Tipologia dos apoios prestados

Entre os apoios prestados pelas diferentes entidades / serviços às famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, o apoio alimentar e o apoio económico são transversais. No entanto, existem outros apoios / respostas de acordo com as especificidades das entidades / organizações.

Os **apoios pecuniários** são maioritariamente para ajuda no pagamento das rendas, ou da prestação de empréstimo bancário, para pagamento da eletricidade, água e gás e para pagamento de medicação.

Para além do apoio alimentar e do apoio pecuniário, as entidades também apoiam ao nível do vestuário e no encaminhamento / articulação entre os serviços e entidades que possibilitam a resposta às necessidades específicas das famílias e indivíduos.

Tabela 50 – Apoios / respostas disponibilizados, por serviços, entidades e por número de pessoas apoiadas no ano 2020³⁰

Entidade	Serviço	Apoio / resposta	N.º de pessoas apoiadas	Indicadores de vulnerabilidade presentes
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)	<u>Promovido por:</u> <ul style="list-style-type: none"> • C S P de Deão • GAF • C S P de Carreço • JF de Darque 	Apoio alimentar - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	369	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas idosas isoladas; • Famílias monoparentais; • Desempregados e pessoas com baixos rendimentos; • Doença e/ou adição; • Pessoas em situação de sem-abrigo; • Imigrantes.

³⁰ Destaca-se que não se encontram expostos todos os apoios prestados pelas respostas/serviços promovidos pelo GAF. Os serviços / apoios disponibilizados são específicos e adequados às necessidades sociais, psicológicas e de saúde dos utentes das referidas respostas.

Entidade	Serviço	Apoio / resposta	N.º de pessoas apoiadas	Indicadores de vulnerabilidade presentes
	Banco Alimentar	Cabazes alimentares	393 (145 famílias)	
Cáritas Diocesana de Viana do Castelo		Apoio alimentar Apoio pecuniário Apoio no vestuário	3.394 (327 famílias, das quais 123 solicitaram pela 1ª vez apoio)	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas idosas isoladas e/ou com baixos rendimentos; • Pessoas sem rede de apoio familiar; • Desempregados; • Doença; • Famílias com baixos rendimentos.
Gabinete de Atendimento à Família (GAF)	Apoio Comunitário	Apoio Social	310 pessoas (153 famílias)	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com baixos rendimentos; • Pessoa em situação de exclusão social (Desemprego de longa duração; Emprego precário; Doença e/ou adição).
		Consulta Psicológica	38 pessoas (34 famílias)	
	CAE /Centro de Alojamento de emergência para vítimas VD)	Estrutura de acolhimento (alojamento, higiene, alimentação) Apoio económico; apoio em géneros e no vestuário, acompanhamento psicológico, social e apoio jurídico	161 pessoas (91 famílias)	<ul style="list-style-type: none"> • Vítimas de violência doméstica • Famílias monoparentais; • Pessoas sem rede de apoio familiar; • Pessoas com baixos rendimentos.
	CAFAP	Apoio na modalidade preservação familiar	Total: 169 pessoas (53 famílias) Residentes em VC: 76 pessoas (21 famílias)	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias monoparentais; • Desemprego de longa duração; • Emprego precário; • Doença e/ou adição.
		Apoio na modalidade reunificação familiar	Total: 47 pessoas (12 famílias) Residentes em VC: 40 pessoas (10 famílias)	
	CAPS VIH/SIDA	Apoio alimentar – atribuição de géneros Apoio pecuniário Apoio psicossocial Apoio psicológico Articulação SNS	Total: 49 pessoas (32 famílias) Residentes em VC: 20 pessoas (14 famílias)	<ul style="list-style-type: none"> • Doença; • Pessoas sem rede de apoio familiar; • Pessoas sem rendimentos ou beneficiários de prestações sociais.
	Casa Abrigo	Estrutura de acolhimento (alojamento, higiene,	45 pessoas (24 famílias)	<ul style="list-style-type: none"> • Vítimas de violência doméstica

Entidade	Serviço	Apoio / resposta	N.º de pessoas apoiadas	Indicadores de vulnerabilidade presentes
		alimentação) Apoio económico; apoio em géneros e no vestuário, acompanhamento psicológico, social e apoio jurídico		<ul style="list-style-type: none"> • Famílias monoparentais; • Pessoas sem rede de apoio familiar; • Pessoas com baixos rendimentos.
	CLDS 4G	Eixo 1: Emprego, formação e qualificação; Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil;	Residentes em VC: 22 pessoas (21 famílias)	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego de longa duração; • Emprego precário; • Pessoas sem rendimentos ou beneficiários de prestações sociais.
	Comunidade de Inserção	Estrutura de acolhimento (alojamento, higiene, alimentação) ou Regime diurno Apoio económico; apoio em géneros e no vestuário, acompanhamento psicológico, social e apoio jurídico	49 pessoas (47 famílias)	<ul style="list-style-type: none"> • Doença e/ou adição; • Pessoas sem rede de apoio familiar; • Pessoas sem rendimentos ou beneficiários de prestações sociais; • Desemprego de longa duração.
	Equipa Rua Adições	Redução de riscos e minimização de danos do consumo de substâncias	Total: 279 pessoas (247 famílias) Residentes em VC: 143 pessoas (124 famílias)	<ul style="list-style-type: none"> • Doença e/ou dependência/ adição; • Pessoas sem rede de apoio familiar; • Desemprego de longa duração; • Emprego precário; • Pessoas sem rendimentos ou beneficiários de prestações sociais.
	Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica	Apoio social Apoio jurídico Apoio psicológico Intervenção em crise Encaminhamento para estruturas de acolhimentos	Total: 252 pessoas (229 famílias) Residentes em VC: 142 pessoas (130 famílias)	<ul style="list-style-type: none"> • Vítimas de violência doméstica • Famílias monoparentais; • Pessoas sem rede de apoio familiar; • Pessoas com baixos rendimentos.
	Protocolo RSI	Apoio social Apoio económico; apoio em géneros e no vestuário; Procura ativa de emprego; Encaminhamentos	Residentes em VC: 279 pessoas (180 famílias)	<ul style="list-style-type: none"> • Beneficiários de RSI • Doença e/ou adição; • Pessoas sem rede de apoio familiar; • Desemprego de longa duração; • Emprego precário.
	Unidade de Apoio na Toxicodpendência	Apoio alimentar - refeitório	23 pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Doença e/ou dependência/ adição; • Pessoas sem rede de apoio familiar; • Desemprego de longa
		Apoio alimentar – atribuição de géneros	Residentes em VC:	

Entidade	Serviço	Apoio / resposta	N.º de pessoas apoiadas	Indicadores de vulnerabilidade presentes
		Apoio pecuniário Apoio psicossocial Apoio psicológico Articulação SNS	48 pessoas (37 famílias)	duração; • Emprego precário; • Pessoas sem rendimentos ou beneficiários de prestações sociais.
N.º total de pessoas apoiadas			5.552	

Fonte: SAAS, GAF e Cáritas Diocesana de Viana do Castelo

No ano de 2020, o número de pessoas apoiadas pelas três entidades é de aproximadamente 5.552 (cerca de 6,6% da população residente no concelho), caso não se verifique sobreposição da intervenção.

Tabela 51 – Diligências efetuadas pelas entidades no âmbito do apoio às famílias apoiadas, em 2020 (N.º)

Entidade		Diligências efetuadas	N.º
SAAS		Atendimentos presenciais	673
		Visitas domiciliárias	276
		Contactos telefónicos	1.533
		Articulações com parceiros sociais / serviços	2.450
Cáritas Diocesana de Viana do Castelo		Atendimentos sociais	1.341
Gabinete de Atendimento à Família (GAF)	Apoio Comunitário	Atendimentos (presenciais; contactos telefónicos; videochamadas; visitas domiciliárias, entre outros)	358
	CAE		1483
	CAFAP		1845
	CAPS VIH/SIDA		1451
	Casa Abrigo		534
	CLDS 4G		73
	Comunidade Inserção		383
	Equipa Rua Adições		2181
	NAVVD		1720
	Protocolo RSI		4295
UAT	614		
N.º total de diligências efetuadas			21.210

Fonte: SAAS, GAF e Cáritas Diocesana de Viana do Castelo

Com exceção da Cáritas Diocesana de Viana do Castelo, cuja intervenção social é realizada por voluntários, o GAF e o SAAS têm equipas multidisciplinares que realizam intervenção especializada e qualificada com os beneficiários.

Monoparentalidade e famílias numerosas

A monoparentalidade, apesar de não poder ser considerada um problema, pode ser um indicador relevante, e poderá ser potenciadora de situações de risco quando em correlação com outros fatores. Assim, no ano de 2011, registaram-se no concelho de Viana do Castelo 3.721 núcleos familiares monoparentais, sendo que destes, 3.254 são constituídas por mães e os seus filhos (87,45%).

Tabela 52 – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no concelho de Viana do Castelo (2011) (N.º)

Grupo etário	Total de núcleos familiares monoparentais	Núcleos familiares monoparentais masculinos	Núcleos familiares monoparentais femininos
Total	3721	467	3254
Menos de 20 anos	2	0	2
20 - 24 anos	41	1	40
25 - 29 anos	125	5	120
30 - 34 anos	233	15	218
35 - 39 anos	368	26	342
40 - 44 anos	426	36	390
45 - 49 anos	482	54	428
50 - 54 anos	405	62	343
55 - 59 anos	315	54	261
60 - 64 anos	221	48	173
65 ou mais anos	1103	166	937

Fonte: INE, Censos 2011

A maioria das famílias monoparentais reside na União de freguesias de Viana do Castelo, representando 35,15% das famílias monoparentais do concelho e cerca de

5,15% da população residente naquela União de freguesias. No sentido inverso a freguesia de Vila Franca é a que tem uma menor % de famílias monoparentais na população residente, cerca de 2,33%.

Analisando os núcleos monoparentais do concelho de Viana do Castelo por grupo etário, verifica-se que em 29,64% das famílias o(a) progenitor(a) tem idade igual ou superior a 65 anos.

No que respeita à escolaridade, verifica-se que na maioria das famílias monoparentais, o(a) progenitor(a) tem o 1º Ciclo de Ensino Básico (33%), seguindo-se as famílias em que o progenitor detém o ensino secundário (15,29%) e o 3º ciclo de ensino básico (15,10%).

Tabela 53 – Núcleos familiares monoparentais, por freguesia e nível de escolaridade (2011) (N.º)

Freguesia	Nível de escolaridade							
	Total	Sem nível	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ens. Sec.	Ens. Pós sec.	Ens. Superior
Viana do Castelo (concelho)	3721	349	1228	454	562	569	14	545

Fonte: INE, Censos 2011

Se a existência de famílias monoparentais pode ser um indicador de risco não é menos verdade que as famílias numerosas, pelo esforço financeiro adicional a que são sujeitas, se constituem também como um grupo de risco. No concelho de Viana do Castelo, existiam em 2011, 2.918 famílias com cinco (5) ou mais pessoas, sendo na União das freguesias de Viana do Castelo onde se verificava um maior número das mesmas (16,45% do número total de famílias com 5 ou mais pessoas do concelho).

Tabela 54 – Famílias clássicas segundo a dimensão, por freguesia (2011) (N.º)

Território	Dimensão (n.º de pessoas)			
	Total	1 e 2 pessoas	3 e 4 pessoas	5 ou + pessoas
Viana do Castelo (concelho)	31733	14873	13942	2918
Afife	638	340	263	35
Alvarães	912	409	421	82

Território	Dimensão (n.º de pessoas)			
	Total	1 e 2 pessoas	3 e 4 pessoas	5 ou + pessoas
Amonde	100	43	43	14
Areosa	1758	827	804	127
Carreço	619	280	281	58
Castelo do Neiva	1038	498	425	115
Chafé	1062	529	458	75
Darque	2940	1450	1292	198
Freixieiro de Soutelo	169	71	70	28
Lanheses	553	232	245	76
Montaria	195	100	65	30
Mujães	543	237	254	52
Neiva	418	166	209	43
Outeiro	354	114	142	98
Perre	928	316	467	145
Santa Marta Portuzelo	1257	483	615	159
UF Barrocelas e Carvoeiro	1716	716	834	166
UF Cardielos e Serreleis	711	263	314	134
UF Geraz Lima e Deão	1082	436	487	159
UF Mazarefes e Vila Fria	902	371	430	101
UF Nogueira, Meixedo e Vilar Murteda	494	183	204	107
UF Subportela, Deocriste e Portela Susã	787	280	361	146
UF Torre e Vila Mou	379	146	170	63
UF Viana Castelo	9937	5368	4089	480
Vila Franca	560	218	266	76
Vila Nova Anha	852	402	365	85
Vila Punhe	829	395	368	66

Fonte: INE, Censos 2011

Em Síntese:

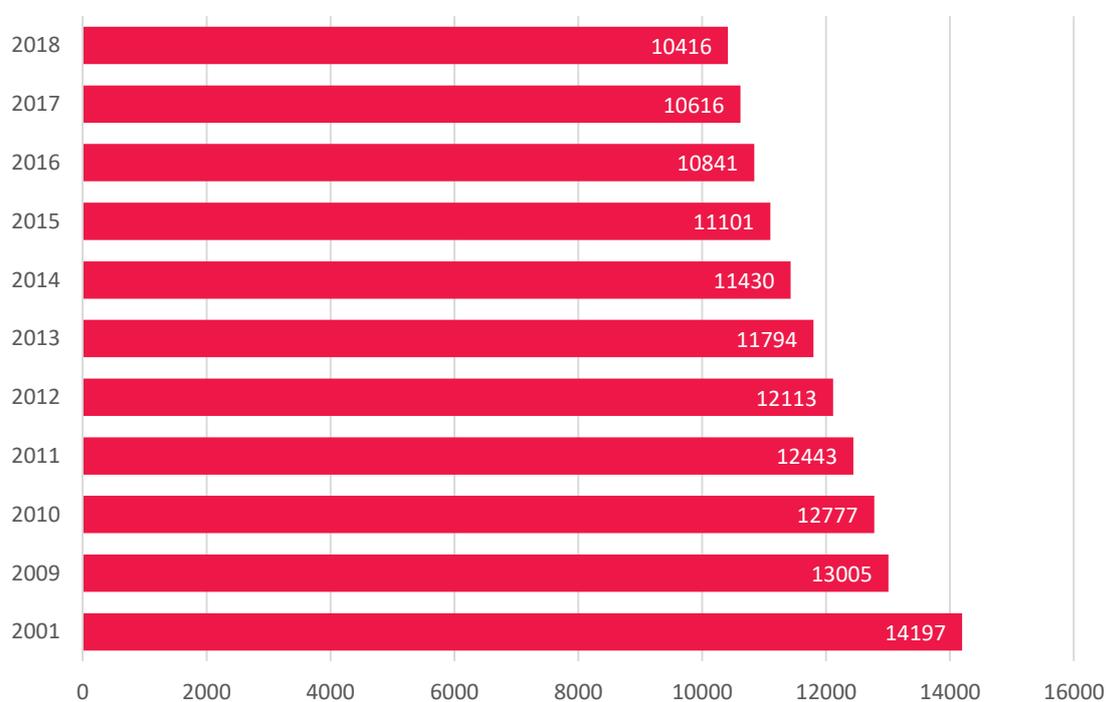
- ▶ O número de pessoas / famílias em situação de risco apoiadas pela Cáritas Diocesana de Viana do Castelo, pelo SAAS e pelo GAF representa aproximadamente 5% da população residente no concelho de Viana do Castelo (4.354 pessoas);
- ▶ Entre os indicadores de vulnerabilidade mais comuns entre as famílias apoiadas destaca-se a **carência/ fragilidade económica**, decorrente de situações de desemprego, baixos rendimentos, situação laboral precária, dificuldade de garantir o pagamento da habitação; situações de doença (física e mental), deficiência e consumos / dependência de álcool e substâncias psicoativas; isolamento social; rede de apoio social e familiar inexistente ou enfraquecida e a dimensão do agregado familiar (famílias numerosas e monoparentais);
- ▶ Entre os apoios prestados pelas entidades destaca-se o apoio alimentar e o apoio pecuniário, para ajuda no pagamento de despesas domésticas e de medicação. As entidades oferecem outros serviços e respostas adequados às necessidades dos beneficiários / utentes;
- ▶ Em 2011 existiam no concelho 3.721 núcleos familiares monoparentais, 87,45% destes eram constituídos por mães e seus filhos;
- ▶ Em 29,64% das famílias monoparentais o progenitor(a) tem idade igual ou superior a 65 anos;
- ▶ 35,15% das famílias monoparentais residiam, em 2011, na União de freguesias de Viana do Castelo, representando 5,15% da população residente desta freguesia;
- ▶ Em 2011, residiam em Viana do Castelo 2.918 famílias com cinco ou mais pessoas, 16,45% das quais na União de freguesias de Viana do Castelo.

7.2.2. Crianças e Jovens

O número de crianças e jovens, com menos de 15 anos de idade, residentes no concelho de Viana do Castelo, tem vindo a diminuir gradualmente desde 2001.

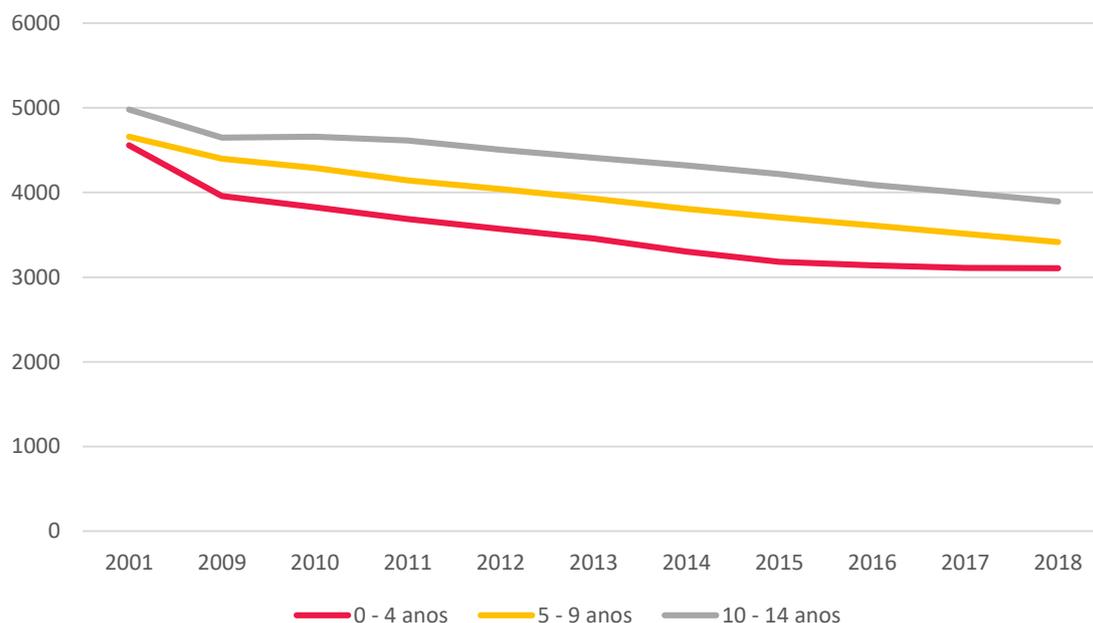
Em 2001 residiam cerca de 14 mil crianças e jovens no território, estima-se que no final de 2018 residissem cerca de 10.000 pessoas até aos 15 anos de idade.

Gráfico 21 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, entre os anos 2001 e 2018 (N.º)



Fonte: PORDATA, INE, Censos 2001 e 2011

Gráfico 22 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2018 (N.º)



Fonte: PORDATA

Analisando a evolução da população residente com menos de 15 anos, nos últimos dezassete anos, é possível verificar que se registou uma diminuição gradual do número de crianças dos três subgrupos etários. Entre os anos 2001 e 2011 a variação foi mais acentuada no grupo etário 0-4 anos, (-19,1) e entre os anos 2011 e 2018 a variação embora permanecesse negativa nos três grupos etários, destaca-se o grupo etário entre os 5 e 9 anos com uma variação negativa de 17,5%.

Tabela 55 – Variação percentual da população residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário (%)

	0 – 4 anos	5 – 9 anos	10 – 14 anos
2001 - 2011	-19,1	-11,1	-7,4
2011 - 2018	-15,8	-17,5	-15,6

Fonte: PORDATA

De acordo com os dados dos Censos 2011, o maior número de residentes com idade inferior a 15 anos encontrava-se na União das freguesias de Viana do Castelo

(representando esta 29,15% da população jovem do concelho). Ao nível da representatividade desta faixa etária no território de cada freguesia, verifica-se que são as freguesias de Chafé e Darque que têm uma maior percentagem de população jovem até aos 15 anos nos seus territórios (16,58% e 16,50%, respetivamente). No sentido inverso encontram-se as freguesias de Amonde e Montaria com a % de jovens até aos 15 anos mais baixa, 8,19% e 8,38% respetivamente.

Tabela 56 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por freguesia (N.º e %) (2011)

Território	Total (n.º)	%
Viana do Castelo (concelho)	12496	14,08%
Afife	177	10,85%
Alvarães	383	14,60%
Amonde	24	8,19%
Areosa	665	13,70%
Carreço	214	12,17%
Castelo do Neiva	441	15,05%
Chafé	471	16,58%
Darque	1290	16,50%
Freixieiro de Soutelo	65	12,72%
Lanheses	185	11,25%
Montaria	46	8,38%
Mujães	203	13,10%
Neiva	183	14,94%
Outeiro	170	13,78%
Perre	348	11,77%
Santa Marta Portuzelo	533	14,01%
UF Barrocelas e Carvoeiro	715	14,21%
UF Cardielos e Serreleis	323	13,97%
UF Geraz Lima e Deão	500	14,97%
UF Mazarefes e Vila Fria	356	13,33%
UF Nogueira, Meixedo e Vilar Murteda	224	14,03%
UF Subportela, Deocriste e Portela Susã	388	15,20%
UF Torre e Vila Mou	158	13,38%

Território	Total (n.º)	%
UF Viana Castelo	3642	14,35%
Vila Franca	214	12,18%
Vila Nova Anha	282	11,68%
Vila Punhe	295	12,98%

Fonte: INE, Censos 2011

O concelho de Viana do Castelo tem registado, desde o ano 2001, valores do Índice de Dependência de Jovens inferiores aos obtidos a nível nacional e regional (Norte) e é o terceiro município da Região do Alto Minho com valores mais elevados. Desde o ano 2001 que o Índice de Dependência de Jovens no concelho tem vindo a diminuir. No ano de 2018, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existiam aproximadamente dezanove residentes com idade inferior a 15 anos, enquanto que no ano 2001 existiam cerca de vinte e quatro residentes do referido grupo etário.

Tabela 57 – Índice de Dependência de Jovens³¹ dos municípios da Região do Alto Minho (2001, 2011, 2014, 2018) (%)

Território	2001	2011	2014	2018
Portugal	24,1	22,7	22,1	21,3
Norte	25,9	22,1	20,8	19,4
Alto Minho	23,5	20,7	19,6	18,1
Arcos de Valdevez	21,4	19,7	18,9	17,1
Caminha	22,6	18,5	18,4	17,3
Melgaço	17,6	17,0	16,7	14,7
Monção	18,9	17,3	16,8	15,8
Paredes de Coura	20,1	20,3	19,8	19,0
Ponte da Barca	26,2	20,9	19,1	16,6
Ponte de Lima	28,1	23,5	21,9	19,1
Valença	22,5	20,2	19,3	18,0
Viana do Castelo	23,6	21,0	19,8	18,8
Vila Nova de Cerveira	23,1	20,9	20,2	18,0

Fonte: PORDATA

³¹ **Índice de Dependência de Jovens:** Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

Ao nível da intervenção realizada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Viana do Castelo foi possível apurar a seguinte informação.

Tabela 58 – Volume processual da CPCJ de Viana do Castelo nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019

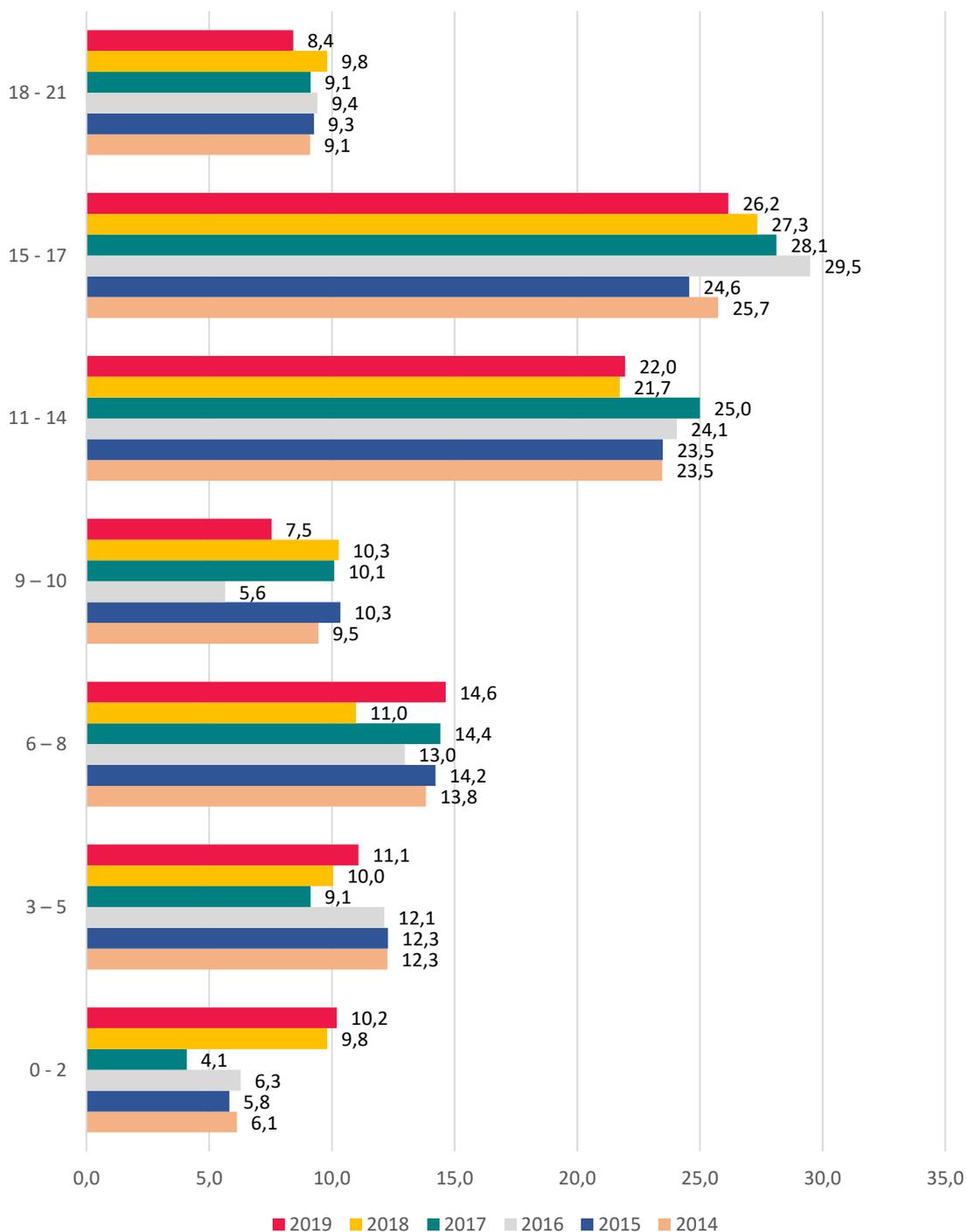
Anos	Volume processual	Processos transitados	Processos instaurados	Processos reabertos	Processos arquivados	Processos encaminhados
2014	571	246	221	104	340	4
2015	469	229	176	64	268	5
2016	484	193	218	73	291	6
2017	423	169	171	83	224	2
2018	437	196	171	70	233	7
2019	462	198	211	53	224	11

Fonte: CPCJ de Viana do Castelo

O volume processual da CPCJ de Viana do Castelo tem-se mantido constante nos últimos 6 anos, tendo, no entanto, se verificado um decréscimo dos processos instaurados entre os anos 2014 e 2015 e entre 2016 e 2017 e um aumento dos mesmos entre os anos 2015 e 2016 e entre 2018 e 2019.

No ano de 2019, o volume processual traduziu-se num total de 462 processos, dos quais 198 transitaram do ano anterior, 211 foram instaurados e 53 foram reabertos. Nesse mesmo ano foram arquivados 224 processos e 11 foram enviados a outras CPCJ.

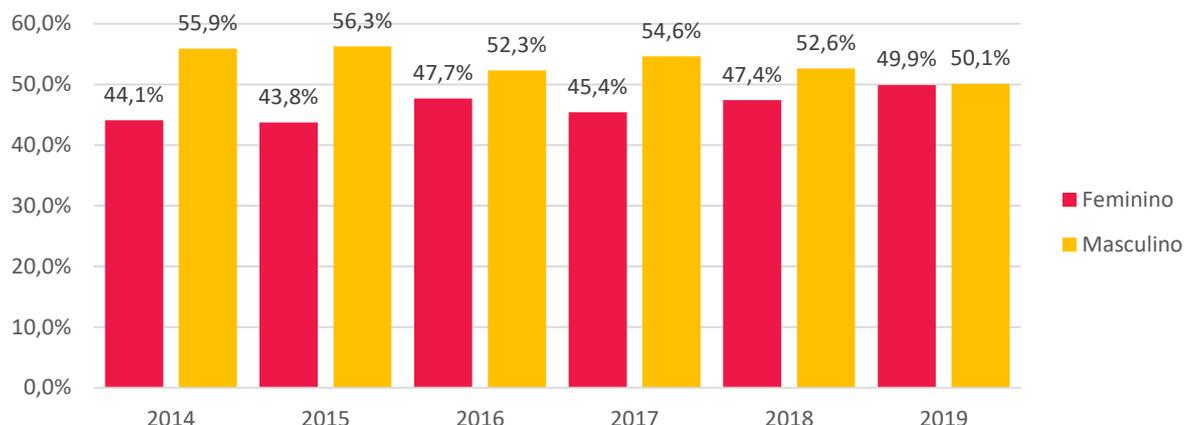
Gráfico 23 – Volume processual por grupo etário, nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 (%)



Fonte: CPCJ de Viana do Castelo

A maioria dos processos refere-se a situações sinalizadas de crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos. Importa também referir que a percentagem de sinalizações de crianças até aos 2 anos tem vindo tendencialmente a aumentar desde 2014, apesar de ter diminuído em 2017.

Gráfico 24 – Crianças e jovens acompanhados nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 por sexo (%)



Fonte: CPCJ Viana do Castelo

Não se verificam diferenças significativas relativamente ao sexo das crianças e jovens acompanhadas pela CPCJ de Viana do Castelo, entre os anos 2014 e 2019 (apesar do n.º de processos de crianças e jovens do sexo masculino ser sempre ligeiramente superior).

Tabela 59 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Viana do Castelo nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 (N.º)

	CJAC ABED ³²	Violência Dom.	Negligência ³³	Outras Sit. de Perigo ³⁴	Absentism o escolar e abandono escolar	ECPCB EDC ³⁵	Maus - tratos	Abuso e aliciamento sexual ³⁶	CAESP ³⁷
2014	46	32	58	46	18	69	28	11	1
2015	29	40	42	15	47	32	18	6	1
2016	54	35	44	17	59	56	10	4	1
2017	51	29	27	16	35	66	15	2	0
2018	38	52	50	13	30	38	19	3	0
2019	41	63	50	0	24	32	28	9	0

Fonte: CPCJ Viana do Castelo

³² **CJACABED:** Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada

³³ Estão incluídos casos de negligência, negligência grave, negligência ao nível da saúde, negligência ao nível educativo, negligência ao nível psicoafectivo, negligência por falta de supervisão e acompanhamento familiar, negligência face a comportamentos da criança e do jovem.

³⁴ Estão incluídas todas as outras problemáticas que não se encontram discriminadas na tabela apresentada.

³⁵ **ECPCBEDC:** Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança

³⁶ Inclui também as problemáticas “violação ou outro ato sexual” e “importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto”.

³⁷ **CAESP:** Criança abandonada ou entregue a si própria.

No que se refere às principais problemáticas pelas quais as crianças e jovens foram sinalizados à CPCJ de Viana do Castelo entre os anos 2014 a 2019, é possível constatar que desde 2017:

- Existe um aumento de situações sinalizadas devido a criança ou jovem estar exposta situações de violência doméstica, bem como devido a situações de negligência e devido a maus-tratos (sejam físicos ou psicológicos);
- Registou-se uma diminuição de situações sinalizadas por exposição a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento (nomeadamente consumo de álcool e estupefacientes) e por absentismo e abandono escolar.

No ano 2019, a maioria das crianças e jovens foram sinalizados devido a situações de exposição a situações de violência doméstica (63 processos, 26%), por negligência (50 processos, 20%) e por assumirem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (sem que os pais se oponham de forma adequada) (41 processos, 17%).

Tabela 60 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Viana do Castelo no ano 2019, por grupo etário (N.º)

Grupo etário	CJACABED	Violência Dom.	Negligência	Abs. e abandono escolar	ECPCBEDC	Maus-tratos	Abuso e aliciamento sexual
0-2	0	13	11	0	7	2	0
3-5	0	11	10	0	5	3	0
6-8	3	10	10	3	12	6	1
9-10	1	9	5	1	2	1	2
11-14	14	7	10	6	3	7	3
15-17	19	11	4	10	2	7	3
18-21	4	2	0	4	1	2	0

Fonte: CPCJ Viana do Castelo

No ano de 2019, as sinalizações devido a situações de negligência são mais prevalentes até aos 8 anos de idade (31 processos num total de 50), bem como, situações sinalizadas por exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar da criança (24 processos) e por exposição a situações de violência doméstica (34 processos). As sinalizações pela criança/ jovem assumir comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento foram mais prevalentes entre os 11 e os 17 anos (33 em 41 processos sinalizados por esta problemática), bem como situações de

absentismo e abandono escolar (16 processos sinalizados num total de 24) e de maus-tratos (14 processos sinalizados).

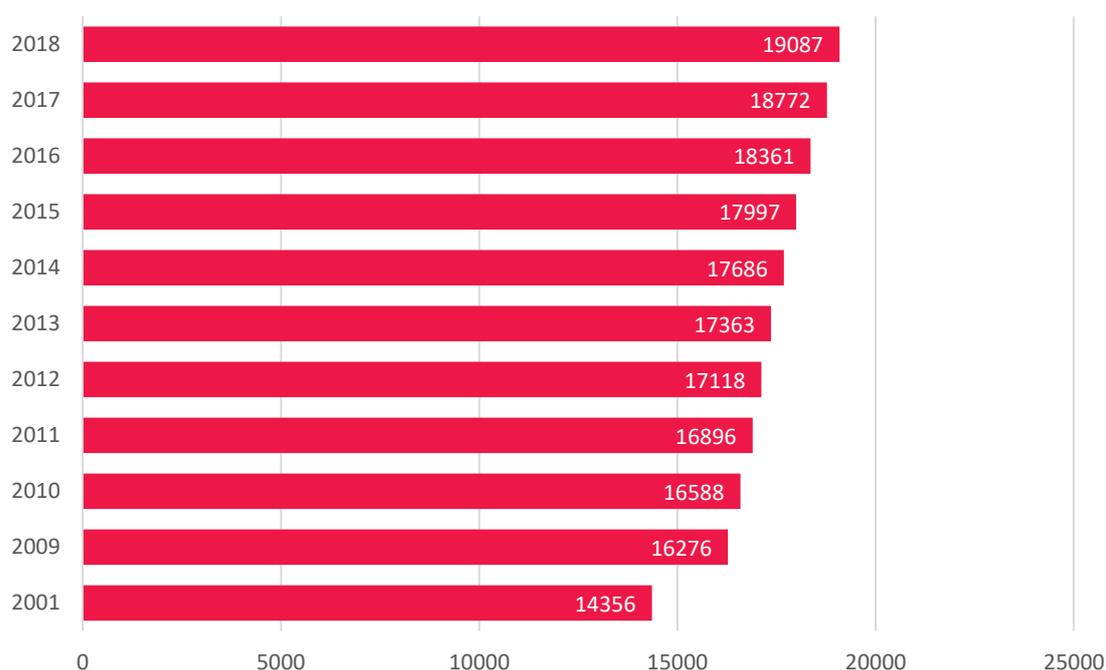
Em Síntese:

- ▶ Desde 2001 que o número de crianças e jovens tem vindo a diminuir, sendo que no ano de 2018 se registou o menor número de crianças e jovens no concelho (10.416);
- ▶ A diminuição do número de crianças e jovens é observada nos diferentes subgrupos etários (0-4 anos, 5-9 anos e 10-14 anos);
- ▶ Em 2011 a população com menos de 15 anos residente no concelho de Viana do Castelo representava 14,08% da população residente no concelho;
- ▶ Em 2018, Viana do Castelo registou um Índice de Dependência de Jovens de 18,8%, o qual é inferior ao registado a nível nacional e na Região Norte;
- ▶ A média do volume processual da CPCJ de Viana do Castelo, entre os anos 2014 a 2019 foi de 474 processos;
- ▶ A maioria dos processos refere-se a situações de crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos de idade;
- ▶ Desde o ano de 2017 registou-se um aumento de situações sinalizadas devido a criança ou jovem estar exposta situações de violência doméstica, por negligência e maus-tratos;
- ▶ No ano de 2019, as problemáticas mais frequentes nas sinalizações de crianças e jovens à CPCJ foram: “exposição a situações de violência doméstica”, por “negligência” e por a “criança/jovem assumir comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada”.

7.2.3. Pessoas Idosas

Entre 2001 e 2018, o número de pessoas com 65 ou mais anos residentes no concelho de Viana do Castelo aumentou gradualmente. Estimando-se que no ano 2018 residissem no concelho 19.087 pessoas com esta faixa etária.

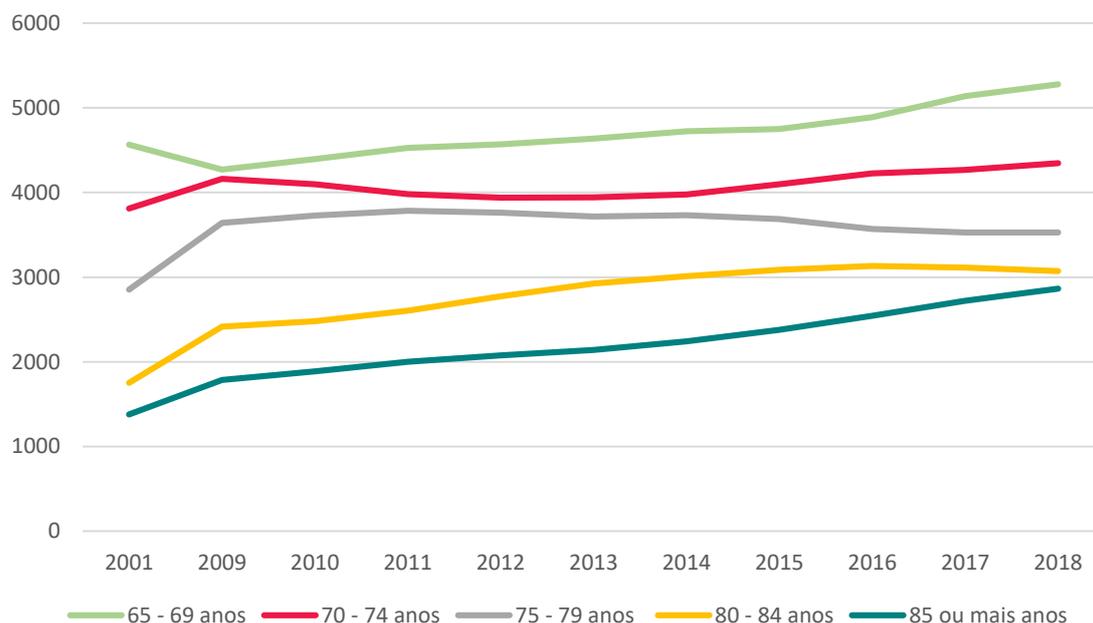
Gráfico 25 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2018 (N.º)



Fonte: PORDATA, INE, Censos 2001

Esta evolução verificou-se nos vários grupos etários, que integram o grupo das pessoas idosas, constatando-se que, apesar de algumas oscilações, desde 2001 que o número de pessoas com idade igual ou superior a 85 anos tem vindo a aumentar, tendo os valores da população com idades compreendidas entre os 65 e 79 anos sido mais variáveis ao longo dos últimos anos.

Gráfico 26 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2018 (N.º)



Fonte: PORDATA

Verifica-se ainda que, no ano 2018, o maior aumento populacional deu-se na população com mais de 85 anos de idade, aproximadamente mais 43 pessoas em cada 100 do mesmo subgrupo etário, face ao ano 2011.

Tabela 61 – Variação percentual da população residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário

	65-69 anos	70-74 anos	75-79 anos	80- 84 anos	85 e + anos
2001 - 2011	-0,8	4,4	32,7	48,7	45,3
2011 - 2018	16,5	9,2	-6,8	18,1	43,0

Fonte: PORDATA

Segundo os dados dos Censos 2011, o número de pessoas idosas do sexo feminino residentes no concelho era superior ao número de pessoas idosas do sexo masculino.

Em 2011, o número de pessoas idosas do sexo masculino com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos foi superior ao número de pessoas idosas com idade igual ou superior a 75 anos. Verificou-se o inverso para a população idosa do sexo feminino.

Tabela 62 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário (N.º) (2011)

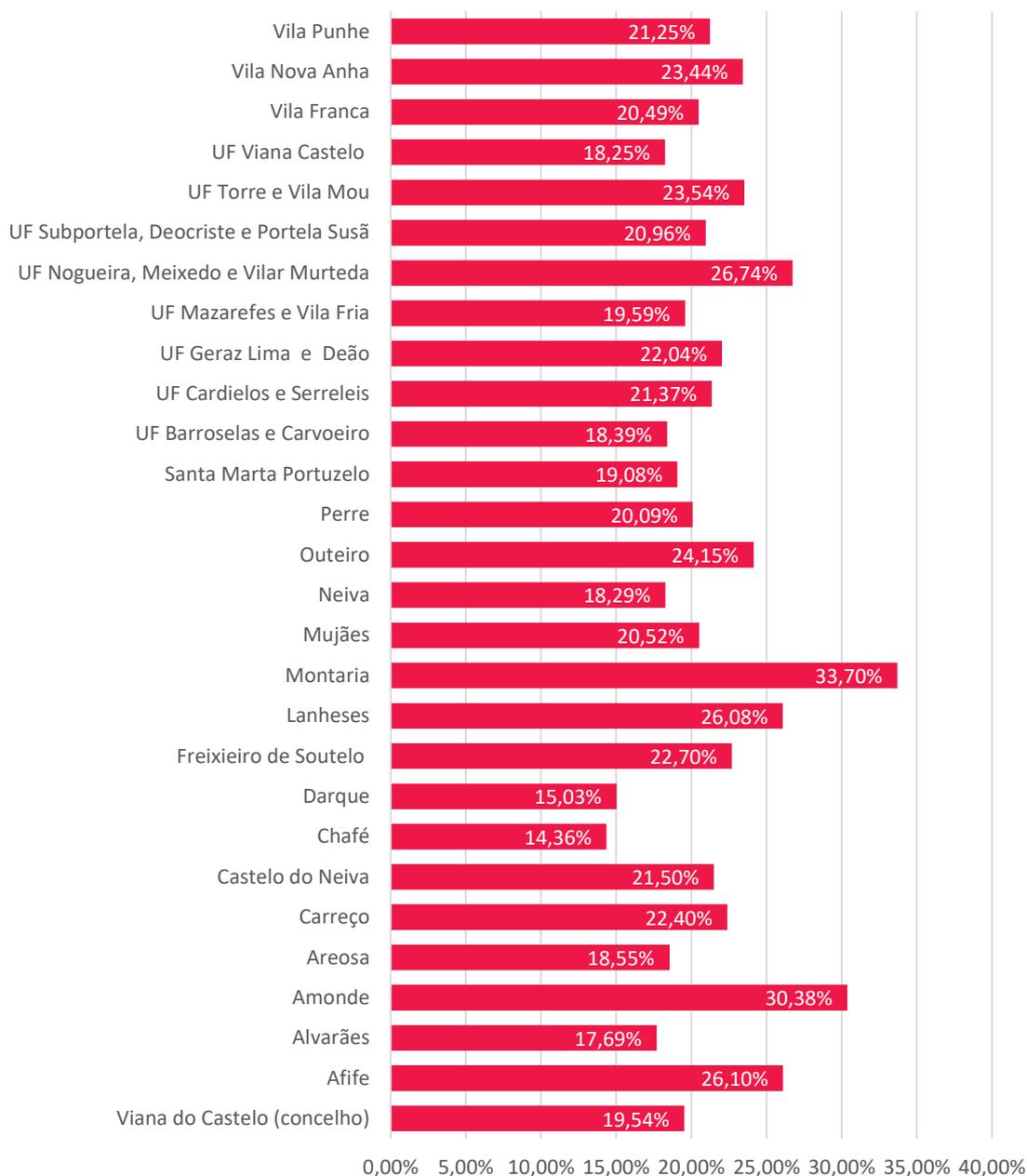
	Total (+65)		Total		Entre 65 e 74 anos		Com mais de 75 anos	
	N.º	% da pop. da freg.	M	F	M	F	M	F
Viana do Castelo (concelho)	17335	19,54	7028	10307	3926	5046	3102	5261

Fonte: INE, Censos 2011

Nesse mesmo ano, o concelho de Viana do Castelo, apresentava em 2011, 19,54% da sua população com mais de 65 anos. A freguesia que apresentava uma maior percentagem de população com mais de 65 anos, foi Montaria, com 33,70% da população com mais de 65 anos. Pelo contrário, foi na freguesia de Chafé que se verificou uma menor percentagem de população idosa (14,36%).

Verificava-se que eram na UF de Viana do Castelo e na freguesia de Darque que se concentrava o maior número de residentes com mais de 65 anos de idade (4.632 e 1.175, respetivamente).

Gráfico 27 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2011) (%)



Fonte: INE, Censos 2011

Desde 2011, que o Índice de Dependência de Idosos tem vindo a aumentar, tendo registado valores próximos aos da média nacional e abaixo da média da Região do Alto Minho. Viana do Castelo é o segundo município da Região do Alto Minho com valores mais baixos, estimando-se que no ano 2018, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64

anos de idade, existiam aproximadamente trinta e cinco residentes com idade igual ou superior a 65 anos.

A mesma tendência é visível para o Índice de Envelhecimento, que tem vindo a aumentar gradualmente desde 2011. O concelho de Viana do Castelo, registou nos três anos referidos, valores superiores aos registados a nível nacional e na Região Norte. No ano 2018, estima-se que, por cada cem residentes com menos de 15 anos existam, aproximadamente, cento e oitenta e seis pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

Tabela 63 – Índice de Dependência de Idosos e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região do Alto Minho (2011, 2014, 2018) (%)

Território	Índice de Dependência de Idosos ³⁸			Índice de Envelhecimento ³⁹		
	2011	2014	2018	2011	2014	2018
Portugal	28,5	30,7	33,9	125,8	138,6	159,4
Norte	24,7	26,8	30,7	111,8	128,7	159,6
Alto Minho	35,2	36,8	39,5	170,4	187,5	220,3
Arcos de Valdevez	53,2	55,2	56,4	270,2	291,5	334,0
Caminha	34,7	36,9	41,1	187,0	200,9	235,8
Melgaço	65,4	67,8	65,3	385,3	407,0	452,4
Monção	45,9	46,5	48,5	264,6	277,2	309,2
Paredes de Coura	43,9	45,8	45,8	216,7	230,7	243,3
Ponte da Barca	37,5	37,5	38,4	179,6	196,2	232,4
Ponte de Lima	29,9	31,0	33,1	127,3	141,5	175,8
Valença	33,9	35,5	39,4	168,2	183,7	220,2
Viana do Castelo	28,5	30,6	34,8	135,8	154,7	186,1
Vila Nova de Cerveira	33,6	35,2	36,0	160,5	173,9	202,2

Fonte: PORDATA, Anuário Estatístico da Região Norte 2018

³⁸ **Índice de Dependência de Idosos:** Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

³⁹ **Índice de Envelhecimento:** Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (INE).

No ano de 2011, encontravam-se a residir no concelho de Viana do Castelo 17.335 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, destas cerca de 15,65% (2.713 pessoas) residiam sós.

A grande maioria das pessoas idosas que residiam sós são do sexo feminino (78,55%), e encontravam-se na União de freguesias de Viana do Castelo (919 pessoas) seguida da freguesia de Darque (219 pessoas).

Em Síntese:

- ▶ O número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a aumentar desde o ano 2001. Em 2018, eram 19.087 os residentes no concelho, pertencentes a este grupo etário;
- ▶ A maior variação positiva registada dentro deste grupo etário, entre os anos de 2011 e 2018, verificou-se ao nível da população com idade igual ou superior a 85 anos;
- ▶ Tem-se verificado um maior número de pessoas idosas do sexo feminino, face ao sexo masculino;
- ▶ No ano de 2011, e relativamente ao número total de residentes em cada freguesia, verificou-se que era nas freguesias de Montaria (33,7%) e Amonde (30,38%) onde a percentagem de população com + de 65 anos era maior;
- ▶ A União de Freguesias de Viana do Castelo apresenta o maior número de pessoas com mais de 65 anos (4.632), no ano 2011;
- ▶ Em 2018, o Índice de Dependência de Idosos no concelho (34,8%) foi superior ao registado a nível nacional e da Região Norte;
- ▶ Relativamente ao Índice de Envelhecimento, nesse mesmo ano, o valor registado no concelho de Viana do Castelo (186,1) foi também superior ao registado a nível nacional e na Região Norte. Ainda assim é o segundo mais baixo da Região do Alto Minho;
- ▶ Ambos os Índices têm vindo a aumentar desde 2011, refletindo o aumento de população idosa face ao número de crianças e jovens e de população ativa residentes no concelho;
- ▶ No ano de 2011, 15,65% das pessoas com idade igual ou superior a 65 anos residiam sós, das quais 78,55% eram do sexo feminino.

7.2.4. Migrantes e Minorias

A população migrante e pertencente a minorias étnicas, apresenta-se aqui como uma população potencialmente mais vulnerável, pela falta de rede de suporte a que normalmente está sujeita, bem como devido a outras dificuldades de integração sejam por fatores linguísticos, religiosos e/ou culturais.

O concelho de Viana do Castelo tem registado valores oscilantes no que respeita ao seu saldo migratório desde 2001. Em conformidade com o que se registou a nível nacional, verificou-se um acentuado decréscimo deste saldo entre 2001 e 2016, ano em que registou um saldo negativo de 476 (ou seja, o número de pessoas que emigrou foi superior ao número de pessoas que o concelho acolheu). Apesar de permanecer com valores negativos até 2018 (-51), o saldo migratório foi aumentando.

Viana do Castelo é o segundo concelho da Região do Alto Minho com maior saldo migratório negativo em 2018 (-51), valor apenas superado pelo concelho de Ponte de Lima com (-65).

Tabela 64 – Saldo migratório dos municípios da Região do Alto Minho, nos anos 2001, 2011, 2014, 2016 e 2018

Território	Saldo migratório ⁴⁰				
	2001	2011	2014	2016	2018
Portugal	56.213	-24.331	-30.003	-8.310	11.570
Norte	7.035	-6.308	-16.131	-13.233	4.076
Alto Minho	1.409	-53	-815	-1.105	246
Arcos de Valdevez	178	42	-42	-86	75
Caminha	111	10	-48	-39	55
Melgaço	95	0	-21	-32	38
Monção	228	77	-12	-70	68
Paredes de Coura	64	16	-20	-36	12
Ponte da Barca	42	-8	-42	-54	20

⁴⁰ **Saldo migratório:** Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo (INE).

“Como a maioria dos países não possui valores exatos sobre imigração e emigração, o saldo migratório é geralmente calculado com base na diferença entre a variação populacional e o crescimento natural entre dois períodos (saldo migratório ajustado). Por conseguinte, as estatísticas sobre saldos migratórios são afetadas por todas as imprecisões estatísticas nas duas componentes desta equação, especialmente a variação populacional (metainformação – Eurostat).”

Território	Saldo migratório ⁴⁰				
	2001	2011	2014	2016	2018
Ponte de Lima	69	17	-147	-259	-65
Valença	132	-15	-50	-46	41
Viana do Castelo	361	-207	-411	-476	-51
Vila Nova de Cerveira	129	15	-22	-7	53

Fonte: PORDATA

Tabela 65 – Cenários futuros do Saldo Migratório (projeções 2015 – 2080)

Território	Saldo migratório (projeções)								
	2025			2030			2035		
	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto
Portugal	-3577	11339	29415	-3143	12266	30813	-2951	12622	31193
Norte	-5477	-1832	2568	-5279	-1467	2801	-5059	-1176	2865
Centro	992	4817	9448	1061	4846	9528	1026	4693	9307
AML	2069	7028	13028	2096	7087	13257	2008	6886	13092
Alentejo	-58	609	1463	-39	725	1710	-31	814	1916
Algarve	440	1523	2840	444	1589	3039	417	1612	3151

Fonte: INE, Projeções da população residente

De acordo com o INE (projeções da população residente: 2015-2080) o saldo migratório tenderá a ter uma evolução positiva com o decorrer do tempo, ainda que na Região Norte este permaneça em valores negativos nos cenários baixo e central até 2035.

Importa destacar, antes de se apresentarem os dados referentes à imigração no concelho de Viana do Castelo, que existem algumas condicionantes à análise deste fenómeno, nomeadamente, a alteração à Lei da Nacionalidade (2007) (que contribuiu para o aumento do número de naturalizações e, simultaneamente, para o decréscimo do número de imigrantes), o desconhecimento do número de descendentes de imigrantes residentes e de imigrantes naturalizados e o número de cidadãos estrangeiros que têm sido acolhidos ao abrigo dos acordos de cooperação no domínio da saúde⁴¹.

⁴¹ No ano de 2017, foram atribuídos 1.914 vistos de estada temporária para tratamento médico (+69,7% face a 2008 e +16,9% face a 2016), simultaneamente foram atribuídos, nesse mesmo ano, 637 vistos para acompanhamento de familiar) (Relatório Estatístico Anual 2018, Observatório das Migrações – Imigração em Números).

Tabela 66 – População residente no concelho de Viana do Castelo segundo a naturalidade da população (2011) (N.º)

Território	Total	Total de pop. estrangeira		Europ.	África	América	Ásia	Oceânia
		N.º	%					
Viana do Castelo (concelho)	88725	5958	6,72	3249	1635	932	112	29
Afife	1632	109	6,68	50	36	22	1	0
Alvarães	2623	158	6,02	124	22	12	0	0
Amonde	293	8	2,73	5	2	1	0	0
Areosa	4853	288	5,93	146	100	37	3	2
Carreço	1759	116	6,59	65	35	16	0	0
Castelo Neiva do	2930	208	7,10	137	14	50	1	6
Chafé	2841	266	9,36	181	34	45	2	4
Darque	7817	625	8,00	247	271	87	18	2
Freixeiro de Soutelo	511	26	5,09	16	9	1	0	0
Lanheses	1645	105	6,38	74	6	25	0	0
Montaria	549	23	4,19	22	1	0	0	0
Mujães	1550	113	7,29	95	9	9	0	0
Neiva	1225	113	9,22	93	2	12	6	0
Outeiro	1234	65	5,27	43	7	13	1	1
Perre	2956	129	4,36	80	25	20	1	3
Santa Marta Portuzelo	3805	217	5,70	133	41	41	0	2
UF Barrocelas e Carvoeiro	5031	272	5,41	183	34	52	3	0
UF Cardielos e Serreleis	2312	122	5,28	85	21	16	0	0
UF Geraz Lima e Deão	3339	141	4,22	108	24	8	1	0
UF Mazarefes e Vila Fria	2670	123	4,61	69	46	7	0	1
UF Nogueira, Meixedo e Vilar Murteda	1597	110	6,89	85	7	18	0	0
UF Subportela,	2552	105	4,11	79	14	11	0	1

Território	Total	Total de pop. estrangeira		Europ.	África	América	Ásia	Oceânia
		N.º	%					
Deocriste e Portela Susã								
UF Torre e Vila Mou	1181	86	7,28	58	4	21	0	3
UF Viana Castelo	25375	2023	7,97	826	733	385	74	4
Vila Franca	1757	81	4,61	56	25	0	0	0
Vila Nova Anha	2415	184	7,62	76	94	14	0	0
Vila Punhe	2273	142	6,25	113	19	9	1	0

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011, residiam no concelho 5.958 indivíduos com naturalidade estrangeira (6,72% da população residente no concelho de Viana do Castelo), dos quais 54,53% eram naturais de países da Europa.

Esta população concentrava-se, na sua maioria, na União das freguesias de Viana do Castelo (com 2.023 residentes de naturalidade estrangeira). As freguesias de Chafé e Neiva registaram maior percentagem de residentes naturais de países estrangeiros face à população total residente nas mesmas (9,36% e 9,22%, respetivamente).

Tabela 67 – População estrangeira residente no concelho de Viana do Castelo, por nacionalidade e grupo etário (2011) (N.º)

Território	Total	0 – 14 anos	15 – 64 anos	65 e mais anos
Viana do Castelo	88725	12496	58894	17335
Estrangeira	943	113	754	76
Europa	544	73	416	55
África	96	8	81	7
América	237	22	202	13
Ásia	65	10	54	1
Oceânia	1	0	1	0
Dupla nacionalidade	2321	324	1743	254

Fonte: INE, Censos 2011

A população estrangeira residente no concelho, no ano de 2011, encontrava-se maioritariamente entre os 15 e os 64 anos de idade. Os residentes estrangeiros são na sua maioria provenientes do continente europeu (57,69%), seguindo-se o continente americano (25,13%). É ainda de destacar a população com dupla nacionalidade (representava 2,62% da população residente no concelho).

Tabela 68 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com Título de Residência (2011, 2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019) (N.º)

Território	População estrangeira							
	2011	2012	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Distrito de Viana do Castelo	3442	3210	2858	2850	3019	3127	3675	4774
Arcos de Valdevez	199	200	179	189	190	203	232	273
Caminha	293	270	261	257	259	295	329	421
Melgaço	159	121	95	96	89	88	92	108
Monção	472	452	376	365	367	380	441	568
Paredes de Coura	89	38	37	38	46	60	77	105
Ponte da Barca	114	106	93	91	98	87	73	97
Ponte de Lima	265	258	227	213	229	270	315	383
Valença	518	479	404	394	411	408	437	546
Viana do Castelo	1104	1058	964	974	1088	1110	1449	1977
Vila Nova de Cerveira	229	228	222	233	242	226	230	296

Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

De acordo com a informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o número de estrangeiros residentes no concelho de Viana do Castelo, com título de residência, tem vindo a aumentar nos últimos anos (desde 2016), depois de se ter verificado uma diminuição entre 2011 e 2015. Esta é também a tendência verificada em todo o distrito de Viana do Castelo, exceto nos municípios de Vila Nova da Cerveira e Ponte da Barca, onde após um crescimento em 2016, voltou a verificar-se uma diminuição da população estrangeira com Título de Residência.

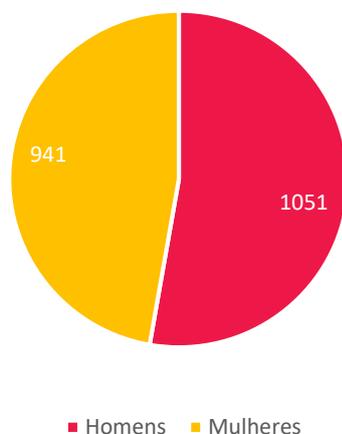
Tabela 69 – Residentes no concelho de Viana do Castelo, segundo nacionalidade (2011, 2014, 2016, 2018 e 2019) (N.º)

	2011	2014	2016	2018	2019
Viana do Castelo (concelho)	1104	964	1088	1449	1977
Brasil	240	231	263	426	717
Espanha	162	97	153	145	171
França	51	73	94	120	143
Roménia	52	56	49	112	98
Ucrânia	165	114	95	77	79
Itália	13	12	29	74	129
Cabo Verde	45	35	31	51	57
China	74	69	77	50	63
São Tomé	2	13	10	50	69
Reino Unido	46	43	45	37	50
Alemanha	19	24	26	31	33
Outros países da Europa	137	109	132	157	123
Outros países da América	36	37	34	53	69
Outros países da Ásia	32	32	28	46	92
Outros países de África	15	43	47	51	83

Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

Ao analisarmos a evolução do número de residentes estrangeiros, segundo a sua nacionalidade, é possível verificar que no ano 2019, são os nacionais de países como o Brasil e de países da Europa, nomeadamente Espanha, França, Itália e países de Leste, que estão em maior número no território. Desde 2016, verifica-se que nacionalidades como a Brasileira, de países Europeus como: Espanha, Itália e França e São Tomense, as que têm aumentado no concelho de Viana do Castelo. Inversamente, o número de residentes estrangeiros naturais da China tem vindo a sofrer um decréscimo.

Gráfico 28 – População estrangeira residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o género (2019) (N.º)



Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

Analisando os dados por género, não se verifica uma diferença percentual significativa entre residentes Homens e Mulheres.

Comunidade Cigana no Concelho de Viana do Castelo

Atualmente, estima-se que resida no município de Viana do Castelo uma comunidade cigana de, aproximadamente, 625 elementos. No ano de 2014, esta comunidade representava entre 0,51% e 1,00% da população residente no concelho⁴².

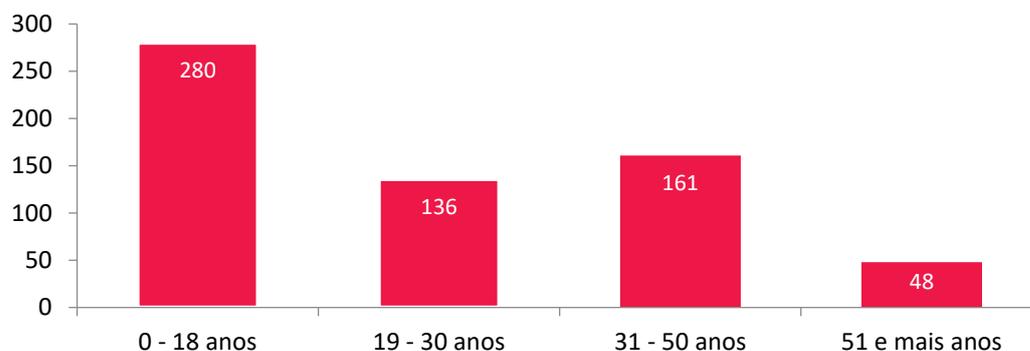
De acordo com os dados facultados pelo Gabinete de Atendimento à Família (GAF), pelo Posto de Assistência Social de Alvarães (PASA), pelo Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima (CSPNSF) e pela freguesia de Darque, apresentamos a caracterização da comunidade cigana, residente no concelho, no que respeita ao género, faixa etária, escolaridade, situação face ao trabalho e habitação.

Relativamente ao género, a comunidade cigana tem uma representação equitativa de homens e mulheres (310 e 315 elementos, respetivamente). É maioritariamente uma

⁴² IHRU (Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal)

comunidade jovem, aproximadamente 416 elementos têm até 30 anos de idade (67% da comunidade cigana residente no concelho).

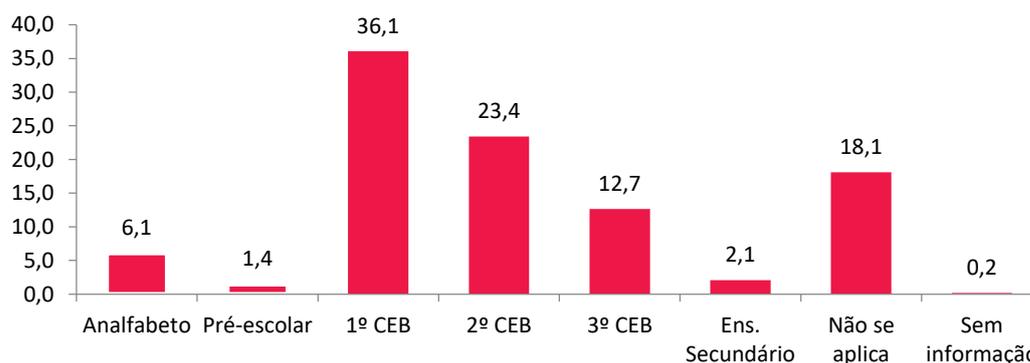
Gráfico 29 – Comunidade cigana residente no concelho de Viana do Castelo, segundo a faixa etária (2021) (N.º)



Fonte: CM Viana do Castelo

Destaca-se que na freguesia de Darque residem 106 crianças, até aos 9 anos de idade e que não se regista nenhum elemento da comunidade cigana com idade igual ou superior a 70 anos⁴³.

Gráfico 30 – Comunidade cigana residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o nível de escolaridade (2021) (%)

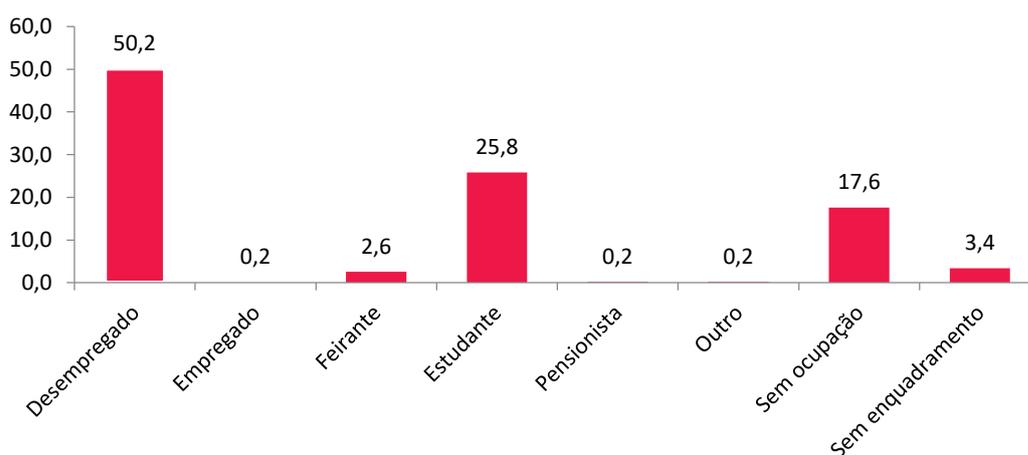


Fonte: CM Viana do Castelo

⁴³ Importa destacar que a Equipa de RSI de Darque, atualmente, não acompanha indivíduos com mais de 66 anos

No que respeita ao nível de escolaridade, a maioria dos elementos da comunidade cigana tem o 1º Ciclo do Ensino Básico e o 2º Ciclo do Ensino Básico (36,1% (n=225) e 23,4% (n=146), respetivamente). Ainda existe uma percentagem da comunidade cigana que é analfabeta (6,1%, 38 pessoas).

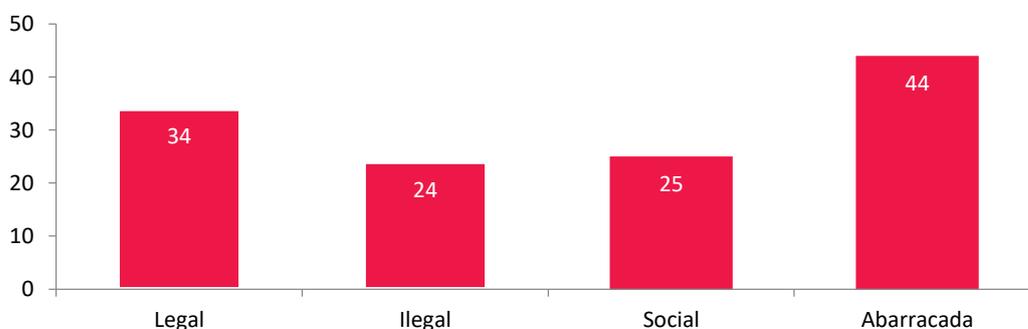
Gráfico 31 – Comunidade cigana residente no concelho de Viana do Castelo, segundo a situação face ao trabalho (2021) (%)



Fonte: CM Viana do Castelo

Aproximadamente 50% dos elementos da comunidade cigana encontram-se desempregados (311 pessoas), 25% estudam (160 pessoas) e 18% estão desocupados (109 pessoas). Apenas uma pessoa da comunidade cigana residente no concelho foi caracterizada como estando empregada.

Gráfico 32 – Comunidade cigana residente na freguesia de Darque, segundo a situação de habitação (2021) (n.º)



Fonte: CM Viana do Castelo

Relativamente à situação de habitação da comunidade cigana, apenas se encontram disponíveis dados referentes a 127 famílias residentes na freguesia de Darque. A maioria encontra-se a residir em alojamentos abarracados (44 famílias) e em habitações legais (34 famílias).

Em Síntese:

- ▶ Em 2018, Viana do Castelo é o segundo concelho da Região do Alto Minho com maior saldo migratório negativo (-51);
- ▶ No ano de 2011, a população estrangeira representava 6,72% da população residente no concelho;
- ▶ Em 2011, a freguesia com maior % de população estrangeira residente era Chafé (9,36%), seguida da Freguesia de Neiva (9,22%);
- ▶ Em 2011, a maioria da população estrangeira no território pertencia à faixa etária entre os 15 e 64 anos (79,96%);
- ▶ De acordo com informação do SEF, o número de estrangeiros residentes no concelho (com título de residência) tem vindo a aumentar nos últimos anos. Em 2019 residiam no concelho 1977 pessoas estrangeiras com título de residência;
- ▶ Em 2019, 36,27% da população estrangeira residente no concelho era proveniente do Brasil, seguindo-se a proveniente de Espanha (8,65%), França (7,23%) e Itália (6,53%);
- ▶ Residem no concelho de Viana do Castelo aproximadamente 625 pessoas de etnia cigana. A grande maioria tem até 30 anos de idade (67%), tem um nível baixo de escolaridade (maioritariamente 1º e 2º CEB) e encontra-se em situação de desemprego (50%).

7.2.5. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

A abordagem sobre deficiência e incapacidade adotada nos Censos 2011, assume as definições da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). Desta forma, entende-se por “deficiência” o estado da pessoa, face às alterações ou anomalias das estruturas e funções do corpo, incluindo as funções mentais. O termo “incapacidade” reporta-se aos diferentes níveis de limitações funcionais relacionados com a pessoa e com o seu meio ambiente (englobando deficiências, limitações na atividade e restrições de participação).

Desta forma, nos Censos 2011, a aferição dos tipos de deficiência foi realizada através de questões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender).

No ano de 2011, cerca de 15.109 residentes no concelho de Viana do Castelo, referiram ter pelo menos uma das dificuldades enumeradas. Foram na sua maioria mulheres (60,87%) e com idade igual ou superior a 70 anos (7.222 residentes: 47,80%).

Analisando os dados do território, verifica-se que é nas freguesias de Castelo de Neiva e de Montaria, com 24,68% e 23,13% respetivamente, que se verificaram as maiores percentagens de residentes a identificar ter, pelo menos uma das dificuldades indicadas.

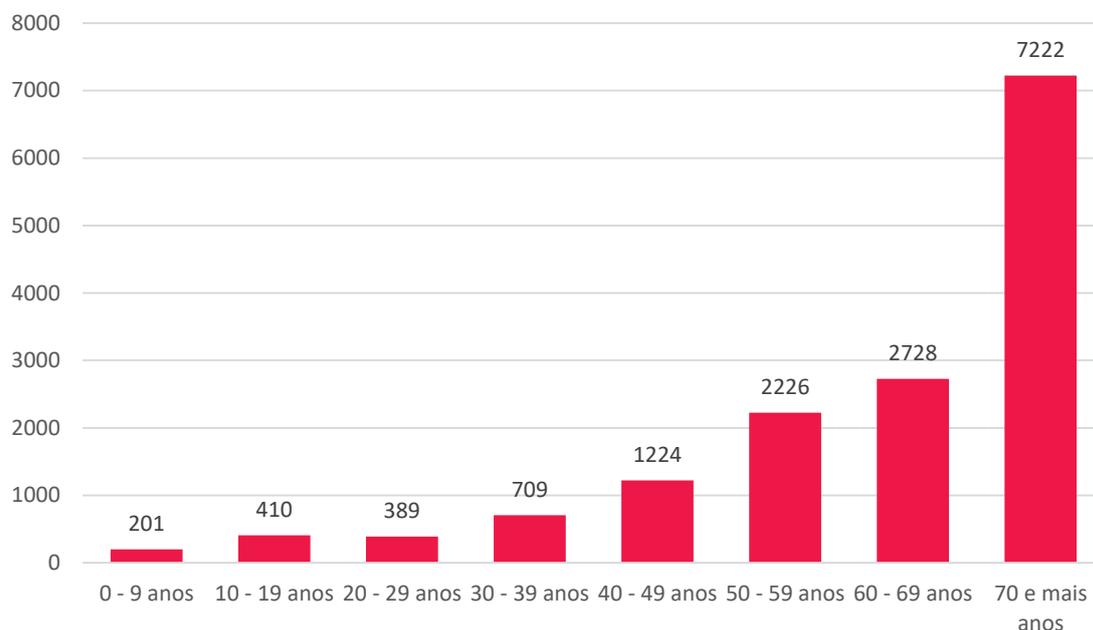
Tabela 70 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2011) (N.º)

Território	Total população residente	População residente com pelo menos uma dificuldade			% da população com pelo menos uma dificuldade
		Total	Homens	Mulheres	
Viana do Castelo (concelho)	88725	15109	5909	9200	17,03%
Afife	1632	272	112	160	16,67%
Alvarães	2623	514	207	307	19,60%
Amonde	293	61	15	46	20,82%
Areosa	4853	765	286	479	15,76%
Carreço	1759	273	107	166	15,52%
Castelo do Neiva	2930	723	283	440	24,68%

Território	Total população residente	População residente com pelo menos uma dificuldade			% da população com pelo menos uma dificuldade
		Total	Homens	Mulheres	
Chafé	2841	447	171	276	15,73%
Darque	7817	1151	472	679	14,72%
Freixieiro de Soutelo	511	81	24	57	15,85%
Lanheses	1645	324	124	200	19,70%
Montaria	549	127	38	89	23,13%
Mujães	1550	248	93	155	16,00%
Neiva	1225	220	84	136	17,96%
Outeiro	1234	196	78	118	15,88%
Perre	2956	512	212	300	17,32%
Santa Marta Portuzelo	3805	660	257	403	17,35%
UF Barroelas e Carvoeiro	5031	891	353	538	17,71%
UF Cardielos e Serreleis	2312	375	157	218	16,22%
UF Geraz Lima e Deão	3339	706	273	433	21,14%
UF Mazarefes e Vila Fria	2670	502	216	286	18,80%
UF Nogueira, Meixedo e Vilar Murteda	1597	367	133	234	22,98%
UF Subportela, Deocriste e Portela Susã	2552	549	244	305	21,51%
UF Torre e Vila Mou	1181	223	83	140	18,88%
UF Viana Castelo	25375	3727	1415	2312	14,69%
Vila Franca	1757	374	152	222	21,29%
Vila Nova Anha	2415	426	165	261	17,64%
Vila Punhe	2273	395	155	240	17,38%

Fonte: INE, Censos 2011

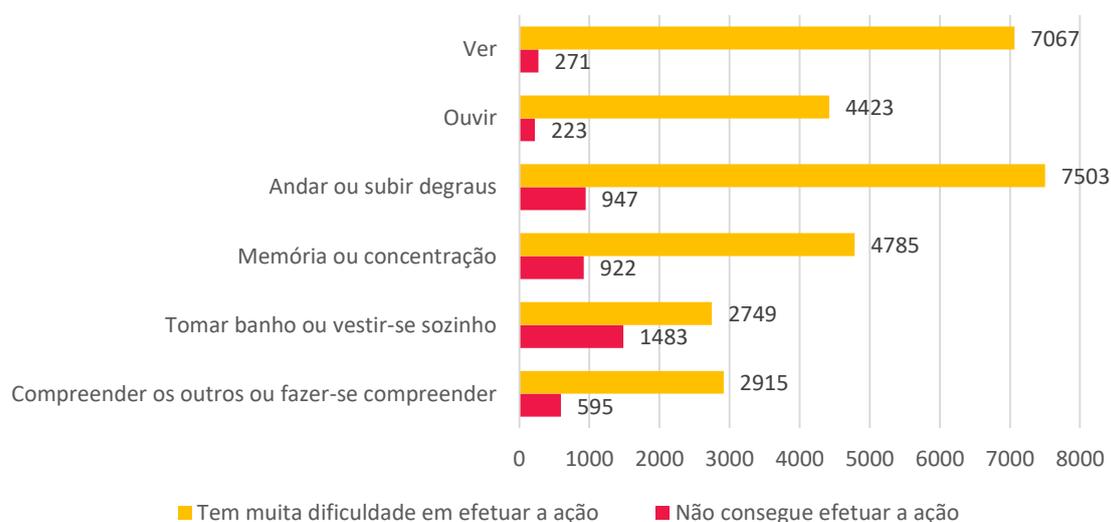
Gráfico 33 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2011) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011

Identificando o tipo de dificuldade sentida, as dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus) e de visão são as reportadas em maior número, seguidas das dificuldades de memória ou concentração e de audição.

Gráfico 34 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2011) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente ao grau de dificuldade em executar as ações referidas, são as questões relativas ao autocuidado (tomar banho e vestir-se sozinho), à mobilidade (andar ou subir degraus) e à memória ou concentração as que são identificadas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportaram.

O principal meio de vida, da maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade é a reforma (69,5%) seguindo-se as que se encontram a trabalhar (15,17%) e as que estão a cargo da família (7,96%).

Através da diferença entre a população residente no concelho com pelo menos uma dificuldade e o número de residentes com idade igual ou superior a 15 anos, com pelo menos uma dificuldade, é possível concluir que, no ano 2011, existiam no concelho 426 crianças (até aos 14 anos de idade) com pelo menos uma dificuldade.

Tabela 71 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º)

	População residente com pelo menos uma dificuldade	
	N.º	%
Viana do Castelo (concelho)	14683	100%
Trabalho	2228	15,17%
Reforma / Pensão	10204	69,50%
Subsídio de desemprego	299	2,04%
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	81	0,55%
Rendimento social de inserção	167	1,14%
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	118	0,80%
Rendimento da propriedade ou da empresa	55	0,37%
Apoio social	95	0,65%
A cargo da família	1169	7,96%
Outro	267	1,82%

Fonte: INE, Censos 2011

Em Síntese:

- ▶ No ano de 2011, existiam cerca de 15.109 residentes no concelho de Viana do Castelo com pelo menos uma dificuldade, na sua maioria mulheres (60,87%) e com idade igual ou superior a 70 anos (7.222 residentes: 47,80%);
- ▶ As dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus), de visão e de memória ou concentração foram as referidas em maior número;
- ▶ As questões associadas ao autocuidado (tomar banho ou vestir-se sozinho), à mobilidade (andar ou subir degraus) e à memória e concentração são as que são referidas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportam;
- ▶ Em 2011, a grande maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade encontrava-se reformada (69,5%);
- ▶ No 2011, existiam no concelho 426 crianças (até aos 14 anos de idade) com pelo menos uma dificuldade identificada.

7.2.6. Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

No âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023, considera-se “Pessoa em Situação de Sem-Abrigo” aquela que “independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental de se encontre **sem teto** ou **sem casa**”.

Incluem-se na situação “sem teto”, as pessoas que vivem no espaço público (por exemplo, jardins, estações de transportes públicos, estacionamentos, passeios, pontes, viadutos ou outros locais), em abrigos de emergência (equipamentos que acolhem de forma imediata e gratuita, por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita) ou ainda em locais precários (nomeadamente, carros abandonados, entradas de prédios, vãos de escadas, prédios ou casas abandonadas, entre outros).

Enquadram-se na situação “sem casa” as pessoas que se encontram integradas em alojamentos temporários, nomeadamente em centros de alojamento temporário / albergues e apartamentos de transição, onde a pernoita é limitada e sem acesso a alojamento de longa duração. Consideram-se ainda nesta situação, as pessoas que se encontram a viver em pensões ou quartos pagos pelos serviços sociais.

De acordo com o levantamento realizado no final do ano 2020, existiam no concelho de Viana do Castelo **33 pessoas em situação de sem-abrigo**, 26 das quais “sem casa” e 7 “sem teto”.

As pessoas em situação de sem-abrigo identificadas são maioritariamente do sexo masculino, com uma média de idades entre os 45 e os 50 anos, desempregados, com baixa escolaridade e com histórico de consumos e de doença mental.

Os dados fornecidos nos últimos 3 anos registam tendência de diminuição de pessoas em situação de sem-abrigo em Viana do Castelo. Porém, o número de atendimentos, acolhimentos e acompanhamentos tem aumentado, sinalizados pela Linha Nacional de Emergência Social (LNES), efetuadas pelos próprios, por agentes de autoridade e por agentes da comunidade. O cenário da intervenção junto desta população tem-se alterado e intensificado, sendo que as instituições de cariz social, entre outros: Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e Refeitório Social do Centro Social

e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima, Gabinete de Atendimento à Família (GAF), Cáritas, Vicentinos e IPSS em geral, têm vindo a envolver-se, disponibilizando apoios para garantir alojamento, alimentação, higiene pessoal, bens essenciais e financiamento de diligências (deslocações, atualização de documentos, etc.). Por outro lado, a Autarquia, a Segurança Social, a Saúde (essencialmente ULSAM e CRI), o Ministério Público, a Equipa de Rua/GAF, o CAT Casulo Abrigo/Methamorphys, as Equipas do Rendimento Social de Inserção e o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social têm reforçado a articulação, no sentido de se vir a garantir uma monitorização consistente da situação e ações sólidas junto do grupo de população em apreço.

Perante a situação exposta, e a urgência de uma intervenção social com o rigor e a especificidade que lhe é exigida, é desígnio do município a constituição de um Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA).

Tabela 72 – Pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Viana do Castelo (2018, 2019 e 2020) (N.º)

Território	2018	2019	2020
Pessoas em situação de sem-abrigo	56	41	33
Pessoas Sem Teto	16	7	7
Pessoas Sem Casa	40	34	26

Fonte: CM Viana do Castelo

No concelho de Viana do Castelo existem respostas / serviços e entidades que realizam o acompanhamento psicossocial a pessoas em situação de sem-abrigo, nomeadamente o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, o Gabinete de Atendimento à Família (GAF), o Centro de Respostas Integradas de Viana do Castelo e a Associação de Solidariedade Social – Methamorphys.

Em janeiro de 2021, foi criada uma unidade temporária de pernoita, com capacidade para 7 pessoas em situação de sem-abrigo. Esta unidade irá funcionar até final do mês de abril de 2021.

Em Síntese:

- ▶ No final do ano 2020, existiam 33 pessoas em situação de sem-abrigo (26 sem casa e 7 sem teto) no concelho de Viana do Castelo, observando-se, em termos numéricos, uma tendência de diminuição (nos últimos 3 anos) do número de pessoas em situação de sem-abrigo no concelho;
- ▶ As sinalizações e as diligências de intervenção junto da população em situação de sem-abrigo têm intensificado e reforçado a articulação interinstitucional concelhia;
- ▶ Encontram-se a ser desenvolvidas ações que permitem responder a esta problemática, nomeadamente a constituição do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) e a oferta de resposta de alojamento temporário, prevista na Estratégia Local de Habitação;

8. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Neste capítulo procuraremos caracterizar as áreas identificadas como prioritárias para a intervenção social no concelho de Viana do Castelo, numa análise cruzada de dados estatísticos com a perceção dos atores. Pretende-se assim apresentar os constrangimentos existentes ao desenvolvimento social, mas também aquelas que são as atuais respostas, de modo a perspetivar possíveis linhas de ação.

8.1. Habitação

A habitação, direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, é fundamental para a qualidade de vida e bem-estar da população. Quando esta necessidade não se encontra satisfeita surgem conflitos e desequilíbrios sociais, que poderão acentuar situações de vulnerabilidade e conduzir a situações de mobilidade no território, que por sua vez irão condicionar o seu desenvolvimento económico e social. Assim, é fundamental que tenhamos uma visão integrada sobre a dimensão “Habitação”.

O concelho de Viana do Castelo, à semelhança da generalidade dos concelhos de Portugal, identifica alguns constrangimentos no que respeita à habitação, nomeadamente, a prática de valores elevados no mercado de arrendamento, a insuficiência de habitações a custos controlados e/ou sociais e a degradação do edificado, com consequências para as condições de saúde e sociais da população.

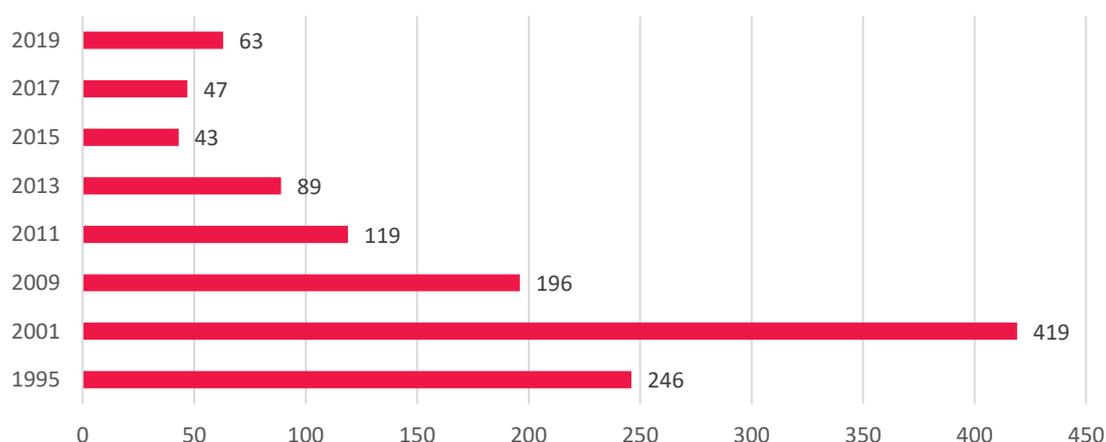
Os problemas referidos foram identificados pela maioria dos atores sociais do concelho de Viana do Castelo, quer no âmbito da resposta ao questionário *online*, quer nos *workshops* presenciais, tendo sido a “Habitação” considerada como uma área prioritária de intervenção social.

1. Dificuldade de acesso a habitação a custos controlados

Para um melhor entendimento deste problema é necessário caracterizar a realidade habitacional nas últimas décadas.

Entre os anos 1990 e 2010 assistiu-se a um aumento acentuado da construção de edifícios para habitação em Portugal, tendo sido construídas cerca de um milhão e meio de novas habitações (IHRU, 2015). No concelho de Viana do Castelo, o número de construções de novos edifícios também aumentou no mesmo período, fruto do acesso facilitado ao crédito para aquisição de casa própria.

Gráfico 35 – Edifícios concluídos para habitação familiar em Viana do Castelo, entre os anos 1995 e 2019 (N.º)



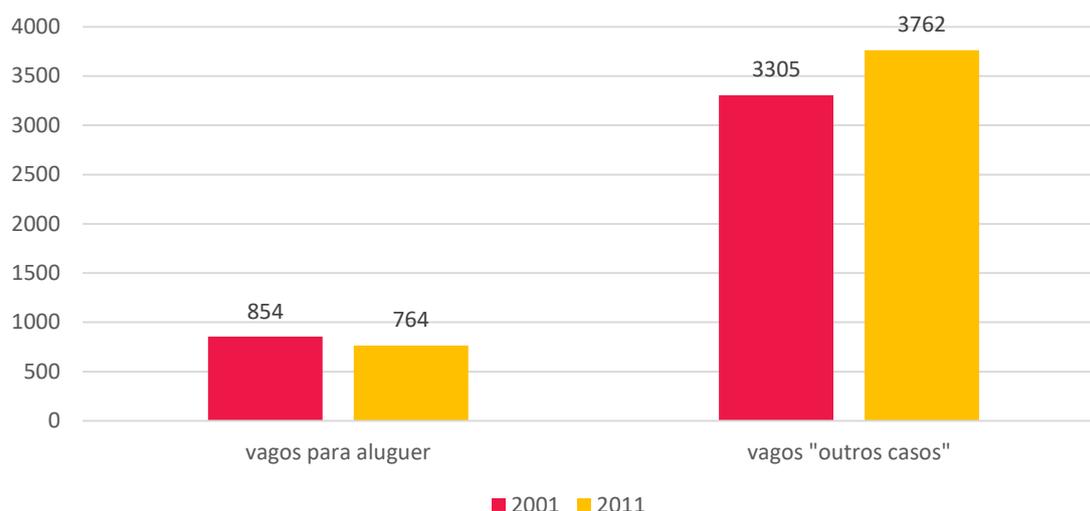
Fonte: INE – Estatísticas das obras concluídas

A partir do ano 2008, devido à crise económica, verifica-se um decréscimo do número de novas construções. No entanto, o número de habitações existentes já era suficiente para colmatar as carências existentes a este nível.

Segundo o último levantamento censitário (2011), o aumento do número de alojamentos foi muito superior ao do número de famílias, verificando-se um rácio de 1,5 alojamentos por família residente no concelho.

Simultaneamente, o número de alojamentos vagos também aumenta no território. No ano 2011, existiam no total, 4.526 alojamentos vagos (mais 367 que no ano 2001), a maioria dos quais não estava destinada para aluguer.

Gráfico 36 – Alojamentos familiares vagos em Viana do Castelo, nos anos 2001 e 2011, por tipologia (N.º)



Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

Desta forma, a expressão “*tanta gente sem casa e tanta casa sem gente*” deixa transparecer a realidade de que já não existe um défice habitacional, mas sim dificuldades no acesso à habitação. Ao contrário do que seria expectável, as habitações foram cada vez ficando mais caras à medida que iam aumentando em número, o que divergiu acentuadamente da evolução do rendimento das famílias.

Os atores sociais consideram que a dificuldade no acesso a habitação a custos controlados, também se deve à elevada procura e à pouca oferta no mercado de arrendamento e de compra. De facto, é possível verificar que o número de alojamentos familiares vagos para aluguer, diminuiu entre os anos 2001 e 2011, contrariamente ao valor da renda que tem vindo a aumentar gradualmente.

No ano 2001, o valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares em Viana do Castelo era de 147€, no ano 2011 o valor aumentou para 243,40€. A mesma tendência verifica-se no valor mediano das rendas (por m²) de novos contratos de arrendamento, o qual nos últimos três anos subiu de 3,69€ (2017) para 4,48€ (2019), valor mais elevado da Região do Alto Minho (INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local).

Como consequência da dificuldade no acesso a habitação a custos controlados, os atores sociais referem a sobrelotação das habitações disponíveis⁴⁴ e o arrendamento ilegal. Por não terem acesso a habitação condigna, algumas pessoas encontram-se a residir em alojamentos com condições deficitárias, nomeadamente em anexos, barracas e garagens⁴⁵.

O aumento significativo do valor das rendas dos alojamentos disponíveis, os valores elevados para aquisição de imóveis, ambos incompatíveis com a evolução dos rendimentos das famílias e as fracas condições de habitabilidade dos alojamentos para arrendar existentes no concelho, têm sido apontados pelos atores locais como fatores que contribuem para a saída de população jovem para outros territórios e para o agravamento de outras problemáticas, nomeadamente a falta de rede de suporte familiar no apoio às pessoas com maior vulnerabilidade (nomeadamente, a população idosa).

2. Dificuldade de acesso a habitação social

Outro dos problemas priorizados pelos atores sociais de Viana do Castelo encontra-se relacionado com a dificuldade que os indivíduos sentem em ter acesso a habitação social.

Segundo informação da Câmara Municipal de Viana do Castelo, em agosto de 2020 existiam 468 fogos de habitação social, dos quais 241 são propriedade do município, neles residem aproximadamente 230 as famílias (cerca de 1000 pessoas). Os restantes 227 fogos são propriedade do IHRU e dos quais não se encontra disponível mais informação.

Nos anos 2018 e 2020 foram realizados concursos para atribuição de habitações sociais, tendo sido recebidas 112 candidaturas, em 2018 e 65 candidaturas, em 2020.

As pessoas que se encontram a residir nas habitações municipais estão sujeitas a um contrato de arrendamento, cujo valor é calculado com base no rendimento do agregado familiar e no número de descendentes menores. De acordo com informação da Câmara Municipal o valor médio da renda apoiada das habitações municipais ronda os 20€ (valor

⁴⁴ No ano 2011, 9 em cada 100 alojamentos encontravam-se sobrelotados na cidade de Viana do Castelo (Censos 2011)

⁴⁵ No ano 2011, existiam 29 alojamentos não clássicos no concelho de Viana do Castelo, a maioria dos quais improvisados (Censos 2011)

menor que o praticado em 2012)⁴⁶, sendo que uma elevada percentagem dos residentes se encontra em situação de desemprego (em agosto de 2020).

Tabela 73 – Urbanizações Municipais (agosto de 2020)

Urbanizações municipais	Rendimentos (média)	Renda apoiada (média)	Taxa de desemprego
Bairro Social de Monserrate	355,05€	10,92€	70%
Bairro Social da Meadela	430,21€	24,84€	66,67%
Bairro Social de Darque	330,12€	17,53€	41,67%
Edifício Mira Lima	529,84€	18,68€	0%
Santa Maria Maior (Liceu)	556,65€	33,03€	---
Urbanização Municipal S. José	375,56€	4,85€	66,67%
Urbanização Municipal da Costeira	513,38€	22,00€	41,30%
Urbanização Municipal de Castelo de Neiva	469,94€	11,51€	29,41%
Urbanização Municipal da Areia	373,73€	13,48€	56%
Urbanização Municipal da Felgueira	513,41€	24,69€	57,63%
Urbanização Municipal do Lugar do Meio	618,66€	36,08€	53,3%
Urbanização Municipal Do Lugar Do Malhão	430,43€	37,15€	51%
Urbanização Municipal Lugar do Souto	338,63€	8,01€	75%
Bairro dos Pescadores	---	13,17€	---

Fonte: CM Viana do Castelo

Segundo a perceção dos atores sociais poderá haver pouca rotatividade nos beneficiários de habitação social. No ano 2012, registaram-se 12 novos contratos de arrendamento em alojamentos de habitação social e, no ano 2015, o número subiu para 25.

Estes indicadores corroboram a perceção dos atores sociais sobre a carência económica de alguns agregados familiares residentes no concelho, a qual tem conduzido a uma maior procura de habitação social.

No entanto, é importante destacar que a taxa de privação material severa⁴⁷ tem vindo a diminuir desde o ano 2013, em Portugal. No concelho de Viana do Castelo, os

⁴⁶ No ano 2012, o valor médio da renda apoiada no concelho de Viana do Castelo era de 32€ (INE, Inquérito à caracterização da habitação social)

⁴⁷ A taxa de privação material severa representa a percentagem da população que enfrenta pelo menos quatro dos nove tipos da lista de dificuldades económicas acordada na União Europeia. Da lista constam as incapacidades de pagar despesas inesperadas, refeições regulares de carne e peixe ou uma semana de férias para a família; de pagar as contas

rendimentos também têm vindo tendencialmente a aumentar. No ano 2015, o valor mediano do rendimento bruto declarado por sujeito passivo foi de 7902€, tendo sido 9174€, no ano 2018. No entanto, estes dados poderão sofrer alterações no ano 2020 e seguintes, principalmente devido aos efeitos causados pela pandemia por Covid-19 no setor do emprego e do turismo.

Os atores sociais também referem existir uma elevada procura de habitação social devido ao aumento do número de imigrantes residentes no concelho.

A percentagem de população estrangeira residente no concelho manteve-se constante de 2008 a 2015 (com representação de 1,1% a 1,2% da população residente). Desde 2016 que a representatividade da população estrangeira tem vindo a aumentar no território, sendo que em 2019, atingiu uma representatividade de 2,3% (o dobro da registada em 2015) (PORDATA).

Em números absolutos, a população estrangeira residente no concelho de Viana do Castelo duplicou em 5 anos (entre 2015 e 2019), em detrimento da população residente, que tem vindo a diminuir.

Tabela 74 – População residente no concelho de Viana do Castelo (2015, 2016, 2017, 2018 e 2019) (N.º e %)

	2015	2016	2017	2018	2019
N.º de estrangeiros residentes	984	1114	1141	1480	1992
População residente	86.136	85.445	85.017	84.636	84.417
População estrangeira em % da população residente	1,1%	1,3%	1,3%	1,7%	2,3%

Fonte: PORDATA e Portal de Estatísticas do SEF

Segundo o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Viana do Castelo, 45% dos migrantes inquiridos reportaram que a sua maior dificuldade foi encontrar trabalho, o que pode contribuir para o agravamento da situação económica e social desta população.

3. Fracas condições de habitabilidade

da casa atempadamente ou de manter a casa aquecida; de ter carro, máquina de lavar roupa, televisão a cores ou telefone, por dificuldades económicas. (PORDATA)

Como terceiro e último problema priorizado pelos atores sociais ao nível da Habitação, destaca-se a fragilidade das condições habitacionais de alguns alojamentos no concelho de Viana do Castelo.

A degradação do parque habitacional é uma realidade transversal a muitos territórios do nosso país e que deve ser enquadrada em simultâneo com as alterações demográficas registadas a nível nacional e concelhio.

A diminuição gradual do número de residentes no concelho ao longo dos últimos anos, bem como, o envelhecimento da população residente, têm contribuído, segundo a perceção dos atores locais, para a degradação do parque habitacional, quer pela incapacidade financeira dos proprietários em realizar obras de reabilitação do edificado, quer pela existência de habitações devolutas que não são colocadas no mercado de arrendamento.

No ano 2011, a proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados rondava os 3,65%, superior à registada em 2001 (2,1%) (INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011). No que respeita ao ano de construção dos edifícios, destaca-se que 31% foram construídos antes de 1970, o que evidencia um número elevado de edifícios antigos (10.625, Censos 2011).

Segundo os atores sociais, as fragilidades das condições habitacionais de alguns alojamentos no concelho podem agravar situações de doença e de maior vulnerabilidade dos residentes.

Sistematizando os dados, no concelho de Viana do Castelo observa-se a seguinte situação habitacional:

- Os alojamentos familiares clássicos predominam na estrutura habitacional do município, com 99,7% do total de fogos existentes, na sua maioria com utilização de residência habitual (65,43%), existindo 25,16% de alojamentos de residência secundária e 9,41% de alojamentos desocupados/vagos;
- Entre 2001 e 2011 registou-se um aumento de 8,8% dos alojamentos vagos no concelho. As freguesias de Darque, Santa Maria Maior e Monserrate são as que apresentam maior número de alojamentos vagos, que em conjunto representavam, em 2011, 44% do total de alojamentos vagos do concelho;

- À data de dezembro de 2019, Viana do Castelo contava com 48.974 alojamentos familiares clássicos, com um aumento de 1,3% entre 2011 e 2019;
- Constata-se a permanência de alojamentos não clássicos, principalmente nas freguesias de Anha, Castelo do Neiva e Santa Maria Maior (11 alojamentos em 29 existentes no concelho, no ano de 2011). Os alojamentos coletivos representam 0,2% do total de alojamentos do concelho;
- O número de alojamentos com proprietário ocupante (n=24.206) é superior ao número de alojamentos ocupados por arrendatário (n=5.311);
- De acordo com os Censos de 2011, 62,3% dos alojamentos familiares clássicos do município são de construção antiga (até 1990), o que reflete uma fraca renovação do parque habitacional (4,6% dos edifícios presentes têm mais de 100 anos e 37% dos edifícios foram construídos até 1970);
- 3,65% dos edifícios que constituem o parque habitacional do concelho apresentam elevada degradação;
- No ano 2019, o valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento, no concelho de Viana do Castelo, foi de 4,48€⁴⁸;
- Em agosto de 2020, existiam no total 468 fogos de habitação social em Viana do Castelo (241 são propriedade do município e as restantes pertencem ao IHRU).

Importa ainda sistematizar algumas das medidas tomadas pela Câmara Municipal de Viana do Castelo nos últimos anos, no que concerne à área da habitação, com impacto positivo nas condições de vida da população:

- ▶ Revisão do PDM do concelho de Viana do Castelo - (publicado no Diário da República em abril de 2008), com alterações subsequentes em 2014, 2017 e 2018;
- ▶ Concretização das estratégias definidas pelos seguintes instrumentos:
 - Plano de Intervenção em Espaço Rural para Afife, Carreço e Areosa;
 - Plano de Urbanização da Cidade;
 - Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo;
 - Plano de Pormenor do Parque da Cidade;
 - Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha e Campo da Sr.^a Agonia
 - Plano de Pormenor para a Área Marginal ao Rio Lima, entre a Ponte Eiffel e a Ponte do IC1, em Darque;
 - Plano de Ação de Regeneração Urbana;

⁴⁸ Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local, INE

- Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas.
- ▶ Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbanas (ARU Cidade Norte, ARU Frente Atlântica, ARU Frente Marítima da Amorosa);
- ▶ Implementação das Operações de Reabilitação Urbana (ORU Centro Histórico de Viana do Castelo, ORU Frente Ribeirinha de Viana do Castelo, ORU Darque e ORU Cidade Poente);
- ▶ Existência de apoios municipais para as operações urbanísticas:
 - “Projeto-Tipo para Habitação em Regime de Autoconstrução”, o qual é dirigido a munícipes em situação de carência económica e habitacional, que pretendam construir, ampliar ou legalizar;
 - “Apoio para obras de beneficiação de habitações particulares”, é dirigido a agregados familiares desfavorecidos que requeiram a comparticipação em obras de reparação ou beneficiação de habitações degradadas que, pelas suas características, não oferecem as condições mínimas de habitabilidade ou que, tenham sido danificadas em consequência de sinistros.
- ▶ Existência de outros apoios municipais, nomeadamente:
 - “Habitação social / Renda Apoiada”, destina-se às famílias em situação de carência económica, residentes no município, e consiste na atribuição de habitação, sujeito a um contrato de arrendamento, cujo valor é determinado em função do rendimento do agregado familiar e do número de descendentes menores.

Em síntese e em relação à área da habitação, pode-se destacar que, transversalmente ao território nacional, Viana do Castelo necessita de um investimento no reordenamento e requalificação do parque habitacional (recuperação e reabilitação) e da melhoria do acesso a habitação a custos controlados. Ciente desta necessidade, a Câmara Municipal de Viana do Castelo iniciou o processo de elaboração da Estratégia Local de Habitação.

Na perspetiva dos atores, Viana do Castelo debate-se atualmente com a necessidade premente de encontrar respostas habitacionais a custos controlados, na medida em que no território o seu número é reduzido. Neste sentido, a reabilitação do património habitacional degradado poderá contribuir para o aumento do número de fogos passíveis de serem arrendados.

O desfasamento entre os valores de aquisição de imóveis e de arrendamento praticados e os rendimentos das famílias surge como consequência da especulação imobiliária a

que se assiste nos últimos anos e do número reduzido de habitações para arrendar (privado e social) e para comprar existentes no território.

Importa ainda referir que a percentagem significativa de alojamentos vagos e outros que apresentam marcadas condições de degradação, identificados nos Censos de 2011, leva a pensar que a solução não deverá apenas passar pela construção de novos alojamentos, mas pela capacidade de regeneração do edificado de forma a proporcionar uma maior igualdade de oportunidade no acesso ao mercado da habitação, através de uma oferta mais adequada e acessível face aos rendimentos das famílias. Desta forma, e de acordo com as perceções recolhidas, parece tratar-se sobretudo da necessidade de definir novas políticas de habitação no concelho de Viana do Castelo, com vista a uma resposta adequada não só às necessidades das famílias, como às características sociais, económicas e ambientais do território.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

Tabela 75 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Habitação

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
Dificuldade de acesso a habitações sociais ou a custos controlados	Rendas elevadas	Revisão e implementação de políticas locais de habitação mais adequadas às características do território e da população através de um programa de rendas controladas
	Nº insuficiente de habitações para arrendar e adquirir no mercado privado	Criação de pólos de atração para jovens de modo a evitar saída de concelho Criar incentivos à colocação de habitação no mercado de arrendamento
	Nº insuficiente de fogos municipais	Revisão de política de habitação social no concelho
	Dificuldade económica por parte das famílias para suportar as rendas	Proporcionar maior igualdade no acesso ao mercado de habitação, através de uma oferta mais adequada e acessível aos rendimentos familiares Maior divulgação da medida de apoio ao arrendamento
Fracas condições de habitabilidade	Parque habitacional degradado	Diagnóstico das carências habitacionais

	<p>Habitacões antigas e sem requalificacão</p>	<p>Diagnóstico/levantamento das necessidades de requalificacão do património habitacional</p> <p>Implementar o plano estratéxico de habitacão municipal e reordenamento do território – Estratéxia Local de Habitacão</p> <p>Investimento em políticas de requalificacão e reabilitacão do parque habitacional</p> <p>Maior divulgacão dos apoios existentes para a requalificacão do edificado</p> <p>Descentralizacão dos fogos de habitacão social, que combata o estigma ainda associado pelos residentes e pela comunidade envolvente</p>
	<p>Falta de resposta habitacional para grupos populacionais específicos (idosos, pessoas com doenca física ou mental)</p>	<p>Criacão de respostas habitacionais adequadas às necessidades da populacão</p>

8.2. Saúde mental

A saúde mental é uma parte inseparável da saúde geral e do bem-estar do indivíduo, independentemente da saúde física. A Organização Mundial de Saúde define a saúde mental como “o estado de bem-estar no qual o indivíduo tem consciência das suas capacidades, pode lidar com o stress habitual do dia-a-dia, trabalhar de forma produtiva e frutífera, e é capaz de contribuir para a comunidade em que se insere”.

Os resultados do estudo sobre a prevalência de doenças mentais na população adulta portuguesa sugerem que Portugal é o país da Europa com maior prevalência de doenças mentais na população adulta: em 2016, um em cada cinco portugueses sofreu de uma doença psiquiátrica e quase metade já teve uma perturbação depressiva, de ansiedade ou de demência durante a sua vida.

De acordo com o conselho nacional de saúde, as perturbações mentais são a principal causa de incapacidade e a terceira causa em termos de carga da doença, sendo responsáveis por cerca de um terço dos anos de vida saudáveis perdidos devido a doenças crónicas não transmissíveis. Nesta área, a região do Norte, onde Viana do Castelo se integra, tem acompanhado a tendência nacional de aumento da proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas. Em 2018 a ARS Norte apresentava uma proporção de 11,1% de utentes com registo de perturbações depressivas, 7% com registo de perturbações de ansiedade e 0,8% com registo de demência, entre os utentes inscritos ativos em cuidados de saúde primária. Estas perturbações têm vindo a aumentar na Região desde 2011.

Tabela 76 – Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), por região de saúde (2011-2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Perturbações depressivas						
Norte	5,42	6,61	8,03	8,86	9,23	9,83
Centro	6,88	7,88	9,06	9,73	10,29	11,14
Lisboa e Vale do Tejo	3,71	5,23	5,74	6,63	7,50	8,00
Alentejo	6,05	7,23	8,74	9,62	10,30	11,13

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Algarve	2,40	3,34	4,43	5,04	5,69	6,79
Portugal Continental	5,34	6,85	8,01	8,98	8,69	9,32
Demência						
Norte	0,44	0,55	0,68	0,75	0,74	0,79
Centro	0,51	0,60	0,71	0,78	0,79	0,87
Lisboa e Vale do Tejo	0,31	0,47	0,55	0,64	0,68	0,73
Alentejo	0,56	0,70	0,90	1,01	1,00	1,09
Algarve	0,19	0,28	0,42	0,49	0,53	0,63
Portugal Continental	0,40	0,53	0,67	0,72	0,73	0,79
Perturbações da ansiedade						
Norte	3,34	4,16	5,08	5,65	6,00	6,46
Centro	4,27	4,94	5,79	6,32	6,74	7,35
Lisboa e Vale do Tejo	1,88	2,79	3,21	3,81	4,45	4,96
Alentejo	4,14	4,97	6,04	6,70	7,20	7,86
Algarve	1,44	2,09	2,96	3,45	3,95	4,71
Portugal Continental	3,51	3,77	4,49	5,07	5,54	6,06

Fonte: Programa Nacional para a Saúde Mental - 2017

Em relação ao concelho de Viana do Castelo, verifica-se a existência de fatores que podem contribuir para o aumento e manutenção das situações de doença mental, nomeadamente, o aumento do índice de envelhecimento do concelho.

O ACeS Alto Minho não dispõe de dados relativos à população afetada por doenças mentais ou psiquiátricas (em acompanhamento), o que constitui uma fragilidade evidente no sentido do conhecimento fundamentado acerca da evolução do número de doentes. De acordo com o Plano Local de Saúde do Alto Minho – extensão 2020, a taxa de mortalidade prematura por suicídio entre 2001 e 2010, na Região do Alto Minho tem vindo a aumentar, situando-se acima da taxa de Portugal continental e da Região Norte. Verificava-se em 2012 que as perturbações depressivas eram o quinto problema de saúde mais registado ao nível dos CSP, na ULSAM.

Também ao nível dos dados disponibilizados pelo INE (Estatísticas da Saúde, 2018), o número de consultas externas hospitalares na Região do Alto Minho, no ano de 2018,

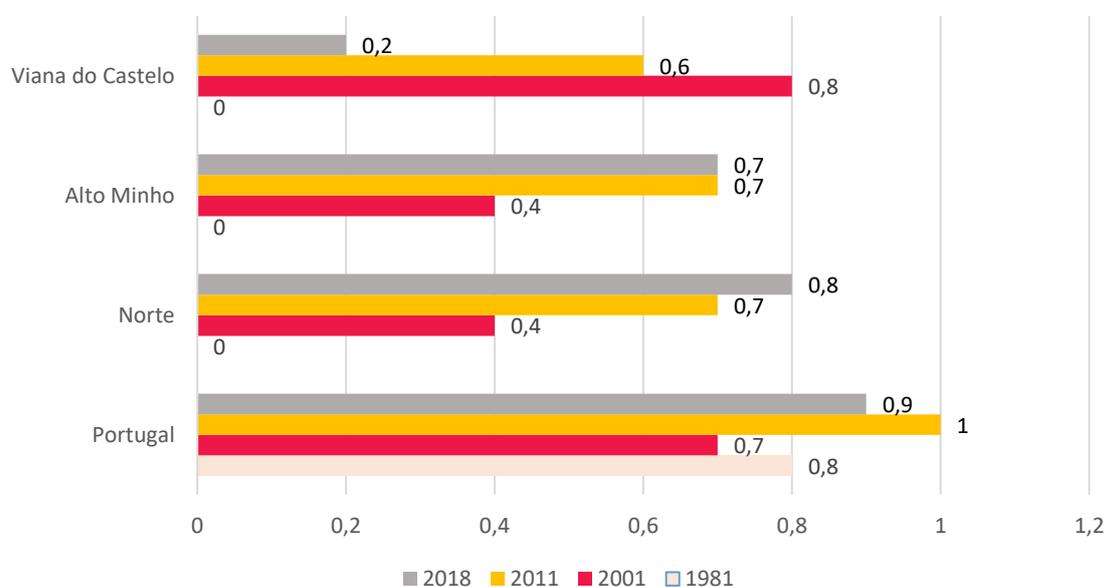
de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, não foram apresentados, sendo por isso de grande relevo a percepção dos atores locais.

De referir ainda que, apesar da mortalidade por motivos associados a perturbações mentais e do comportamento, demência e lesões autoprovocadas intencionalmente ser baixa, a mesma tem vindo a aumentar, nomeadamente entre 2011 e 2015, a nível nacional, na Região Norte e no Alto Minho.

No ano 2017, foram contabilizados 33 óbitos no município por transtornos mentais e comportamentais e 5 por suicídio e lesões autoprovocadas voluntariamente.

Considerando em específico as mortes por suicídio, o concelho de Viana do Castelo, de acordo com os dados disponíveis no Pordata, tem vindo a registar uma diminuição desde 2001, sendo de 0,8% nesse mesmo ano e 0,2% em 2018.

Gráfico 37 – Mortes por suicídio (%)

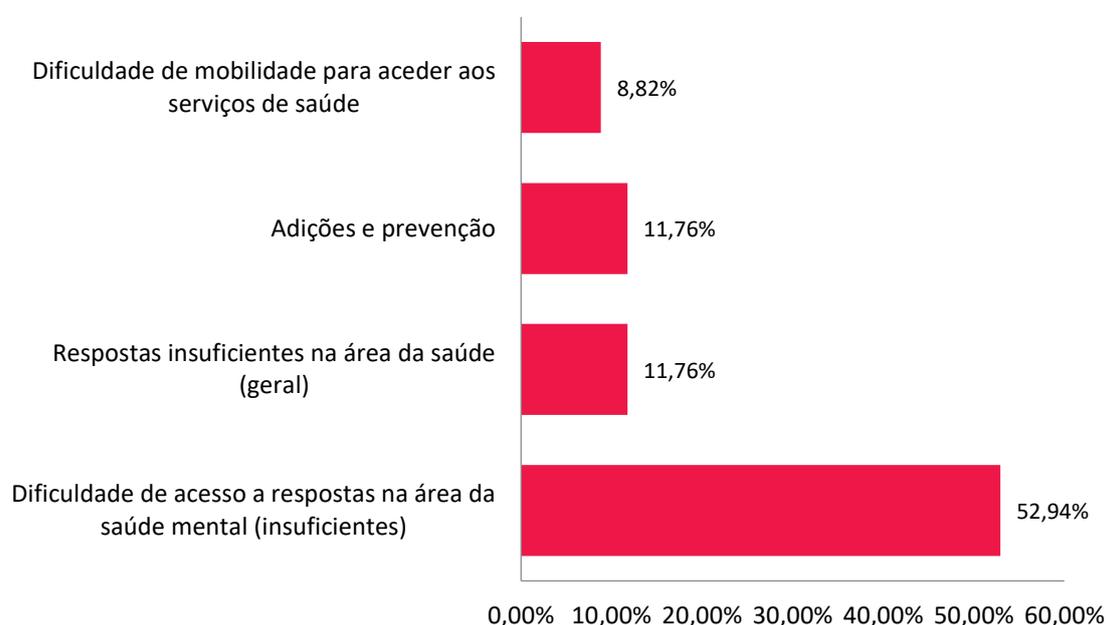


Fonte: PORDATA – Óbitos por causas de morte

Com efeito, e apesar da não existência de dados concretos na área da saúde mental no concelho de Viana do Castelo, foi possível verificar que esta é uma área de preocupação para os atores locais, sendo a área da saúde a segunda considerada mais prioritária pelos inquiridos e indicada como prioritária em dois dos três workshops realizados no território (saúde mental).

No inquérito realizado, os atores locais que identificaram problemas na área da saúde, evidenciaram como principal problema a área da saúde mental, nomeadamente a dificuldade de acesso a cuidados e serviços ao nível da saúde mental (53%). Esta problemática foi igualmente identificada em todos os workshops realizados, tendo sido considerada prioritária em dois deles.

Gráfico 38 – Problemas prioritários de Intervenção ao nível da Saúde identificados em inquérito online a atores locais (%)



De acordo com as perceções recolhidas, esta é uma problemática transversal a todo o território municipal, traduzindo-se na existência de poucas respostas e serviços nesta área, desde a prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento das pessoas com doença mental em contexto comunitário/residencial, como ao nível das equipas de intervenção comunitária e ao nível de equipamentos/estruturas físicas. Foram também referidas dificuldades na ocupação e inserção da população com estas problemáticas e a estigmatização a que são sujeitas.

Os atores locais destacam ainda as questões relacionadas com os cuidadores das pessoas com estas patologias, os quais não têm muitas vezes conhecimentos adequados, apoio de terceiros ou serviços que possibilitem o seu descanso.

Segundo as percepções recolhidas estes fatores contribuem para uma agudização das situações vivenciadas, para o aumento das dificuldades económicas das famílias bem como potenciam o aumento do isolamento social a que estas pessoas estão sujeitas.

Neste domínio são identificadas várias causas, nomeadamente o aumento do número de casos existentes na comunidade, a inexistência e pouca capacidade de resposta para algumas das problemáticas e necessidades existentes, a pouca relevância social que se dá à problemática e o desinvestimento e desinteresse político existente, bem como as questões familiares e financeiras. Para os atores locais a pouca especialização dos recursos humanos que trabalham com as problemáticas associadas, quer na área da infância, quer na área do envelhecimento é também um dos fatores que contribui para que as respostas existentes não sejam as adequadas às reais necessidades da população. Outras causas identificadas pelos atores incidem no facto de não existirem respostas públicas, acessíveis a todos, levando a que, por dificuldades financeiras, nem toda a população consiga aceder às respostas adequadas à sua situação. Por último são ainda referidas a desinformação e desvalorização da problemática e a não integração laboral desta população, como fatores que contribuem para uma desproteção da população.

No território são notórias consequências adjacentes da problemática como a extensão da lista de espera existente para consultas de especialidade e acompanhamento, a automedicação, a permanência de baixas psiquiátricas, o risco de pobreza a que estes doentes estão mais expostos, o aumento de pessoas em situação de sem-abrigo e a estigmatização dos mesmos.

Estas percepções e priorização dada pelos atores locais à saúde mental, vai de encontro ao Plano Local de Saúde do Alto Minho - Extensão 2020, no qual as perturbações depressivas e o suicídio foram identificados como problemas de saúde prioritários.

De acordo com os atores, tem-se verificado um aumento do número de pessoas com doença psiquiátrica, existindo uma incapacidade de resposta por parte das famílias perante a situação, mas também por parte dos serviços, o que potencia a desproteção destas pessoas e o agravamento da doença/estado de saúde psicológico, bem como, o desgaste/sobrecarga dos cuidadores que muitas vezes se sentem incapazes de dar resposta adequada às problemáticas, o isolamento dos doentes ou a sua integração em respostas pouco adequadas e aumento do risco de suicídio neste grupo-alvo.

Em linha com estes dados está o facto de nos países ocidentais industrializados, as perturbações psiquiátricas e os problemas relacionados com a saúde mental se terem tornado a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura (Plano Nacional de Saúde Mental, 2007-2016). Em 2010, as perturbações depressivas eram o terceiro motivo de carga global de doença e em 2030 prevê-se que sejam o primeiro, a nível mundial, com agravamento das taxas de suicídio e para-suicídio.

Segundo o Conselho Nacional de Saúde Mental (2013), existem grupos populacionais mais vulneráveis e fatores de risco para o aparecimento de doença mental. O desemprego, empobrecimento e ruturas familiares estão entre as causas mais frequentes para o aumento do risco de doença mental, nomeadamente, depressão, aumento de consumo de álcool e suicídio. Os homens têm um risco aumentado de doenças mentais, bem como jovens desempregados, e grupos com maior dependência (crianças, idosos e pessoas com doenças crónicas incapacitantes).

A prevalência de sintomas depressivos aumenta com a idade, sendo superior na população reformada, desempregada ou inativa (em comparação com a população empregada), bem como na população sem escolaridade e com o ensino básico (em comparação com o ensino secundário e superior) (INE, 2015). Esta evidência fundamenta a perceção dos atores locais que indicam que no município de Viana do Castelo existem alguns fatores que contribuem para o aumento do número de pessoas com diagnóstico de doença mental: o aumento do índice de envelhecimento e de dependência da população idosa no concelho; situações de isolamento em alguns grupos da população residente, com particular destaque para os idosos; o consumo de álcool, tabaco e outras drogas; e a vulnerabilidade económica das famílias.

Portugal foi pioneiro na área da saúde mental, sendo um dos primeiros países europeus a adotar uma lei nacional – Lei de Bases da Saúde Mental, em 1963, que propunha um modelo de cuidados baseado na comunidade e que permitiu a criação de centros de saúde mental em todos os distritos e o aparecimento de movimentos, tais como a psiquiatria social e a ligação aos cuidados de saúde primários. Nesse sentido, em 1998, é aprovada a Lei 36/98 e o Decreto-Lei n.º 35/99, a Lei de Saúde Mental, que estabelece os princípios gerais da política de saúde mental e regula o internamento compulsivo de pessoas com doença mental.

No entanto, apesar dos avanços positivos nesta área, nomeadamente, a criação de serviços descentralizados e o desenvolvimento de programas e estruturas de reabilitação psicossocial, ainda se verifica uma falta de planeamento e de apoio consistente dos serviços de saúde mental em Portugal. Segundo o Plano Nacional de Saúde Mental (2007-2016), os serviços de saúde mental em Portugal, sofrem de insuficiências graves, a nível da acessibilidade, da equidade e da qualidade de cuidados. Dos resultados obtidos, destaca-se:

- O número de pessoas com doença mental, que procura os serviços de saúde (1,7%), é extremamente baixo relativamente ao que seria de esperar (sabe-se que 5 a 8% da população sofre de uma perturbação psiquiátrica de certa gravidade em cada ano).
- O internamento é a resposta preferencial (83%) e que consome a maioria dos recursos, quando a evidência científica prova que as intervenções na comunidade, são as mais efetivas e as preferidas pelos utentes e suas famílias. É importante referir que, desde 2013, tem-se registado uma ligeira redução no número de internamentos, a qual poderá ser devida a uma diminuição da acessibilidade aos serviços especializados, mas também ao trabalho comunitário desenvolvido pelos serviços locais (Programa Nacional para a Saúde Mental 2017).

Apesar dos esforços e avanços, os recursos humanos atribuídos à saúde mental são ainda poucos, o que tem condicionado o desenvolvimento e a melhoria de serviços neste setor, o que é preocupante dado o impacto das doenças mentais na vida das pessoas. Existem, no entanto, algumas oportunidades que poderão ajudar a superar algumas das dificuldades, nomeadamente, as equipas prestadoras da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (RNCCISM), as unidades de saúde familiar e as unidades de psiquiatria e saúde mental nos hospitais gerais.

A necessidade de se implementarem programas locais, que envolvam os diversos atores (autarquias, saúde, segurança social, instituições de solidariedade social, entre outros) é de extrema importância para a promoção da saúde e prevenção da doença mental.

Verifica-se que, apesar de existir a preocupação por parte das entidades competentes na área da saúde mental, na perceção dos atores os recursos são insuficientes para responder ao número de casos identificados, sendo premente um maior investimento

ao nível dos serviços de saúde locais e na estruturação de respostas comunitárias de acompanhamento, quer ao nível de recursos humanos, quer ao nível de estruturas físicas.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

Tabela 77 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Saúde Mental

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
Respostas insuficientes face às necessidades	Incapacidade de resposta pelas entidades locais	<p>Aumento das respostas a nível territorial, descentralizadas e de fácil acesso às populações com vista ao tratamento;</p> <p>Abertura formal de unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental para a população adulta, infância e juventude;</p> <p>Fomentar equipamentos com respostas para esta população (ocupação diária, residencial, apoio domiciliário, etc.)</p>
	N.º elevado de pessoas com perturbações	<p>Capacitação de cuidadores formais e informais;</p> <p>Constituição de redes de apoio a cuidadores informais;</p> <p>Criação de respostas comunitárias que permitam o apoio (diário ou pontual) ao cuidador</p>
	<p>Sobrecarga dos cuidadores informais;</p> <p>Cuidadores formais e informais sem formação e conhecimento específico ao nível da saúde mental</p>	<p>Aumento do n.º de pessoas com demência, depressão e perturbações da ansiedade</p> <p>Existência de fatores como: Índice de Envelhecimento elevado, consumo de droga e álcool, situações de vulnerabilidade económica</p> <p>Isolamento da população</p>
Aumento do n.º de pessoas com doença mental		<p>Implementação de gabinetes de saúde no município;</p> <p>Implementar um Grupo de trabalho da Saúde Mental Concelhio, com atuação, por exemplo, ao nível da formação de competências sociais.</p>
Falta de respostas comunitárias de acompanhamento regular	Insuficiência económica que condiciona o acesso a serviços privados	<p>Constituição de equipas comunitárias locais, multidisciplinares e especializadas em saúde mental;</p> <p>Disponibilização da medicação mediante avaliação socioeconómica das famílias;</p> <p>Criação de um projeto de voluntariado direcionado para as áreas da saúde mental;</p>
	Falta de respostas comunitárias que garantam o acompanhamento	

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
	Acompanhamento insuficiente em contexto escolar	Constituição de equipas de saúde escolar
	Falta de articulação entre serviços	Melhorar articulação entre diferentes serviços de saúde
Comunidade pouco sensibilizada e informada sobre questões relacionadas com a saúde mental	<p>Fraca integração no mercado de trabalho de pessoas com doença mental;</p> <p>Estereótipos existentes na comunidade em relação às patologias mentais</p> <p>Necessidade de maior investimento em programas de prevenção</p>	<p>Estabelecimento de parcerias/celebração de protocolos com entidades privadas para integração de pessoas com doença mental;</p> <p>Promover uma ação concertada no âmbito da intervenção em saúde mental, em articulação com Saúde, Autarquia, Instituições do concelho, que atuem ao nível da prevenção, monitorização e acompanhamento</p> <p>Realização de iniciativas no âmbito da “educação para a saúde” / “literacia em saúde”</p>

8.3. Pessoas Idosas

No concelho de Viana do Castelo verifica-se uma diminuição da população residente, contudo, tal como já foi referido anteriormente, existe um aumento da população com 65 ou mais anos, em todas as freguesias do concelho. Verifica-se ainda que o Índice de Dependência e o Índice de Envelhecimento têm vindo a aumentar. Em 2019, existiam aproximadamente trinta e cinco pessoas com idade igual ou superior a 65 anos para cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade (Índice de Dependência de Idosos - 35,3) e por cada cem pessoas com idade inferior a 15 anos existiam 189 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos (Índice de Envelhecimento - 189,4).

O isolamento social, a solidão, a dificuldade de acesso a respostas sociais da rede solidária, a precariedade económica, a limitação da retaguarda e apoio familiar, entre outros fatores, são os que, para os *stakeholders* presentes nos *workshops*, se apresentam como fundamentais para uma reflexão e intervenção na área do envelhecimento no concelho.

O envelhecimento demográfico nos países industrializados é uma realidade, e Portugal não é exceção, sendo o terceiro país da União Europeia, com maior percentagem de pessoas idosas (21,7%, em 2018) (PORDATA), logo depois da Itália e Grécia.

O envelhecimento populacional advém quer do declínio da fecundidade, quer do aumento da longevidade, fatores que se têm vindo a alterar nas sociedades ocidentais, quer por fatores sociais e do mercado de trabalho, quer pelo próprio desenvolvimento da área da saúde e melhoria na qualidade de vida das populações. Nos últimos anos, tem-se registado uma queda da natalidade, com visível decréscimo da população jovem (0 a 14 anos de idade) e da população em idade ativa (15 a 64 anos de idade) e aumento da população idosa (65 e mais anos de idade).

O número de pessoas com idade igual ou superior a 75 anos também tem vindo a aumentar, o que traduz igualmente maior longevidade da população. Entre 2001 e 2011, a maior variação percentual registou-se na faixa etária entre os 80 e os 84 anos (48,7%) e entre 2011 e 2019, na faixa etária com 85 ou mais anos (47,3%).

Em 2018, a esperança de vida à nascença em Portugal era de 80,9 anos (em média), tendo aumentado dois anos na última década (PORDATA).

Em 2019, 2,2 milhões de pessoas em Portugal tinham mais de 65 anos (cerca de 22% da população total). Segundo as projeções do INE, o agravamento do envelhecimento demográfico irá manter-se durante 40 anos. Prevê-se que, até 2080, o número de jovens irá diminuir de 1,4 milhões, em 2017, para 0,9 milhões, o número de idosos aumentará para 2,8 milhões, o índice de envelhecimento mais do que duplicará (passando de 147 para 317 idosos, por cada 100 jovens) e a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Esta tendência é transversal a todas as regiões de Portugal (INE, Projeções de População Residente 2015-2080).

Tabela 78 – Indicadores de população (Portugal)

	2009	2019
Taxa bruta de natalidade	9,4‰	8,4‰
Índice de envelhecimento	117,8%	161,3%
Índice de longevidade	46,9%	48,5%
Taxa de fecundidade	39,0‰	37,9‰

Fonte: PORDATA

O envelhecimento da população é um fator que tem implicações em diferentes domínios, como a saúde, proteção social e no próprio mercado de trabalho.

Em 2019, cerca de 22% da população ativa tinha mais de 55 anos. No mesmo ano, a taxa de inatividade da população com mais de 65 anos foi de 88,2%, tendo-se registado uma variação percentual de 5,3% em 10 anos. É assim de ter em conta o próprio peso que esta alteração sociodemográfica tem ao nível orçamental do país, sendo possível verificar que, entre 2007 e 2017, existiu um aumento de 13,9% do número de pensões de velhice do regime da segurança social.

Em Portugal, o risco de pobreza na população idosa continua sem diminuir, ao contrário das restantes faixas etárias. De acordo com o Inquérito às Condições de vida e Rendimento, realizado em 2018⁴⁹, a população idosa aumentou o risco de pobreza para 17,7%, mais 0,7 pontos percentuais que em 2016, o que indica que, mesmo após

⁴⁹ INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2018

receberem transferências sociais, esta população se encontrava com um rendimento líquido mensal inferior a 468€.

Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (ENEAS) (2017-2025).

Um dos Eixos Estratégicos da ENEAS assenta na “promoção de iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência, adiar o aparecimento e controlar o agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas e potenciar a sua autonomia”. Para garantir a satisfação das necessidades de saúde e sociais das pessoas idosas é fundamental que existam no território estruturas, equipamentos e serviços adequados a essas mesmas necessidades. As respostas para pessoas idosas devem também privilegiar a sua inserção social e comunitária, garantindo sempre que possível a permanência das pessoas no seu domicílio e meio familiar e social.

De acordo com a Carta Social (consultada em fevereiro 2021), o concelho apresenta as seguintes respostas sociais para pessoas idosas: Centro de Convívio (CC), Centro de Dia (CD), Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Unidade de Convalescença, Unidade de média duração de reabilitação e Unidade de longa duração de reabilitação. As duas últimas respostas sociais apresentadas em carta social, apesar de identificarem vagas, nenhuma delas apresenta lotação à data de registo (fevereiro 2021).

No total, são 68 as respostas para pessoas idosas, na sua maioria da rede solidária (88,24%: 60 respostas).

Tabela 79 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	Centro de Convívio			Centro de Dia		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Viana do Castelo (concelho)	5	5	0	17	16	1

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada à data de fevereiro 2021)

Tabela 80 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º)
(Cont.)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	ERPI			SAD		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Viana do Castelo (concelho)	18	15	3	25	22	3

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada à data de fevereiro 2021)

Tabela 81 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º)
(Cont.)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	Unidade de Convalescença			Unidade de Reabilitação		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Viana do Castelo (concelho)	1	0	1	2*	2	0

*As unidades de reabilitação são de longa e média duração (1 de cada tipologia)

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada à data de fevereiro 2021)

O conjunto dos equipamentos, rede social e privada, apresenta uma capacidade de resposta para 2577 pessoas idosas: 155 em Centro de Convívio, 481 em Centro de Dia, 1087 em SAD, 678 em ERPI, 24 na Unidade de convalescença, 16 na Unidade de média duração de reabilitação e 16 na Unidade de longa duração de reabilitação.

Atualmente, a ocupação nos equipamentos da **rede solidária**, considerando o número total de vagas das referidas respostas sociais, encontra-se na ordem dos 71,5%, (52,3% em Centro de Convívio, 64,9% Centro de Dia, 63,5% em SAD e 99,6% em ERPI e 0% nas Unidades de média e longa duração) e na ordem dos 45,7%, nos equipamentos da **rede privada** (25,7% em Centro de Dia, 88% em ERPI e, 8,5% em SAD e 100% na Unidade de convalescença).

Destas taxas de ocupação destaca-se que a resposta de ERPI está atualmente a atingir o máximo da sua capacidade de resposta no concelho, bem como algumas das entidades com a resposta de SAD (4 equipamentos da rede solidária apresentam uma taxa de ocupação de 100%).

É importante referir que, tendo em consideração o contexto de pandemia que atravessamos, em que os Centros de Dia e os Centros de Convívio suspenderam o seu

funcionamento, muitos dos utentes ficaram no seu domicílio, alguns com apoio de familiares. Este poderá ser uma das justificações para as taxas de ocupação em Centro de Dia, SAD e Centro de Convívio sejam inferiores a 70%. Segundo a perceção dos atores locais, antes da situação pandémica, as respostas de Centro de Dia e SAD eram insuficientes para as necessidades existentes no território, sendo por isso importante refletir e avaliar esta situação, após o período de pandemia, tentando ajustar a oferta às reais necessidades do território.

Relativamente ao número de equipamentos com Acordos de Cooperação com o ISS, IP para as referidas respostas sociais, destaca-se que à data de fevereiro de 2021 existem no território: 16 Centros de Dia (com uma ocupação total de 286 utentes), 5 Centros de Convívio (que apoiam 81 utentes), 22 SAD (com 608 utentes) e 15 ERPI (559 utentes).

Tabela 82 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º)

Respostas sociais para pessoas idosas								
Território	CC				CD			
	Rede solidária		Rede privada		Rede Solidária		Rede privada	
	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Viana do Castelo (concelho)	155	81	0	0	441	286	70	18

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada à data de fevereiro 2021)

Tabela 83 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º)

Respostas sociais para pessoas idosas								
Território	SAD				ERPI			
	Rede solidária		Rede privada		Rede Solidária		Rede privada	
	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Viana do Castelo (concelho)	957	608	130	11	561	559	117	103

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada à data de fevereiro 2021)

Tabela 84 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (N.º)

Respostas sociais para pessoas idosas								
Território	Unidade de Convalescença				Unidade de reabilitação			
	Rede solidária		Rede privada		Rede Solidária		Rede privada	
	Cap.	Ocup.	Cap.	Ocup.	Cap.	Ocup.	Cap.	Ocup.
Viana do Castelo (concelho)	0	0	24	24	16 (longa duração) 16 (média duração)	0	0	0

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada à data de fevereiro 2021)

Analisando as respostas sociais existentes para as pessoas idosas por freguesia, é possível verificar que as freguesias de Mujães, Outeiro, U.F. Torre e Vila Mou e U.F. Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda não têm qualquer resposta social para pessoas idosas.

Dos atores sociais que identificaram as Pessoas Idosas como área prioritária de intervenção no inquérito por questionário, 40% identificaram a solidão e isolamento como um dos principais problemas e, 40% identificaram como fragilidade neste domínio a insuficiente resposta da rede solidária ao nível das respostas sociais existentes, nomeadamente ERPI, embora tenham sido também identificadas lacunas no Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia. Também os participantes dos *workshops* da Rede Social e das freguesias de Viana do Castelo identificaram estes dois problemas, os quais têm diferentes origens, mas que provocam e acentuam outras problemáticas.

Relativamente à resposta de ERPI no concelho, verifica-se que as respostas sociais da rede solidária estão com uma taxa de ocupação de 99,6% sendo na rede privada que se encontram mais vagas disponíveis, de acordo com a carta social, o que pode indicar a dificuldade, ao nível económico, para aceder a esta resposta social. Esta é uma das causas identificadas pelos atores locais para que os mesmos estejam em situação de isolamento, na medida em que não tendo capacidade económica de garantir a resposta de ERPI na rede privada, não conseguem alterar a sua situação uma vez que na rede solidária são existem vagas disponíveis.

Esta dificuldade de acesso a respostas sociais adequadas às suas necessidades e as dificuldades financeiras levam a que outros problemas e preocupações estejam presentes no território, como é o caso do isolamento, mas também a sobrecarga dos cuidadores ou a degradação da qualidade de vida desta população.

As questões relacionadas com o isolamento e solidão dos idosos também foram identificadas como sendo prioritárias pelos atores sociais e transversais em todo o território, ainda que em freguesias e lugares mais afastados dos centros urbanos, estas situações sejam ainda mais preocupantes já que a rede de transportes e o acesso a bens e serviços ficam ainda mais dificultados e condicionados.

Os atores referem como principal fator a ausência de suporte familiar, que devido a diversos fatores se afastou ou não tem capacidade de apoiar e cuidar dos progenitores (emprego e habitação, apontadas como principais fatores para este afastamento). A precariedade das habitações, os baixos rendimentos, o aumento de dependência, doenças crónicas, problemas de saúde mental, e respostas sociais insuficientes, bem como a rede de transportes públicos deficitária, aumenta o risco de isolamento social nesta população. Este problema interfere com a saúde física e mental, afetando negativamente a qualidade de vida desta população.

No concelho de Viana do Castelo, em 2011, eram 2713 os idosos que viviam sozinhos. Sendo na União de freguesias de Viana do Castelo que se concentrava maior número de idosos a residir sozinhos (919).

Outra das situações referidas pelos atores sociais prende-se com a adequação das respostas sociais às necessidades das pessoas idosas. Segundo estes, o número de pessoas diagnosticadas com demência e o número de pessoas com situações de dependência e incapacidade tem aumentado. Devido à inexistência de respostas adequadas à sua situação no território, à carência económica e à fragilidade do apoio de cuidadores informais, estas pessoas encontram-se integradas nas respostas sociais típicas, que segundo os atores sociais, não respondem de forma adequada às suas necessidades, ou ficam isoladas e sem o apoio necessário à sua situação. Também a inexistência de respostas que atuem na promoção e manutenção de capacidades físico-motoras e cognitivas desta população, e que promovem uma maior autonomia e qualidade de vida, são constrangimentos identificados no âmbito da adequação das respostas.

Através dos dados referidos anteriormente é possível constatar que a resposta de ERPI é a que apresenta uma taxa de ocupação mais elevada, seguida de Centro de Convívio e Centro de Dia. Estes dados podem ser reflexo da impossibilidade ou incapacidade da rede de suporte familiar em assegurar os cuidados da pessoa idosa, do agravamento do estado de geral de saúde, levando a situações de maior dependência e incapacidade.

É importante destacar que, para além dos serviços prestados pelas respostas sociais anteriormente referidas, existem no território projetos que intervêm com a população idosa e que têm como principal objetivo contribuir para a atenuação das necessidades identificadas nesta população, contribuindo para o seu bem-estar e manutenção no seu meio familiar e social, nomeadamente:

- **Projeto Sénior + ativo** – medida promovida pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, para todos os munícipes com idade igual ou superior a 65 anos e que pretende promover a participação ativa e ocupação saudável da população sénior, facilitando-lhe o acesso a atividades culturais e recreativas do concelho e valorizando o seu papel na sociedade.
- **Bem-me-quer mais perto** – resposta coordenada pela C. M. de Viana para dar resposta a pessoas idosas que vivam em situação de solidão, isolamento social e/ou de perda de independência. Através de equipas de voluntários que se deslocam a cada desta população, existe um acompanhamento gratuito das pessoas idosas.
- **Vencer a Idade com Saúde** – programa desenvolvido pela(s) junta(s) de freguesia em articulação com a Câmara Municipal e que permite a prática de hidroginástica e ginástica à população com + de 65 anos.

Em síntese, o concelho de Viana do Castelo tem assistido a um envelhecimento da sua população, existindo neste momento um elevado número de pessoas idosas, em muito superior ao registado no início do ano 2000. Também a heterogeneidade do território caracteriza os fatores que podem acentuar as necessidades sentidas pela população idosa. Se em zonas mais rurais, o isolamento social da população idosa é percecionado como sendo agravado pela fragilidade da rede de transportes públicos, noutras zonas é referido que o fato de não existir oferta no mercado imobiliário e oferta de trabalho leva ao afastamento físico de redes de suporte informais.

Assim, as necessidades mais prementes relativamente à área das pessoas idosas, no concelho de Viana do Castelo, centram-se na dificuldade do acesso a respostas sociais adequadas às suas necessidades (quer por inexistência ou insuficiência das mesmas, quer pelo funcionamento e serviços oferecidos destas se encontrar desajustado face às reais necessidades e capacidades financeiras da população), bem como, na perceção de que existem pessoas idosas em situação de isolamento social, as quais não

conseguem aceder a serviços e respostas que lhes permitam ter melhor qualidade de vida.

Os organismos do poder local, bem como, as instituições que prestam apoio a esta população têm vindo a desenvolver projetos e respostas complementares que contribuem para atenuar estes problemas, no entanto, são insuficientes face às reais necessidades. O planeamento e reorganização de serviços de apoio às pessoas idosas, que contemplassem as reais necessidades das mesmas, bem como a otimização da rede de transportes e a criação de estratégias alternativas de cuidados informais, poderão ser essenciais para contribuir para o aumento da mobilidade, participação e qualidade de vida desta população.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área.

Tabela 85 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito das Pessoas Idosas

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
Pessoas idosas sem acesso às respostas sociais adequadas às suas necessidades	Aumento do n.º de pessoas idosas	Promoção de estratégias no âmbito das políticas de envelhecimento ativo
	Agravamento de situações de dependência e diagnóstico de demência	Reforço da capacidade dos equipamentos, respostas sociais da rede solidária e ajudas técnicas, bem como, adequação do seu funcionamento e serviços face às necessidades identificadas (situações de demência e de maior dependência)
	Vagas insuficientes em SAD, ERPI e CD	Implementar respostas no âmbito da promoção e manutenção das capacidades físico-motoras e cognitivas das pessoas idosas Desenvolver estratégias de articulação entre as instituições que prestam serviços de apoio a pessoas idosas, as equipas hospitalares e dos cuidados de saúde primários de forma a assegurar uma melhor qualidade de vida no domicílio
	Suporte familiar insuficiente	Desenvolver rede de cuidadores informais e formais Desenvolver estratégias/serviços que permitam o apoio e descanso dos cuidadores
Isolamento social das pessoas idosas	Rede de transportes insuficiente;	Melhorar a rede de transportes públicos, ao nível de percursos, horários e acessibilidades para pessoas com incapacidades
	Ausência de respostas locais;	Realizar o mapeamento de situações de isolamento social de pessoas idosas no concelho;

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
	Suporte Familiar insuficiente	<p>Criar um plano Gerontológico concelhio (com articulação de respostas existentes, formação específica de equipas, respostas e projetos para envelhecimento saudável, capacitação de cuidadores formais e informais, etc.)</p> <p>Criação de grupo de trabalho sobre as pessoas idosas</p> <p>Dinamizar rede de “Teleassistência” de cuidado diário com a população isolada;</p> <p>Aumentar a dinamização da rede de voluntariado em projetos de visita a idosos, bem como em projetos que promovam atividades desta população</p>

8.4. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

No âmbito da área da deficiência importa destacar que a recolha de dados estatísticos nesta área sofreu, em 2011, alterações ao nível dos conceitos utilizados e por isso foram também alterados os indicadores de recolha de informação. Neste sentido, passou o Instituto Nacional de Estatística, a utilizar o conceito de Incapacidade, um conceito mais abrangente que o da “deficiência” que era utilizado até então. A incapacidade recai não apenas na população com deficiência, mas também na população com limitações à sua atividade e restrições de participação, sendo indicadores como o tomar banho, vestir-se sozinho, andar ou subir degraus, compreender e ser compreendido alguns dos utilizados para aferir a população com incapacidade.

A caracterização da população com incapacidade residente no concelho de Viana do Castelo encontra-se detalhada no capítulo anterior (ponto 7.2.5. – Pessoas com deficiência e/ou incapacidade). É certo que, devido à tipologia dos indicadores utilizados para caracterizar esta área, a maioria das pessoas com incapacidade residentes no concelho tem idade igual ou superior a 70 anos (47,80%).

Na Europa estima-se que 10 a 15% da população apresente alguma deficiência ou incapacidade, e que as principais causas sejam decorrentes de doença, acidentes e de estados incapacitantes na população idosa, pelo que se prevê que o número de pessoas com deficiência aumente de forma acentuada devido, entre outros motivos, ao aumento da esperança de vida.

Portugal acompanha esta tendência, apresentando à data de 2011, 17,4% da população com pelo menos uma dificuldade na realização de atividades básicas. Os problemas músculo-esqueléticos e as dificuldades que advêm dos mesmos, nomeadamente ao nível da mobilidade (andar e subir degraus) constituíam o principal problema.

Com efeito, verifica-se de forma global que o número de pessoas com deficiência e/ou incapacidade tem vindo a aumentar, sobretudo como consequência de doenças que interferem com a funcionalidade, algumas das quais decorrentes do processo envelhecimento. De acordo com os resultados dos censos de 2011, cerca de 50% da população idosa tem muita dificuldade ou não consegue realizar, pelo menos uma, das seis atividades de vida diárias.

Nesse sentido, e analisando de forma mais aprofundada a realidade do município de Viana do Castelo, é de destacar desde logo o aumento do índice de envelhecimento de 135,8 para 186,1 entre 2011 e 2018.

Não obstante das dificuldades inerentes às incapacidades existentes na população idosa, que foram alvo de análise no ponto anterior, os atores locais identificaram como área prioritária de intervenção para o concelho, a deficiência, nomeadamente o combate ao estigma e discriminação, o acesso a respostas que garantam a satisfação das suas necessidades e a integração socioprofissional das pessoas com deficiência.

As perceções recolhidas junto dos atores da rede social de Viana do Castelo, por via de questionário, permitem verificar que a problemática da deficiência/incapacidade se destaca como a quinta considerada como mais importante para a Rede Social (22 em 58 respondentes, consideraram-na com nível de importância entre 9 e 11, numa escala com nível máximo de 11).

Apesar de nos *workshops* territoriais, a área da deficiência não ter sido destacada como área prioritária de intervenção, os problemas e necessidades existentes neste âmbito foram discutidos nos diferentes grupos de trabalho.

1. Acesso a respostas adequadas às necessidades

Analisando as respostas ao inquérito *online*, um dos problemas mais referidos nesta área, prende-se com a dificuldade de acesso por parte de pessoas com deficiência a respostas sociais adequadas às suas necessidades, principalmente pelo número insuficiente de respostas nesta área, em particular ao nível de Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais, intervenção precoce e de Centros de atendimento, acompanhamento e reabilitação social para esta população (nomeadamente reforço do Centro de Recursos para a Inclusão), o que leva à sua integração em respostas pouco adequadas às suas necessidades.

No concelho existem as seguintes tipologias de resposta para as pessoas com deficiência: Intervenção precoce, Lar de Apoio, Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial, Centro de Atendimento / acompanhamento e animação e Apoio em Regime de Ambulatório (ARA), com a seguinte capacidade e distribuição territorial:

Tabela 86 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas com deficiência no concelho de Viana do Castelo (N.º)

Resposta Social	Respostas sociais para pessoas com deficiência			
	Freguesia	Entidade / organização	Capacidade	Ocupação
Intervenção precoce	Santa Marta de Portuzelo	APCVC	80	80
	UF de Viana do Castelo e Meadela	APPACDM	37	37
Lar de Apoio	UF de Viana do Castelo e Meadela	APPACDM	24	24
CAO	Darque	Fundação AMA	15	13
	Areosa	APPACDM	90	90
	Darque	APPACDM	30	27
	Darque (Cabedelo)	APPACDM	60	52
	UF Viana do Castelo e Meadela	APPACDM	30	28
Lar Residencial	Darque	APPACDM	46	44
Centro de Atendimento / acompanhamento e animação	UF de Viana do Castelo e Meadela	ACAPO	40	40
ARA	Santa Marta de Portuzelo	APCVC	300	227
	UF de Viana do Castelo e Meadela	Íris Inclusiva	38	42

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada à data de fevereiro 2021), informação facultada pela APPACDM e sites institucionais

Como é possível observar através dos dados expostos na tabela, a taxa de ocupação das respostas de Intervenção precoce, Lar de Apoio e do Centro de Atendimento é de 100%. Muito próximo da taxa de ocupação máxima encontram-se as respostas de Lar Residencial (96%) e de CAO (93%). Estes dados corroboram a necessidade de aumentar capacidade das respostas sociais, para que seja possível responder às necessidades existentes na população com deficiência.

Também a falta de apoio às famílias com pessoas com deficiência a cargo foi identificada como um problema nesta área de intervenção, na medida em a falta de respostas sociais para a população com deficiência/incapacidade implica a dependência de um cuidador, o qual fica muitas vezes desgastado física e emocionalmente, assim como impossibilitado muitas vezes de aceder ao mercado de trabalho, facto que acaba por se repercutir também nas questões financeiras destas famílias. Também as questões financeiras podem agravar a situação vivida por estes agregados familiares, quando estes não têm condições para garantir o acesso a serviços.

2. Inserção socioprofissional

De acordo com os atores locais, a dificuldade de integração no mercado de trabalho também é um dos problemas sentidos no território. A reduzida contratação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade tem-se refletido na baixa taxa de empregabilidade desta população, o que contribui para o agravamento de situações de vulnerabilidade social e económica.

De acordo com os Indicadores de Direitos Humanos 2020⁵⁰, em Portugal, no primeiro semestre de 2020 verificou-se um aumento de 10% face aos dados globais do desemprego registado entre pessoas com deficiência no ano 2019⁵¹. Nesse mesmo ano, registou-se uma diminuição de 3,1% de pessoas com deficiência abrangidas pelas medidas de apoio ao emprego e formação profissional (cerca de 37.200 pessoas).

No concelho de Viana do Castelo existe um Centro de Emprego Protegido, promovido pela APPACDM, que assegura atualmente emprego remunerado a cerca de 30 pessoas com deficiência, em 11 áreas de produção, distribuídas por 2 setores (oficinal e agro). No entanto, esta resposta, apesar de benéfica, é ainda insuficiente face às necessidades existentes de integração profissional desta população.

Os atores sociais consideram que uma das principais estratégias para aumentar a empregabilidade da população com deficiência se centra no investimento na sensibilização / informação às empresas sobre os apoios estatais existentes e sobre a sua responsabilidade social, bem como o estabelecimento de parcerias entre empresas e centros de formação profissional para realização de estágios.

3. Combate ao estigma é à discriminação

A necessidade de se promover a inclusão social das pessoas com deficiência foi também identificada pelos atores locais. Segundo estes, ainda subsistem no concelho comportamentos de estigma e discriminação, estrutural e sistémica, em parte por existir desconhecimento pela comunidade das dificuldades que as pessoas com deficiência sentem, bem como por não reconhecerem as suas capacidades. O estigma e a discriminação, condicionam o acesso das pessoas com deficiência a direitos humanos fundamentais em diferentes dimensões da sua vida como sejam a educação, emprego

⁵⁰ Pessoas com Deficiência em Portugal – Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos

⁵¹ A taxa de desemprego nas pessoas com deficiência em Portugal, no ano 2019, era de aproximadamente 17,6%)

e proteção social, remetendo-as, frequentemente, para situações de pobreza, dependência e exclusão social.

Os dados do Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos indicam que em Portugal, no ano 2019, existiu um aumento de 40%, face a 2018, nas queixas por discriminação com base na deficiência, tendo sido a área das acessibilidades a mais problemática. Nesse mesmo ano, a maioria dos portugueses (58%) consideraram que no nosso país é “comum” ou “bastante comum” a ocorrência de situações de discriminação com base na deficiência (dados do Eurobarómetro sobre Discriminação na União Europeia). No entanto, a deficiência passou de segundo para sexto principal motivo de discriminação em Portugal, entre os anos de 2015 e 2019.

As políticas públicas, no âmbito da deficiência, também têm contribuído para uma melhoria na inclusão social e profissional desta população. Como exemplo, entre setembro de 2019 e outubro de 2020, foram realizadas duas alterações legislativas relevantes na área das acessibilidades (quer físicas quer sobre informação)⁵².

De acordo com os atores locais, a falta de acessibilidade nas infraestruturas, a insuficiência de meios adaptados, mas também a falta de acesso a serviços e a produtos, nomeadamente no que respeita ao acesso à informação, são também problemas identificados, que têm condicionado a mobilidade e a utilização dos serviços pelas pessoas com deficiência contribuindo igualmente para o agravamento de situações de exclusão e isolamento social.

Tendo em consideração os problemas e necessidades existentes neste âmbito, torna-se crucial perspetivar medidas e estratégias que contribuam para a sua mitigação. A Estratégia Nacional da Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD) surge como um instrumento fundamental para a inclusão e valorização das pessoas com deficiência, que define medidas / ações específicas enquadradas nos seguintes eixos estratégicos: Cidadania, igualdade e não discriminação; Promoção de um ambiente inclusivo; Educação e qualificação; Trabalho, emprego e formação profissional; Promoção da Autonomia e vida independente; Medidas, serviços e apoios sociais; Cultura, desporto, turismo e lazer; Conhecimento, investigação, inovação e desenvolvimento. Até final de dezembro de 2020, decorreu o processo de consulta pública da ENIPD, em que todos os cidadãos foram convidados a participar.

⁵² Lei n. 92/2019, de 4 de setembro e Portaria n.º 200/2020, de 19 de agosto

O Município de Viana do Castelo e as organizações sediadas no concelho, atentas à problemática da deficiência, têm procurado desenvolver ações/ projetos vocacionados para a promoção de uma maior qualidade de vida desta população, nomeadamente:

- **Balcão da Inclusão** (em funcionamento desde setembro de 2019) – É dirigido a pessoas com deficiência ou incapacidade, suas famílias, organizações e outros que, direta ou indiretamente, intervêm na área da deficiência. Tem como objetivo prestar informação e mediação especializada e acessível sobre direitos e benefícios de acordo com a legislação em vigor, recursos e serviços existentes, bem como encaminhamento, mediação e sensibilização junto dos diferentes organismos.

- **Aplicação web – WALKOME** (em funcionamento desde 2017) – aplicação online, que permite calcular percursos pedonais acessíveis no concelho de Viana do Castelo. Esta aplicação foi desenvolvida no âmbito do projeto “Viana do Castelo Cidade Saudável” com o objetivo de promover a mobilidade no concelho, eliminando os obstáculos / barreiras físicas, sociais e culturais que se colocam às pessoas com mobilidade condicionada.

- **Desporto para Todos** – projeto que resulta de uma parceria entre a CM de Viana do Castelo e a APPACDM. Tem como objetivo a disseminação e a implementação do desporto adaptado nas diversas modalidades desportivas para pessoas com deficiência, incapacidade ou necessidades educativas especiais. Contempla a vertente desportiva/recreativa e a vertente terapêutica.

- **Centro de Recursos para a Inclusão** – gerido pela APPACDM de Viana do Castelo e acreditado pelo Ministério da Educação, dispõe de serviços especializados em 17 agrupamentos de escolas do distrito de Viana do Castelo com vista à promoção da implementação de práticas de educação inclusiva. São exemplos os Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA) e as Salas especializadas em Autismo existentes nas escolas do concelho, desde o 1º CEB ao Ensino Secundário.

- **Centro de Recursos TIC para a Educação Especial** – o CRTIC de Viana do Castelo está sediado no Agrupamento de Escolas da Abelheira e abrange também os Agrupamentos de Escolas de outros concelhos. Tem, entre outras atribuições, e enquanto entidade prescritora a função de avaliar os alunos com necessidades

educativas especiais, que necessitam de produtos de apoio para aceder ao currículo, a função de prestar serviços de informação, formação e aconselhamento aos professores e à comunidade educativa em geral, no que respeita à utilização dos produtos de apoio e a função de promover sessões públicas no âmbito das necessidades educativas especiais e da utilização de produtos de apoio.

São ainda serviços / respostas direcionadas para apoiar pessoas com deficiência, no concelho de Viana do Castelo:

- **Apoio em Regime Ambulatório (ARA)**, promovido pela Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo (APCVC), destina-se a crianças acima dos 6 anos, jovens e adultos, com quadro de paralisia cerebral ou doenças neurológicas afins e outras com compromisso motor iniciadas até aos 5 anos de vida. Integra a prestação de apoio de terapia da fala, terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia, apoio de serviço social, consultas médicas de especialidades (pediatria do neuro desenvolvimento, neurologia, neuropediatria, medicina física e reabilitação, ortopedia). A Íris Inclusiva – Associação de Cegos e Amblíopes também dispõe de ARA, destinado a crianças a partir dos seis anos, jovens e adultos com deficiência visual, bem como os seus familiares e técnicos inseridos nos recursos da comunidade
- **Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI)**, promovido pela APCVC, apoia pessoas adultas com deficiência na promoção da sua autonomia (cuidados pessoais, deslocações, participação em atividades culturais e desportivas, apoio no posto de trabalho, entre outras);
- **Núcleo para a Inclusão Digital e Centro prescritor de produtos de apoio**, ambos promovidos pela APCVC.
- **Centro de Formação Profissional**, promovido pela APPACDM, tem como objetivo promover ações de formação que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade.
- **Centro Educacional**, promovido pela APPACDM e localizado na freguesia de Areosa, destina-se a crianças e jovens (entre os 6 e os 18 anos) com deficiência mental e/ou outras associadas visando o seu desenvolvimento físico e psicológico, através de projetos adequados às respetivas idades com o fim de as preparar para a formação profissional ou para uma atividade ocupacional.

Em síntese e em relação à área da deficiência, pode-se destacar que os problemas / necessidades mais referidos pelos atores locais centram-se: na dificuldade de acesso das pessoas com deficiência a respostas adequadas às suas necessidades, visto que os equipamentos existentes não têm a capacidade necessária para responder aos pedidos, sendo necessário um investimento no alargamento dos mesmos e no reforço dos recursos humanos afetos aos projetos / serviços para esta população; na desproteção dos cuidadores informais de pessoas com deficiência, que se encontram frequentemente sobrecarregados nas várias esferas da sua vida; e na dificuldade de inclusão social e profissional das pessoas com deficiência, para a qual contribui a existência de comportamentos discriminatórios e estigmatizantes, nomeadamente no acesso ao mercado de trabalho e nos processos de socialização na comunidade envolvente.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área.

Tabela 87 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito das Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
Pessoas com deficiência sem acesso às respostas sociais adequadas às suas necessidades	Insuficientes respostas para as necessidades existentes	<p>Investimento na criação de respostas que promovam a autonomização de pessoas com deficiência;</p> <p>Disponibilização de mais respostas e/ou aumento de capacidade de vagas protocoladas (CAO, Lar de Apoio, Lar Residencial);</p> <p>Reforço das equipas de Intervenção Precoce e do Centro de Recursos para a Inclusão;</p> <p>Levantamento da população com deficiência residente no concelho e suas necessidades.</p>
Dificuldade na integração laboral / profissional de pessoas com deficiência	<p>Baixa taxa de empregabilidade de pessoas com deficiência</p> <p>Discriminação sentida pela população com deficiência</p>	<p>Promoção de ações de sensibilização sobre deficiência para a comunidade e empresas;</p> <p>Investimento na criação de condições para o acesso a oportunidades de emprego</p> <p>Realização de parcerias entre entidades com formação profissional e empresas para realização de estágios</p>

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
Falta de apoio às famílias com pessoas com deficiência a cargo	Suporte ao cuidador informal insuficiente e moroso	Investimento no apoio social e psicológico aos cuidadores informais Divulgação das respostas de apoio a cuidadores existentes no concelho
	Pouca formação para cuidar e/ou lidar com pessoas com incapacidade/ deficiência	Promover formação específica para cuidadores formais e informais
Pessoas com deficiência alvo de estigma e discriminação	Falta de conhecimento da comunidade sobre as dificuldades e potencialidades da população com deficiência	Definir e implementar ações de sensibilização para públicos específicos sobre inclusão, igualdade e prevenção da violência (estigma e discriminação)
	Existência de barreiras físicas e no acesso à informação	Levantamento das barreiras físicas existentes no espaço e edificado público Conceber guias e manuais orientadores de eliminação de barreiras físicas e comunicacionais e de conceção / desenho de produtos

8.5. Outras áreas de desenvolvimento social

A informação recolhida junto dos atores locais, quer no âmbito do inquérito *online*, quer mediante a participação nos *workshops* presenciais, permitiu concluir sobre quais as áreas de intervenção que são consideradas por estes agentes como prioritárias para o concelho de Viana do Castelo. Ainda assim, esses mesmos momentos participativos permitiram identificar outras necessidades e/ou problemas, que embora não tendo sido considerados como prioritários, não devem ser desvalorizados, mas sim contemplados para o desenvolvimento social do território.

Seguidamente, apresentamos de uma forma sucinta quais as principais necessidades e/ou problemas identificados pelos atores locais, por área de intervenção.

8.5.1 Emprego, Formação e Qualificação Profissional

Apesar do número de pessoas em situação de desemprego no concelho de Viana do Castelo ser diminuto e o território apresentar uma forte dinâmica empresarial, existem ainda assim alguns constrangimentos no acesso ao mercado de trabalho.

Os atores locais destacaram como problemas relevantes no âmbito do emprego, a pouca oferta para pessoas com baixas qualificações e com idades mais avançadas (acima dos 50 anos), bem como para pessoas com incapacidade ou deficiência, migrantes e pessoas com qualificação superior, conforme percecionado também pela Vereadora do Pelouro da Coesão Social.

Segundo a perceção dos atores parece existir um desajuste entre a oferta formativa, as ofertas de emprego existentes e também as necessidades do território, o que poderá contribuir para o desemprego em algumas áreas específicas e para a não fixação da população mais jovem no território.

Existem também alguns aspetos que interferem ao nível do acesso ao emprego e para a qualificação profissional, nomeadamente a fragilidade da rede de transportes públicos (horários e abrangência territorial) e a dificuldade em proporcionar formação contínua nos locais de trabalho.

Tendo em consideração as necessidades identificadas sugerem-se algumas recomendações para futuras intervenções:

- Criação de uma rede de apoio à empregabilidade efetiva através do estabelecimento de parcerias com entidades do setor social, lucrativo e público;
- Divulgação e implementação de medidas de emprego inclusivo para pessoas em situação de vulnerabilidade social e económica;
- Definir um plano de formação adaptado às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses e competências de populações-alvo específicas;
- Criação de programas de incentivo ao trabalho técnico especializado;
- Desenvolver estratégias de orientação vocacional eficazes;
- Realização de programas de formação avançada;
- Realizar um levantamento das necessidades existentes ao nível da rede de transportes públicos (horários / frequência; abrangência territorial).

8.5.2. Infância e Juventude

A informação cedida pelos Agrupamentos Escolares do concelho de Viana do Castelo, permite concluir que, no ano letivo 2018/19, a grande maioria dos alunos inscritos teve sucesso escolar.

Tabela 88 – Taxa de sucesso escolar dos alunos inscritos nos Agrupamentos de Escolas de Viana do Castelo no ano letivo 2018/19 (%)

Agrupamento de escolas	Taxa de sucesso escolar
Abelheira	85,58%
Arga e Lima	77,11%
Barroselas	85,22%
Monsserate	66,11%
Pintor José de Brito	88,52%
Santa Maria Maior	72,78%
Monte da Ola	
1º Ciclo	100%
2º Ciclo	96,29%
3º Ciclo	97,90%
Secundário	93,70%

Fonte: Agrupamentos de Escolas de Viana do Castelo

Embora se esteja a verificar uma diminuição do número de sinalizações à CPCJ de situações de absentismo e abandono escolar (registaram-se 24 casos no ano 2019),

estes dois problemas continuam a ser, na perceção dos atores locais, motivo de preocupação.

Os dois principais problemas identificados pelos atores sociais, no âmbito da infância e juventude, incidem sobre a existência de situações de abandono e de absentismo escolar. Estas duas problemáticas, parecem coexistir com situações de negligência parental e com situações de fragilidade ao nível da estrutura familiar. As consequências do abandono e do absentismo escolar, para além de se refletirem, de forma negativa, na escolaridade e percurso profissional dos jovens, contribuem de forma potencial para a adoção de comportamentos de risco.

No que respeita aos recursos existentes no território, segundo os atores locais parece existir insuficiência ao nível das respostas de Creche, Pré-escolar (rede pública) e Atividades de Tempos Livres (principalmente em períodos de pausas letivas), o que se encontra fundamentado pelas taxas de ocupação dos equipamentos à data de fevereiro de 2021. A resposta dos estabelecimentos de ensino para alunos com deficiência também é referida como sendo deficitária (ver ponto 8.4). Ao nível do acompanhamento a famílias e a crianças em risco, os atores locais consideram ser necessário um maior investimento.

Como é possível verificar na tabela 89, existem no concelho 21 equipamentos com a resposta social Creche (20 da rede solidária e 1 da rede privada), 45 equipamentos com a resposta de Educação Pré-escolar (28 equipamentos da rede pública, 16 da rede solidária e 1 da rede privada) e 15 equipamentos com a resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres (14 da rede solidária e 1 da rede privada).

Tabela 89 – Equipamentos com as respostas de Creche, Educação Pré-escolar e CATL, por natureza jurídica (N.º)

Respostas Sociais	Natureza jurídica			
	Rede solidária	Rede privada	Rede pública	Total
Creche	20	1	0	21
Educação Pré-escolar	16	1	28	45
CATL	14	1	0	15

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada em fevereiro de 2021)

A resposta de Creche existe em 16 freguesias do concelho e apresenta uma capacidade para 1.138 crianças até aos 3 anos de idade. À data de fevereiro de 2021 encontravam-se ocupadas 927 vagas.

É na rede solidária que se encontra maior capacidade de resposta, 1.105 vagas, das quais 895 estão ocupadas (taxa de ocupação de 81%). Os equipamentos da rede solidária sediados nas freguesias de Alvarães, Chafé, Santa Marta de Portuzelo, São Romão de Neiva e na UF de Viana do Castelo e Meadela (2 equipamentos) apresentam uma taxa de ocupação de 100%. Dos restantes equipamentos da rede solidária, 5 apresentam uma taxa de ocupação acima de 90% e 4 apresentam uma taxa de ocupação entre 80% e 89%.

Tabela 90 – Capacidade, ocupação e taxa de ocupação dos equipamentos com resposta de Creche, por natureza jurídica (N.º e %)

	Capacidade (N.º)	Ocupação (N.º)	Taxa de ocupação (%)
Rede solidária	1105	895	81
Rede privada	33	32	97
Total	1138	927	81,5

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada em fevereiro de 2021)

A resposta de Educação Pré-escolar, devido ser também assegurada pela rede pública, está presente em quase todas as freguesias do concelho, com exceção nas freguesias de Amonde, Freixieiro Soutelo e Montaria.

No total, o concelho tem uma capacidade para integrar 2.604 crianças entre os 3 e os 6 anos, sendo que, em fevereiro de 2021, encontravam-se integradas 2.100 crianças em idade pré-escolar (taxa de ocupação de 80,6%).

Os equipamentos da rede pública têm capacidade para 1.345 crianças e, à data encontram-se integradas 1.084 crianças. Dos 28 equipamentos da rede pública, 9 têm uma taxa de ocupação de 100% (situam-se nas freguesias de Foz do Neiva, Lanheses, Santa Marta de Portuzelo, Deão, Geraz do Lima, Mazarefes e Torre), 2 têm uma taxa de ocupação acima de 90% e 5 têm uma taxa de ocupação entre 80% e 89%.

A taxa de ocupação dos equipamentos da rede solidária ronda os 81% (960 vagas ocupadas das 1.184 disponíveis), no entanto 1 equipamento tem a lotação completa, 5 têm uma taxa de ocupação acima dos 90% e 3 têm uma taxa de ocupação entre 80% e 89%.

Tabela 91 – Capacidade, ocupação e taxa de ocupação dos equipamentos com resposta de Educação Pré-escolar, por natureza jurídica (N.º e %)

	Capacidade (N.º)	Ocupação (N.º)	Taxa de ocupação (%)
Rede solidária	1184	960	81,1
Rede privada	75	56	74,7
Rede pública	1345	1084	80,6
Total	2604	2100	80,6

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada em fevereiro de 2021)

A resposta de Centro de Atividades de Tempos Livres encontra-se presente em 11 freguesias do concelho e tem capacidade para integrar 856 crianças. Atualmente a taxa de ocupação ronda os 66%, sendo mais elevada na rede solidária (67,2%) que na rede privada (49%).

Os equipamentos da rede solidária têm capacidade para integrar 807 crianças, no entanto, à data 3 destes equipamentos têm uma taxa de ocupação de 100% (nas freguesias de Vila Nova de Anha, Areosa e Darque) e 4 têm uma taxa de ocupação superior a 70%.

Tabela 92 – Capacidade, ocupação e taxa de ocupação dos equipamentos com resposta de CATL, por natureza jurídica (N.º e %)

	Capacidade (N.º)	Ocupação (N.º)	Taxa de ocupação (%)
Rede solidária	807	542	67,2
Rede privada	49	24	49
Total	856	566	66,1

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada em fevereiro de 2021)

No que respeita a respostas dirigidas a crianças e jovens, existem no território, dois apartamentos de autonomização (com capacidade para 10 jovens), um Centro de Acolhimento (com capacidade para 20 crianças e jovens) e dois Lares de Infância e Juventude (com capacidade para 88 crianças e jovens). O Gabinete de Atendimento à Família dispõe de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, como referido no ponto 7.2.1. Todos os equipamentos referidos integram a rede solidária e têm uma taxa de ocupação abaixo dos 75%.

Tabela 93 – Capacidade, ocupação e taxa de ocupação dos equipamentos com respostas para crianças e jovens em situação de perigo (N.º e %)

Resposta social	Capacidade (N.º)	Ocupação (N.º)	Taxa de ocupação (%)
Apartamento de autonomização	10	3	30
Centro de acolhimento temporário	20	15	75
Lar de Infância e Juventude	88	40	45,5

Fonte: Carta Social (consultada e atualizada em fevereiro de 2021)

Tendo em consideração as necessidades identificadas sugerem-se algumas recomendações para futuras intervenções:

- Aprofundar a caracterização das situações de risco e/ou perigo sinalizadas no concelho;
- Mapear boas práticas desenvolvidas por entidades/projetos na área da promoção e proteção, com principal foco no absentismo e abandono escolar;
- Implementar nas escolas do concelho projetos de prevenção de comportamentos de risco e projetos de promoção do sucesso escolar (nomeadamente através de parcerias com entidades, como por exemplo com a Associação EPIS);
- Promover a valorização de percursos educativos e formativos, nomeadamente através de estratégias que incentivem o envolvimento da família na vida escolar;
- Candidatura a linhas de financiamento e ou estabelecimento de parcerias para construção e/ou adaptação / alargamento das respostas já existentes nas freguesias que registam maior taxa de ocupação dos equipamentos.

8.5.3. Criminalidade e Segurança

Segundo os atores locais, tem-se assistido no concelho de Viana do Castelo a um aumento da criminalidade, nomeadamente ao nível da violência doméstica e no namoro, contra as pessoas idosas e situações de maus-tratos a crianças e jovens. O consumo de drogas e estupefacientes, segundo a perceção dos atores, encontra-se associado ao aumento da criminalidade.

Os dados estatísticos demonstram efetivamente um aumento da taxa de criminalidade no concelho desde o ano 2017.

A necessidade de mais policiamento e de um investimento em ações de sensibilização no âmbito da segurança (nomeadamente da digital), são identificadas pelos atores locais como necessárias.

Tendo em consideração as necessidades identificadas sugerem-se algumas recomendações para futuras intervenções:

- Elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (onde se integram as medidas vertidas no “Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica”);
- Realização de iniciativas / projetos no âmbito da sensibilização / prevenção da problemática violência no namoro (nomeadamente nas escolas de 3º CEB e Ensino Secundário);
- Realização de um levantamento e caracterização das situações de crime existentes no território (caraterísticas, fatores que os desencadeiam, tipologia / formas que assumem e dimensão).

8.5.4. Família e Comunidade

A dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida familiar é identificada pelos atores locais como uma das problemáticas no âmbito da “Família”. Os fatores que parecem interferir com esta realidade é a já referida, fragilidade existente ao nível da rede de transportes públicos (nomeadamente ao nível dos horários disponíveis), bem como a dificuldade no acesso a respostas sociais no âmbito da infância (Creche e Pré-escolar, da rede pública). Esta problemática, poderá potencialmente contribuir para outra das fragilidades identificadas pelos atores locais, ao nível da relação entre a escola e a família.

A carência ou fragilidade económica de algumas famílias também foi identificada como um problema pelos atores locais. A precariedade laboral, os salários reduzidos, a dificuldade em aceder a habitação a custos controlados, bem como a baixa escolaridade da população são variáveis destacadas pelos atores locais, como relevantes e que contribuem para a situação económica das famílias.

No município existem duas entidades da rede solidária que, com o apoio da autarquia, disponibilizam apoio a famílias em situação de maior vulnerabilidade e/ou emergência social, como por exemplo, apoio no pagamento de rendas, distribuição de géneros

alimentares e pagamento de medicação (ver ponto 7.2.1). Ainda assim, os atores locais percebem existir necessidade de um maior investimento ao nível da intervenção com estas famílias, de forma gerar uma maior autonomia e reforçar as suas competências parentais e sociais.

Tendo em consideração as necessidades identificadas sugerem-se algumas recomendações para futuras intervenções:

- Elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (onde se integram as medidas de conciliação entre vida familiar e vida profissional);
- Promover uma intervenção integrada, multidisciplinar que potencie as competências das famílias e que previna / contribua para mitigar os fatores de risco em situações de negligência parental;
- Implementar programas de desenvolvimento de competências parentais / formação parental a famílias sinalizadas pelas entidades de 1ª linha;
- Garantir um acompanhamento integrado e multidisciplinar a famílias / indivíduos em situação de maior vulnerabilidade, através da criação de grupos de trabalho e implementação de metodologias de intervenção social concertadas entre os vários atores.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

Administração Regional de Saúde do Norte, IP (2017). Plano Estratégico 2017-2019. ARS Norte.

Administração Regional da Saúde do Norte, IP (2014). Plano Regional de Saúde 2014-2016. ARS Norte.

Câmara Municipal de Viana do Castelo (2019). Relatório do Estado do Ordenamento do Território – REOT Viana do Castelo. CM Viana do Castelo.

Câmara Municipal de Viana do Castelo. Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Viana do Castelo 2018-2020. CM Viana do Castelo.

Cardoso, J. (2016). Parque habitacional não ocupado em Portugal: Análise e proposta de ação. Instituto Superior Técnico.

Comunidade Intermunicipal do Minho Lima (2013). Estratégia & Plano Global de Ação “Alto Minho 2020”.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Viana do Castelo (2015). Relatório Anual de Atividades 2014. CPCJ Viana do Castelo.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Viana do Castelo (2016). Relatório Anual de Atividades 2015. CPCJ Viana do Castelo.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Viana do Castelo (2017). Relatório Anual de Atividades 2016. CPCJ Viana do Castelo.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Viana do Castelo (2018). Relatório Anual de Atividades 2017. CPCJ Viana do Castelo.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Viana do Castelo (2019). Relatório Anual de Atividades 2018. CPCJ Viana do Castelo.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Viana do Castelo (2020). Relatório Anual de Atividades 2019. CPCJ Viana do Castelo.

Coordenação Nacional para a Saúde Mental (2008). Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016. Lisboa: Ministério da Saúde.

Direção Geral da Saúde (2013). Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2015). Plano Nacional de Saúde – Revisão e extensão a 2020. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2017). Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025: Proposta do grupo de trabalho interministerial.

Direção Geral da Saúde (2017). Programa Nacional para a Saúde Mental 2017. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2019) – Comunicado sobre Mortalidade Infantil. Lisboa: DGS.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2015). Desafios e Mudanças. IHRU.

Instituto Nacional de Estatística (2015). Inquérito à caracterização da habitação social. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2016). Inquérito Nacional de Saúde 2014. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2016). Inquérito à Formação e Educação de Adultos 2016. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2017). Projeções de população residente 2015-2080. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local - 2017. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Inquérito às condições de vida e rendimento 2018. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Retorno de Informação Personalizada dos Municípios. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Estatísticas da Saúde 2017 (Edição 2019). Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Causas de morte 2017 (Edição 2019). Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Anuário Estatístico da Região Norte 2018. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2020). Estatísticas da Construção e Habitação - 2019. Lisboa: INE, IP.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Gabinete de Estratégia e Planeamento (2017). Relatório de Portugal: Terceiro ciclo de revisão e avaliação da implementação do Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento (MIPAA). MTSS.

Observatório das Migrações (2018). Imigração em Números – Relatório Estatístico Anual 2018.

Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação – Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação (2017).

Rede Social de Viana do Castelo (2017). Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social de Viana do Castelo.

Unidade Local de Saúde Alto Minho. Perfil Local de Saúde 2018.

UNESCO, Education for All 2000-2015: achievements and challenges; EFA Global Monitoring Report, 2015; Summary.

Sites consultados:

<https://www.ine.pt>

www.cartasocial.pt

<https://www.pordata.pt>

<https://www.cm-viana-castelo.pt>

<http://www.inr.pt>

<https://www.sns.gov.pt/>

<https://www.bportugal.pt>

<https://infoeuropa.eurocid.pt>

<https://www.portaldahabitacao.pt>

https://infoempresas.jn.pt/Concelho_VIANA-CASTELO.html

<http://www.ulsam.min-saude.pt/>

<http://www.arsnorte.min-saude.pt/observatorio-regional-de-saude/morbilidades/#content>

<http://www.cns.min-saude.pt/2019/12/16/sem-mais-tempo-a-perder-saude-mental-em-portugal-um-desafio-para-a-proxima-decada/>

https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2018/04/RETRATO-DA-SAUDE_2018_compressed.pdf

http://www.arsnorte.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/3/2019/12/ULSAM_PLS_Extensao_2020.pdf

<http://www.arsnorte.min-saude.pt/planeamento-em-saude/planos-locais-de-saude/>

<http://www.ulsam.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/10/2016/11/RelatorioContas2018.pdf>

10. ANEXOS

Anexo I – Questionário de perceções das organizações parceiras



Rede Social de Viana do Castelo: Recolha de perceções das organizações parceiras

Guião para recolha de informação sobre as perceções dos parceiros

O presente inquérito faz parte do trabalho a desenvolver pelo Conselho Local de Ação Social de Viana do Castelo (CLAS) e pretende contribuir para a atualização do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho.

Pretendemos recolher as perceções das diferentes organizações parceiras do CLAS, no que respeita a problemas que considerem mais prementes nas áreas prioritárias de intervenção no concelho. Por esta razão, pedimos que responda de acordo com a perceção que tem do seu território, de acordo com a sua experiência profissional como dirigente ou técnico.

Pedimos-lhe que responda (até ao dia 10 de março) apenas às questões relativas às áreas temáticas sobre as quais tem conhecimento como técnico ou dirigente no território de Viana do Castelo, devendo passar à frente (sem resposta) sempre que julgue não ter uma perceção informada sobre os problemas abordados ou quando surgir qualquer questão para a qual não tenha opinião.

As respostas inseridas serão sempre editáveis através do link enviado (mesmo depois de clicar no botão 'concluído'), podendo as respostas ser completadas ou, caso necessário, validadas por dirigente ou superior hierárquico.

Desde já agradecemos o seu contributo e o da sua organização/instituição, sendo esta informação fundamental para fortalecer a capacidade do CLAS para enfrentar os desafios atuais e futuros e contribuir da melhor forma para o desenvolvimento social do Concelho de Viana do Castelo.

O Núcleo Executivo do CLAS de Viana do Castelo
A equipa da Logframe

Muito obrigado pelo seu contributo.
Clique em 'Concluído' para encerrar este questionário.

* 1. Diga-nos qual é a sua organização/ instituição/ entidade:

* 2. Qual a Freguesia ou União de Freguesias em que está sediada a sua organização/ instituição/ entidade?

* 3. Qual a função que desempenha na sua organização/ instituição/ entidade?

4. Atendendo à sua experiência profissional e conhecimento que tem do território, priorize a importância das seguintes áreas problemáticas para a Rede Social de Viana do Castelo (sendo 1 a menos importante e 11 a mais importante):

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Emprego	<input type="radio"/>										
Educação, formação e qualificações profissionais	<input type="radio"/>										
Habituação	<input type="radio"/>										
Saúde (incluindo saúde mental e adições)	<input type="radio"/>										
Criminalidade e Segurança	<input type="radio"/>										
Ação Social, Famílias e Comunidade	<input type="radio"/>										
Crianças e Jovens	<input type="radio"/>										
Pessoas Idosas	<input type="radio"/>										
Migrantes	<input type="radio"/>										
Pessoas em Situação de Sem-Abriço	<input type="radio"/>										
Pessoas portadoras de Deficiência e/ou Incapacidade	<input type="radio"/>										

Caso exista outra área problemática que considere prioritária, especifique qual:

Neste momento vamos dar-lhe a oportunidade de identificar os problemas sociais (até um máximo de três por área de problemática), que considera mais relevantes / importantes no concelho de Viana do Castelo.



Rede Social de Viana do Castelo: Recolha de perceções das organizações parceiras

Emprego (1)

5. Relativamente à área "Emprego", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):

6. Pretende identificar mais algum problema social nesta área?

Sim

Não



Rede Social de Viana do Castelo: Recolha de perceções das organizações parceiras

Educação, Formação e Qualificações Profissionais (1)

10. Relativamente à área "Educação, Formação e Qualificações Profissionais", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):



Rede Social de Viana do Castelo: Recolha de perceções das organizações parceiras

Habitação (1)

15. Relativamente à área "Habitação", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):

16. Pretende identificar mais algum problema social nesta área?

Sim

Não



Rede Social de Viana do Castelo: Recolha de perceções das organizações parceiras

Saúde 1 (incluindo Saúde Mental e Adições)

20. Relativamente à área "Saúde (incluindo saúde mental e adições)", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):

21. Pretende identificar mais algum problema social nesta área?

Sim

Não



Criminalidade e Segurança (1)

25. **Relativamente à área "Criminalidade e Segurança", identifique:**
(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social:
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):

26. Pretende identificar mais algum problema social nesta área?

- Sim
 Não



Ação Social, Famílias e Comunidade (1)

30. **Relativamente à área "Ação Social, Famílias e Comunidade", identifique:**
(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social:
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):

31. Pretende identificar mais algum problema social nesta área?

- Sim
 Não



Rede Social de Viana do Castelo: Recolha de perceções das organizações parceiras

Crianças e Jovens (1)

35. Relativamente à área "Crianças e Jovens", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):

36. Pretende identificar mais algum problema social nesta área?

- Sim
 Não



Rede Social de Viana do Castelo: Recolha de perceções das organizações parceiras

Pessoas Idosas (1)

40. Relativamente à área "Pessoas Idosas", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):

41. Pretende identificar mais algum problema social nesta área?

- Sim
 Não



Migrantes (1)

45. Relativamente à área "Migrantes", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social:
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):

46. Pretende identificar mais algum problema social nesta área?

Sim

Não



Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (1)

50. Relativamente à área "Pessoas em Situação de Sem-Abrigo", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social:
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):

51. Pretende identificar mais algum problema social nesta área?

Sim

Não



Pessoas portadoras de Deficiência e/ou Incapacidade (1)

55. **Relativamente à área "Pessoas portadoras de Deficiência e/ou Incapacidade", identifique:**
(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social:
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):

56. Pretende identificar mais algum problema social nesta área?

Sim

Não



Outra área prioritária identificada (1)

60. **Relativamente a "Outra área que tenha identificado como prioritária", identifique:**
(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual a **área** e o **problema social** identificado:

Qual ou quais as **causas** desse problema social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema social:
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema social (o que seria necessário fazer):

61. Pretende identificar mais algum problema social nesta área?

Sim

Não



Rede Social de Viana do Castelo: Recolha de perceções das organizações parceiras

Sugestões finais

65. Antes de concluir a sua resposta e caso considere pertinente, pode deixar alguma sugestão adicional relativa ao Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Castelo:



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

logframe

